



filantropia®

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Comunicação

Advocacy é influenciar uma causa para benefício coletivo

Especialização no exterior

Profissionalização do Terceiro Setor brasileiro aumenta a necessidade de mão-de-obra qualificada

Lazer

Deficientes intelectuais encontram opções restritas de atividades de entretenimento



Campanhas de Natal

Entidades mostram como campanhas podem gerar de recursos durante o ano todo

Entrevista

Presidente emérita da Fundação Dorina Nowill relembra fatos de sua vida que colaboraram para a integração dos cegos à sociedade brasileira

Dorina Nowill



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.



As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 3305-6500 / FAX +55 11 3305-6505

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bienal • instituto HP • Fundação Diaconia

Seis anos para arrumarmos nossa casa

A Copa de 2014 é brasileira. Depois de 64 anos da derrota em pleno Maracanã para o Uruguai, poderemos ver uma final de Copa do Mundo – ainda que o Brasil não esteja jogando – em terras tupiniquins. Depois do anúncio oficial da Fifa, não faltaram críticos despejando inúmeras argumentações, dizendo não ser prioritária a decisão do apadrinhamento pelo Brasil de um evento esportivo desse porte.

Então, vejamos: se o Brasil tem mazelas sociais que desatinam com a grandeza das riquezas do futebol, oriundas em parte por raízes do desemprego e desigualdade de distribuição de riquezas, desencadeando miséria, violência, entre outros problemas, devemos, ao menos, imaginar que uma Copa do Mundo no país, por outro lado, reflete diretamente a movimentação de cerca de US\$ 17,5 bilhões – cerca de R\$ 30 bilhões – em importantes incrementos ao crescimento brasileiro, ainda que sejam sazonais e momentâneos.

Somente o governo federal pretende gastar cerca de R\$ 1 bilhão em obras de infra-estrutura. Nas esferas estaduais e municipais, candidatos a cidades-sede dos jogos da Copa, cerca de R\$ 5 bilhões adicionais serão aplicados. Por enquanto, só estamos falando de recursos públicos. A iniciativa privada despejará incomensurável fortuna na construção civil para atender à demanda gastronômica, hoteleira e turística, priorizando visitas internacionais de 2014.

O futebol brasileiro, em anos de mornos campeonatos nacionais e regionais, chega a contabilizar cerca de R\$ 2,5 bilhões em torno da “paixão” pelos gramados. Isso somente em venda de ingressos, transmissões de jogos, camisas, bandeiras e outros produtos oficialmente vendidos com os brasões dos clubes e da CBF. Imagine, então, com uma Copa do Mundo aqui pertinho, vibrando junto com a rede balançada de um gol brasileiro, “catimbando” uma jogada “hermana” ou “à la française”, ao vivo e a cores e cantando o hino nacional em cada vitória.

As cifras não refletem as benesses sociais que um evento desse porte conseguirá trazer ao Brasil, demonstrado por meio da geração de emprego direto oferecido pela indústria da construção civil e do turismo e, indiretamente, pela mídia, pelo comércio e pela prestação de serviços em diversos setores da economia.

Agora, em termos de visibilidade, estamos bem na metade da escalada de um penhasco que, apesar de cansados da trajetória, já trilhamos, e devemos decidir entre:

1. Se jogar lá de cima, entregar os pontos e deixar que a violência, pobreza e desorganização ocupem os álbuns fotográficos dos torcedores internacionais; ou
2. Continuar essa escalada, ainda que tenhamos muita camisa para suar, e “arrumar a casa”, trabalhar metas sociais e econômicas, visando a um crescimento sustentável, e atingir o alto da montanha, proporcionando uma estada aos “gringos” com excelência, qualidade e segurança.

Temos uma missão para daqui seis anos, que trará resultados para as nossas futuras gerações. Talvez esta seja a “desculpa” que precisávamos para atingir um grau de desenvolvimento mais rapidamente. A Copa do Mundo é só um detalhe!

Ou, se você preferir, a “festa de inauguração” de um novo Brasil.

Marcio Zeppelini
editor@revistafilantropia.com.br

“Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas agir, mas também sonhar; não apenas planejar, mas também acreditar”

Anatole France
(escritor francês)



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 6978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Coordenação editorial
Paola Martins Viveiros

Administração
Mauro Zeppelini

Revisão
Viviane Rodrigues

Coordenação
Priscila Centin Thuller

Diagramação
Adriano Aguiua
Maurício Esquiavoi
Rafael Tadeu Sarto
Renata Ariane Rosa

Assistente
Carolina Brascioli

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Jornalista responsável
Elaine Iorio (MTB 43.306/SP)

Assistente editorial
Paula Craveiro (MTB 39.314/SP)

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 6824-3005 / Fax (11) 3151-4500

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasioli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik

Antonio Brito

Custódio Pereira

Felipe Mello

Fernando Credidio

Milú Villela

Ricardo Falcão

Roberto Ravagnani

Idealizadores



Organizações parceiras



Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.

www.revistafilantropia.com.br



14 Entrevista

Dorina Nowill

A presidente emérita da Fundação Dorina Nowill lembra das ações que contribuíram para a integração dos cegos no Brasil

22 Captação de recursos

Captação de recursos para a área ambiental

Pela primeira vez, equilíbrio ecológico, desenvolvimento econômico e justiça social deixam de ser inconciliáveis



36 Capa

Muito mais que campanhas de Natal

Com planejamento e criatividade, entidades continuam colhendo os resultados da captação realizada no final do ano

44 Reflexão

O rato que fez chover

“Um rato percorria sorratamente os corredores do senado romano. Dia após dia ele procurava o que roer, pois tinha fome, muita fome”



Gente que faz o bem	04	
	06	Mão Dupla
Acontece	08	
	12	Notícias do Planalto
Comunicação	20	
	24	Contabilidade
Legislação	26	
	30	Especial
Entidade Representativa	42	
	46	Voluntariado
Eficiência	48	
	51	Responsabilidade Social
Serviços	56	
	60	Vitrine Social

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Preocupada com os menos favorecidos

Ao lado da cultura, temas como falta de oportunidades, engajamento social e solidariedade são recorrentes no dia-a-dia da atriz Luana Piovani

NANA MORAES



Por Paula Craveiro

Luana Piovani é bonita, espontânea, determinada e bem-sucedida. Em alguns casos, polêmica também. Mas isso já não é novidade para ninguém. O que pouca gente sabe, na verdade, é que ela também é uma mulher preocupada com o próximo.

Nascida em Jaboticabal, interior de São Paulo, Luana é de uma família de origem humilde, como ela mesma define, e, desde cedo, tem o senso de solidariedade bastante afluído. “Crescendo minha mãe se preocupar em ajudar uma creche ou um asilo, em juntar roupas e cobertores para doar no inverno para as pessoas menos favorecidas, essas coisas. E esse tipo de atitude acabou me marcando bastante, ainda mais porque partia de uma pessoa que já não tinha muito, mas que, ainda assim, dava um jeito de dividir o pouco que tinha com os outros”, conta.

Em entrevista exclusiva à **Revista Filantropia**, a atriz, modelo e produtora teatral fala sobre sua atuação na área social, sua ligação com o Instituto da Criança, comenta alguns dos principais problemas do país e sugere soluções.

Revista Filantropia: Como foi o início de seu engajamento na área social?

Luana Piovani: Para falar a verdade, esse envolvimento já é antigo. A minha mãe sempre falou muito sobre dividir, pois era dando que se recebia. Então, desde pequena, tenho na memória a imagem de minha mãe fazendo bolo para levar para creches e outras entidades, arrumando os armários e separando algumas roupas.

Aos 14 anos, eu comecei a trabalhar como modelo e passei a pagar o dízimo para minha igreja, em Jaboticabal (SP). Quando cheguei a São Paulo, diversifiquei sendo voluntária em alguns projetos. Aos 16 anos, depois de ficar famosa por causa da minissérie *Sex Appeal* (TV Globo), passei a receber muitos convites para esse tipo de engajamento. Também sempre tive o cuidado de não apenas emprestar minha imagem. Gosto de ir até a instituição, falar com as crianças, conhecer. Acho que essa é uma das maiores carências dessas crianças e de muitos idosos.

A partir daí, a coisa foi melhorando, e quando eu passei a ter dinheiro suficiente para cuidar da minha vida e ainda conseguir dividir, aderi ao Instituto da Criança (IC).

Filantropia: Há quanto tempo você está envolvida com o IC? Conte um pouco sobre os trabalhos.

LP: Estou no IC há cerca de sete anos. Faço parte do grupo que mantém as instituições que abrangem o instituto. Também empresto minha imagem. Só que eu queria fazer mais, sabe? Eu queria receber boletim, ser um daqueles que sabe o que está sendo feito, o que já está pronto. Então, eu entrei no grupo que mensalmente dá uma quantia para que as contas sejam pagas.

Dentro do IC existem sete instituições, como o Lar Santa Catarina, que trabalha com crianças com paralisia cerebral; o Lar Flor de Liz, em Jacarepaguá (RJ), que cuida de crianças em situação de risco, juradas de morte por causa do tráfico; e o Lixão de Mongaba, que atua na periferia, com o pessoal que sobrevive do lixo.

Filantropia: Você desenvolve mais algum trabalho social?

LP: Desde que eu comecei a ser produtora, as minhas peças infantis sempre têm um fim social. Em “Alice no País das Maravilhas”, a gente fez sessões em que a renda dos ingressos

foi revertida para algumas instituições. Em “O Pequeno Príncipe”, tivemos a experiência de vender meia-entrada se a pessoa levasse uma lata de leite em pó. E, para isso, temos mais de 80 instituições de caridades, creches e asilos catalogados, porque somos nós mesmos que distribuímos tudo. Nós ficamos nove meses em cartaz e, nesse tempo, conseguimos uma grande quantidade de doações.

Na minha primeira produção, a peça “Amigas”, nas sessões de quinta-feira, que tinham um pouco menos de público, a gente sempre separava um determinado número de cadeiras para que pessoas menos privilegiadas pudessem entrar de graça.

Enfim, sempre que posso e acho a causa bacana, eu gosto de fazer parte. Trabalho com a Casa Hope, com o Centro de Apoio à Criança com Câncer (CACC); já fui conhecer as crianças no Pronto Socorro do SUS, no Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, entre outras coisas.

Filantropia: *Você mencionou que já fez alguns trabalhos voluntários. Fale um pouco mais.*

LP: O que eu entendo por trabalho voluntário é quando eu doo meu tempo. Minha mãe costumava fazer bolo porque ela era pobre e não podia dar muito mais do que isso e roupa usada. Mas eu vou até a instituição. Eu acho que não basta apenas eu dar uma grana ou fazer uma foto. O legal é ir até lá para conhecer, falar com quem trabalha lá, conhecer as crianças, ver como são as instalações, passar um tempo ali. Quando fui ao Retiro dos Artistas, onde os favorecidos não são crianças, eu fiquei horas escutando as histórias, conversando. É uma delícia esse tipo de coisa!

Eu acho que quando você consegue doar o seu tempo, olhar diretamente no olho das pessoas mais carentes, percebe que elas têm muita necessidade de carinho e atenção, não apenas de roupas. Esse gesto tem muito mais validade do que só doar uma quantia em dinheiro. É mais pessoal, mais humano. É nessa hora que você consegue mensurar o valor que as pessoas têm.

Filantropia: *Você pretende algum dia fundar seu próprio instituto?*

LP: Instituto não, mas tenho o sonho de ter uma creche. Um casarão, bem no estilo da casa em que fui criada, com cara de casa de família. Aquele lugar que, quando a mãe não tem com quem deixar o filho, não tem dinheiro para pagar uma babá, ela pode deixar ali, porque sabe que ele será bem cuidado.

Quando você doa o seu tempo e olha diretamente no olho das pessoas menos favorecidas, consegue mensurar o valor que as pessoas têm

Filantropia: *Você concorda que os atores e demais personalidades têm a responsabilidade de contribuir socialmente e de serem bons exemplos ao público?*

LP: Para ser sincera, não concordo não. Não acho que seja responsabilidade de artistas ou de qualquer outra pessoa que esteja em evidência. Tentar fazer com que o mundo seja um lugar melhor para se viver é um dever humano. Acho que todas as pessoas precisam parar de olhar um pouco para o próprio umbigo. E isso não seria exatamente uma responsabilidade e, sim, uma questão de solidariedade! Quando essa mudança de postura acontece e a gente começa a olhar ao nosso redor, conseguimos entender que pequenas ações podem fazer grandes movimentos.

Filantropia: *Em sua opinião, qual o maior problema social do Brasil?*

LP: São vários os nossos problemas. Mas acredito que o que falta no Brasil é oportunidade. Enquanto não focarmos em dar oportunidade para que as pessoas queiram ser honestas e tenham a possibilidade de ter uma vida bacana, nada vai melhorar. Enquanto a criança não tiver escola com merenda e bom ensino, ela vai preferir ser “avião” no tráfico, para um dia poder virar traficante e ter comida em casa.

Filantropia: *Qual sua visão sobre o Terceiro Setor no país?*

LP: Eu acho bacana que ele exista, porque não dá para esperarmos muita coisa do governo. Estamos num momento em que se nós não fizermos algo, ninguém vai fazer. Acho importante que as empresas estejam cada dia mais conscientes, que não comprem madeira proibida, que os funcionários estejam todos registrados... Enfim, é bom que as pessoas tenham vontade de ajudar, para que isso tudo gere uma movimentação e uma evolução em nossa sociedade. Acredito que seja importante que o Terceiro Setor tenha crescido e que as pessoas se voltem para ele, porque se todo mundo fizer um pouco, diminui a agonia.

Filantropia: *Se você pudesse realizar apenas um desejo para melhorar o mundo, o que você pediria?*

LP: Pode parecer meio radical – e eu já falei isso uma vez e me disseram “é loucura, isso não daria certo” – mas assim, de imediato, eu pediria para acabarem com a pólvora. Ninguém mais vai matar ninguém por causa de tiro. É claro que ainda existem as facas, mas seria infinitamente menor o índice de assassinatos. Desde que inventaram esse artefato, quantas coisas ruins já aconteceram no mundo? É algo terrível!



ANDRÉ PASSOS



DIVULGAÇÃO

Site oficial Luana Piovani

www.uol.com.br/luanapiovani

Mão dupla

Organizações que VOCÊ pode ajudar

Associação Aliança dos Cegos



Com a finalidade de amparar e readaptar deficientes visuais adultos, a Associação Aliança dos Cegos chegou a atender 150 pessoas, mas precisou reduzir o número de atendidos para 40% por conta da falta de recursos e doações. A entidade não guarda preconceito de raça, credo religioso ou político, ou condição financeira, aceitando deficientes visuais de toda parte do país. Emprega pessoas videntes e deficientes visuais, como lavadeiras, copeiras, cozinheiras, faxineiros, auxiliares de escritório, caixas e cobradores. Os recursos financeiros são advindos de um quadro de associados mantenedores, que fornecem pequenas contribuições espontâneas, além da venda de diversos tipos de vassouras, rodos, espanadores e escovas que são produzidos mensalmente.

Necessidades:

- Alimentos não-perecíveis
- Produtos de higiene pessoal
- Produtos de limpeza
- Cobertores e agasalhos
- Roupas masculina e feminina
- Calçados

Doações:

Busca a doação em domicílio.
CNPJ: 27.117.753/0001-38

i Rua 24 de Maio, 47
São Francisco Xavier – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20950-090
www.associacaoaliancadoscegos.com.br
aacrj@terra.com.br
(21) 2281-0704 / 2501-7076

Por meio de doações, você pode auxiliar essas instituições a seguir sua trajetória de cidadania. Em alguma delas sua solidariedade irá se encaixar!

Voluntariado Internacional de Desenvolvimento e Educação Social do Brasil (Vides Brasil)



Fundado na Itália em 1987, o Vides implementa ações, estudos e projetos visando à promoção humana de mulheres, crianças e jovens. Foi reconhecido como "entidade idônea para a cooperação e o desenvolvimento", conquistando em 2003 assento consultivo junto à ONU. Está presente em 32 países e vem se destacando pela proposição de novas tecnologias sociais. No Brasil, iniciou suas atividades em 1994, na cidade de Belo Horizonte, atuando hoje nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Entre outras atividades, oferece capacitação teórica e prática para o voluntariado transformador, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio propostos pela ONU. Seu principal projeto é o "Campo de Formação de Voluntariado", um curso de capacitação teórico-prático para a formação de voluntários.

Necessidades:

- Aparelho datashow
- Computador
- Aparelho de DVD
- Aparelho de som

Doações:

Banco Itaú
Agência: 3053
Conta-corrente: 18518-1
CNPJ: 06.023.275/0001-27

i Rua Guajará, 62
Dom Cabral – Belo Horizonte/MG
CEP 30535-000
www.vides.org.br
articulacao@vides.org.br
(31) 3269-9343 / 9805-9905

Núcleo Educacional da Assistência Integral – Programa Nefesh



Doações:

Banco Bradesco
Agência: 3267-0
Conta-corrente: 112768-3
CNPJ: 05.291.063/0001-68

i Av. Serafim Gonçalves Pereira, 71
Pq. Novo Mundo – São Paulo/SP
CEP 02179 000
www.larnefesh.org.br
larnefesh@larnefesh.org.br

Promove a restauração da saúde integral de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e abuso sexual e de suas famílias, para que os mesmos possam viver harmonicamente em seus lares de origem. Para isso, oferece atendimento multiprofissional: educacional, pastoral, psicológico e social, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A entidade foi criada em 24 de agosto de 2002, por iniciativa do casal Cláudio e Rosana Pita, que, desde 1993, atua na área social. O núcleo mantém o Lar Nefesh, cuja finalidade é atender e abrigar crianças de 0 a 17 anos de idade, vítimas de violência e maus tratos, oferecendo-lhes tratamento individualizado, seguro e de continuidade. Hoje, o Lar atende até 20 crianças e conta com um grupo de voluntários e funcionários dedicados à reestruturação familiar e ao retorno da criança para seu lar de origem, porém transformado.

Necessidades:

- Alimentos perecíveis e não-perecíveis
- Produtos de higiene
- Material de limpeza
- Assistente social e psicólogo

Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo de Niterói



Doações:

Banco Itaú
Agência: 6023
Conta-corrente: 07119-1
CNPJ: 30.143.036/0001-95

i Rua Miguel Vieira Ferreira, 147
Icaraí – Niterói/RJ
CEP 24220-121
(21) 2714-4111 / 2711-3099

A entidade foi criada em 27 de novembro de 1900, por iniciativa de uma Filha da Caridade, no então Asilo Santa Leopoldina, em Icaraí (RJ). Em seu dispensário são atendidas 75 crianças, na faixa etária de 2 a 6 anos, que recebem educação infantil e atendimentos odontológico, de assistência social e educacional. Já para as 65 idosas carentes em regime não-asilar, a entidade oferece entretenimento, reforço de alfabetização e distribuição de cestas-básicas mensais.

Na Escola Jorge Chevalier Filho, há 60 crianças na faixa etária de 3 a 6 anos, em regime de educação infantil e com os mesmos atendimentos do dispensário. A escola também mantém um projeto socioeducativo, que atende em horário não-escolar 53 crianças, na faixa etária de 7 a 14 anos, matriculadas na rede de ensino. O próximo objetivo é a criação de um projeto de informática para os jovens e de uma brinquedoteca para a creche.

Necessidades:

- Alimentos não-perecíveis
- Balança
- Produtos de higiene
- Computadores e impressoras
- Brinquedos

Junior Achievement Rio de Janeiro (Jarj)



Maior e mais antiga organização de educação prática em economia e negócios, fundada no Rio de Janeiro em 1999, a entidade acredita que a educação para o empreendedorismo deva ser iniciada ainda na idade escolar, pois considera esta cultura essencial para que jovens possam alcançar seus objetivos por iniciativa própria, revertendo a falta de perspectiva em relação ao futuro e contribuindo para a geração de riquezas e o crescimento socioeconômico e cultural do país.

Assim, sua missão é despertar o espírito empreendedor no jovem, por meio da aplicação de programas que estimulem o desenvolvimento pessoal, proporcionem uma visão clara sobre empreendedorismo e despertem para a possibilidade de traçar metas e alcançá-las. Todos os programas são orientados por profissionais/voluntários da entidade, que aplicam os programas em sala de aula, exemplificando com a sua vivência pessoal e profissional. Atualmente, a Jarj atua em 83 escolas, a maioria do ensino público.

Necessidades:

- Aparelho de DVD
- Cadeiras
- Computador
- Mesas de escritório
- Scanner
- Frigobar ou geladeira

Doações:

Banco Real
Agência: 0462
Conta-Corrente: 9738672
CNPJ: 03.383.822/0001-97

i Av. Nilo Peçanha, 50, conj. 1.402
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20020-906
www.jarj.org.br
jarj@jarj.org.br
(21) 2292-5016

Instituto de Promoção à Assistência Social Casarão



Fundada em 30 de setembro de 2005, a entidade está focada na diminuição da vulnerabilidade social de famílias da cidade de Mauá (SP). Suas ações estão centradas na fomentação da educação, informação, capacitação profissional e geração de renda e, principalmente, na qualidade de vida das famílias e no desenvolvimento comunitário.

Ao todo, a entidade atende a 60 famílias da periferia da cidade, com programas que elevam a auto-estima e cursos de geração de renda, e 115 crianças de 4 a 14 anos, que recebem complementos necessários à sua formação psicossocial. Já os jovens passam pelos programas de qualificação em telemarketing, departamento pessoal e inclusão digital. Cerca de 50 jovens são capacitados por mês.

Necessidades:

- Cestas básicas
- Produtos de higiene
- Roupas e calçados
- Brinquedos
- Computadores
- Máquina copiadora
- Máquina de serigrafia
- Máquina de fralda descartável

Doações:

Banco Bradesco
Agência: 0121
Conta-corrente: 154890-5
CNPJ: 07.622.010/0001-08

i Rua 11 de Junho, 296
Vila Vitória – Mauá/SP
CEP 09360-010
www.institutocasarao.org.br
projetos@institutocasarao.org.br
(11) 4513-8975

Semana Nacional do Excepcional

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) e suas 2.000 entidades filiadas promoveram, entre os dias 21 e 28 de agosto, a Semana Nacional do Excepcional, evento que ocorre anualmente. Celebrada no Brasil há 43 anos, é uma grande oportunidade para que as Apaes façam um esforço nacional no sentido de sensibilizar e conscientizar a sociedade em geral e o governo, nas suas diferentes esferas, sobre os direitos fundamentais da cidadania plena das pessoas com deficiência. Como parte das comemorações, a Fenapaes realizou o 7º Festival Nacional Nossa Arte, entre os dias 19 e 23 de agosto, no Parque Beto Carrero World, em Santa Catarina. O evento reuniu cerca de mil artistas com deficiência de todo o país.

i www.apaesalvador.org.br



Volmir Raimondi, do Conselho Nacional de Saúde; Franciene Diogo Oliveira e André Veiga Lima Bastos, autodefensores nacionais da Fenapaes; Dilo Enio Koch, conselheiro da Região Extremo Oeste (Apaes); Maristela de Bem, coordenadora de Artes da Fenapaes em Santa Catarina; o empresário Beto Carrero; Neyde Marconatto, coordenadora-técnica da Região Extremo Oeste (Apaes); e Eduardo Barbosa, presidente da Fenapaes

You Can Help conta com adesão de Roberto Justus

O You Can Help é uma iniciativa que busca o apoio do setor empresarial para ações beneficentes e socioambientais. No dia 2 de outubro, foi realizada a segunda ação do projeto, no Café de la Musique, em São Paulo (SP), onde 400 convidados assistiram ao show de Wilson Sideral, com participação especial de Cláudio Zoli. Na ocasião, Roberto Justus também oficializou o início do leilão da bola de futebol com a qual Pelé marcou seu milésimo gol, contra o Vasco, em 1969, no Maracanã. Presidente do Grupo Newcomm, Roberto Justus é o embaixador dos sete eventos previstos, que pretendem arrecadar cerca de R\$ 1 milhão em doações. Os recursos serão encaminhados para entidades como Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, Florescer, Horizontes, Serviço Social Perseverança e Toys Party, entre outros.

i www.youcanhelp.com.br



Vista do projeto Harambê, em Uberaba (MG)

Empresários baianos discutem responsabilidade social

O Instituto de Responsabilidade e Investimento Social (Iris) promoveu no dia 26 de julho, em Salvador (BA), a primeira roda de diálogo do Projeto Ascender de Fomento à Responsabilidade Social, que tem como objetivo incentivar a prática social entre o empresariado baiano. Voltado para membros de ONGs, empresários, pesquisadores e interessados no tema, o evento colocou em debate os cinco princípios básicos da responsabilidade social: liderança, intencionalidade, envolvimento dos gestores, conhecimento da causa e comprometimento com a sustentabilidade. Essa foi a primeira vez que a Bahia discutiu esses conceitos internacionais. Para Izabel Portela, superintendente do Instituto Iris, o evento é uma oportunidade de dar novos rumos para futuros investimentos na área social do estado.

i www.institutoiris.org.br

Normalização em responsabilidade social

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) realizou em 23 de agosto, em São Paulo (SP), um workshop temático com o título "A Agenda da Sustentabilidade na ISO 26000", visando à disseminação dos trabalhos de elaboração da futura Norma Internacional de Responsabilidade Social. O evento, que teve o patrocínio da Petrobras, recebeu mais de 100 participantes e contou com o envolvimento dos vários grupos de *stakeholders* reconhecidos dentro do processo da ISO: representantes do setor privado, governo, ONGs, trabalhadores, consumidores, consultorias, academia, entre outros. A discussão focou os temas centrais da futura ISO 26000, identificados como: direitos humanos e práticas trabalhistas; desenvolvimento social e práticas leais de operação; questões dos consumidores e governança organizacional; e meio ambiente.

i www.abnt.org.br



Mesa na abertura do workshop, realizado em São Paulo

Projeto para a terceira idade é premiado

Desenvolvido pela Fundação Peirópolis, o projeto Harambê – comunidade biossocial e auto-sustentável para a terceira idade – recebeu o 6º Prêmio Marketing Best de Responsabilidade Social. Totalmente inovador, o projeto foi criado com o propósito de oferecer à terceira idade uma oportunidade de envelhecer com dignidade e tranquilidade. Harambê, que na língua africana do Quênia significa "vamos trabalhar juntos", foi construído em uma fazenda de 70 hectares, doada pelas irmãs Lia e Therezinha Peiró, em Peirópolis, bairro de Uberaba (MG). Esse ambiente permite que o morador possua um ideal de vida, por meio da convivência social, atividades físicas, produtivas e, acima de tudo, prazerosas, evitando a solidão e a depressão.

i www.peiropolis.org.br

Sustentabilidade e impacto social

Com o tema "Inovação para o Terceiro Setor: Sustentabilidade e Impacto Social", o Instituto Gesc e o William Davidson Institute (WDI), da Universidade de Michigan (EUA), realizaram entre 16 e 18 de agosto a Conferência Internacional Inovação para o Terceiro Setor: Sustentabilidade e Impacto Social, com o objetivo de discutir e compartilhar as melhores práticas de gestão aplicadas por organizações sociais de diversas partes do mundo. O evento contou com 150 participantes convidados pelos organizadores e ONGs ligadas a patologias como hepatite, HIV/Aids, câncer de mama, nefrologia, fibrose e Parkinson. Além do evento presencial, a Conferência Internacional criou um site para acompanhamento via internet, cujo conteúdo ficará disponível on-line até dezembro.

www.impactosocial.org.br



NARCISO SOUZA

Andrea Shpak e Kelly Janiga, representantes da WDI; Robert E. Kennedy, diretor executivo da WDI; Ewaldo Russo, presidente do Instituto Gesc; João Paulo Altenfelder, superintendente do Instituto Gesc; o executivo Michel Levy e o economista Eduardo Bom Angelo

Todos Pela Educação completa um ano

O compromisso Todos Pela Educação completou um ano de atividades em setembro. Neste período, o movimento contabilizou conquistas importantes, como a união de diferentes setores da sociedade. Também já é possível observar resultados concretos da atuação do movimento na incorporação de ideais do projeto em planos educacionais de governos municipais e estaduais, e até na esfera federal – no recém-lançado Plano de Desenvolvimento da Educação. A comemoração do primeiro aniversário, realizada em 18 de setembro no Sesc Vila Mariana, em São Paulo (SP), reuniu 450 pessoas, dos mais diversos setores da sociedade, incluindo o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e a secretária de Educação de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, representando o governador José Serra. Também compareceram ao evento o ministro da Educação, Fernando Haddad, o presidente do Todos Pela Educação, Jorge Gerdau Johannpeter, o rapper MV Bill e o publicitário Nizan Guanaes, entre outros.

www.todospelaeducacao.org.br



DIVULGAÇÃO

Ana Maria Diniz, Milú Villela, Viviane Senna, Luis Norberto Pascoal e Jorge Gerdau Johannpeter

Faces da Exclusão

O Banco Interamericano de Desenvolvimento anunciou em julho os cineastas da Argentina, Brasil, Colômbia, México e Peru vencedores do concurso de documentários sobre exclusão social, tema do principal relatório do Departamento de Pesquisa do BID neste ano. Os vídeos foram selecionados entre mais de 120 obras de 15 países da América Latina e do Caribe inscritas no concurso As Faces da Exclusão. Os documentários ajudaram a ilustrar vários aspectos da edição do Relatório sobre Progresso Econômico e Social na América Latina e no Caribe (IPES 2008) do Departamento de Pesquisa do BID, apresentado em setembro passado. "O tema central do IPES 2008 é a exclusão, um fenômeno social, econômico e político que impede o acesso de milhões de pessoas e grupos inteiros a meios e oportunidades para progredir em uma economia de mercado", declarou o coordenador do relatório, Gustavo Marquez Mosconi.

www.iadb.org

Canadá compartilha modelos de formação

A presidente do Conselho Privado da Rainha, Rona Ambrose, também ministra para assuntos intergovernamentais e ministra da Diversificação da Economia do oeste canadense, anunciou em Brasília, em 18 de julho, em nome de Josée Verner, ministra da Cooperação Internacional e ministra da Francofonia e das Línguas Oficiais do Canadá, a concessão de mais de 4,4 milhões de dólares canadenses para a implantação de dois novos projetos de desenvolvimento no âmbito da formação no Brasil. A ministra Ambrose visitou o país para compartilhar com diversos interlocutores a experiência canadense na promoção do desenvolvimento democrático, dos

DIVULGAÇÃO



direitos humanos, da segurança humana, da saúde e da diversidade cultural no mundo.

Ministra Rona Ambrose anuncia a concessão de verba para projetos de desenvolvimento no Brasil

Perfil do voluntariado empresarial

As empresas estão cada vez mais preocupadas com o desenvolvimento de bons programas de voluntariado corporativo, segundo mostrou a pesquisa Perfil do Voluntariado Empresarial no Brasil, lançada em agosto pela Riovoluntário. Das 89 empresas – de todos os portes e setores, que atuam em território nacional – que responderam ao questionário, 45% possuem programas de voluntariado institucionalizado, com planejamento e orçamento anuais. De acordo com o estudo, para as empresas, o principal fator responsável por aumentar o grau de participação dos colaboradores no serviço voluntário é a presença do profissional de comunicação interna comprometido com o programa (79%). E para 84% dos entrevistados, a existência de uma diretoria participativa está fortemente vinculada ao sucesso de um programa de voluntariado empresarial. No entanto, somente 25% das empresas declararam que seus diretores participavam maciçamente das ações.

www.rivoluntario.org.br



Trabalho infantil no país reduz 38,5% em 11 anos

O índice de ocupação das crianças de 5 a 17 anos teve redução de 38,5% nos últimos 11 anos, no Brasil. No período de 1995 a 2006, a taxa de trabalho infantil caiu de 18,7% para 11,5%. O maior impacto ocorreu nas faixas etárias de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos. O cálculo foi feito a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2006 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em 14 de setembro, no Rio de Janeiro. Entre o público de 5 a 9 anos, a taxa de ocupação baixou de 3,2% para 1,4%, uma diminuição de 56,2%. No período analisado, a diminuição do trabalho entre as crianças de 10 a 14 anos foi de 49% (de 18,7%, em 1995, para 9,7%, em 2006). Já no conjunto dos adolescentes de 15 a 17 anos, o índice desceu de 44% para 30,5%, o que representa 31% a menos neste indicador.

i www.ibge.gov.br

ELZA FIÚZA/ABR



Crianças atendidas pelo Projeto Catavento, que visa à erradicação do trabalho infantil no Distrito Federal

Ressocialização de presidiários

Fundada em 1999 pelo artista plástico Chico Maia, a ONG Arte Que Liberta nasceu no Presídio Lemos Brito, em Salvador (BA), como um pequeno ateliê de peças artesanais. O objetivo da organização é a profissionalização e educação dos sentenciados pela sociedade; para que, assim, eles tenham novas chances e não voltem ao crime. Números mostram que, apenas 5% dos presos que desenvolveram algum tipo de atividade educacional e profissional dentro dos presídios caem na reincidência, ante 70% dos que se mantiveram ociosos. Em 2005, a Arte que Liberta se expandiu para São Paulo, com a abertura de uma loja na Vila Olímpia para comercialização de objetos e implantação das atividades dentro da Penitenciária Parada Neto, Guarulhos (SP). Agora, um novo projeto de arte em tear está sendo implantado na Penitenciária Feminina da capital paulista.

i www.artequeliberta.org.br



Detentos em atividade no Presídio Lemos Brito, de Salvador (BA), onde nasceu o projeto que agora chega a São Paulo

Encontro temático pela sustentabilidade em Igarassu (PE)

O Instituto Ethos e a rede de relacionamento da Alcoa – formada por empresas, comunidade, universidades, colaboradores e ONGs da região metropolitana de Recife (PE) – promoveram em 18 de setembro, em Igarassu (PE), mais um encontro temático do programa Internethos-Rede de Responsabilidade Social Empresarial pela Sustentabilidade. Para esse evento, o tema escolhido foi “Gestão de resíduos sólidos com inclusão social”. Participaram João Luiz Nunes Machado, secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Itamaracá; Manoel Felipe de Araújo Neto, secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Itapissuma; e Maria do Carmo Carvalho da Silva, diretora de Meio Ambiente da Prefeitura de Igarassu, além de John Butcher, coordenador de Projetos do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, e Cláudio Vilaça, gerente de Relações Institucionais da Alcoa.

i www.ethos.org.br

Encontro discute sobre como mensurar a eficácia de projetos sociais

O Instituto Hartmann Regueira promoveu no dia 18 de setembro, em Belo Horizonte (MG), mais uma etapa do Fórum de Investidores Sociais (FIS), espaço de debates e socialização de conhecimentos sobre o Terceiro Setor e a intersectorialidade. Durante o encontro, foi debatido que, para mensurar a eficácia de seus projetos sociais, as entidades podem utilizar meios estratégicos que auxiliam no processo de implantação, diagnóstico e monitoramento dos projetos. Esses meios usam indicadores como parâmetros qualificados e/ou quantificados, que servem para detalhar em que medida os objetivos foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica. Esse foi o quinto encontro realizado pelo FIS 2007, cujo encerramento será no dia 20 de novembro, sob o tema “A comunicação da Responsabilidade Social”.

i www.institutohr.org.br

Seminário de sustentabilidade corporativa

No dia 28 de agosto, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) realizou, em São Paulo (SP), o 4º Seminário de Sustentabilidade Corporativa. O objetivo do encontro foi proporcionar um espaço de conhecimento e reflexão para que executivos de empresas busquem a melhoria da sustentabilidade de suas organizações. Os destaques do evento foram as discussões sobre como trabalhar as dimensões social e ambiental no contexto da sustentabilidade e a apresentação de casos de sucesso. Essa é a segunda vez que o Idis promove o seminário. O instituto considera que a sustentabilidade corporativa tem papel fundamental em um mundo em que cada vez mais as pessoas se preocupam com o a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e com as condições de vida das próximas gerações.

i www.idis.org.br



Paulo César G. Egler, assessor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e conselheiro do WWF-Brasil; Marcos Kisil, diretor presidente do Idis; Cláudio Vaz, presidente do Ciesp; e Vitor Gonçalo Seravalli, diretor de Responsabilidade Social do Ciesp

ONGs participam da Conferência das Américas

Estreitar as relações com o Terceiro Setor da América Latina e compreender melhor como funciona a assistência econômica e humanitária que o governo dos Estados Unidos presta aos países da região foram os objetivos da Conferência das Américas, realizada pela Casa Branca, nos EUA, em 9 de julho. O encontro reuniu cerca de cem ONGs americanas e outras 150 de 34 países latino-americanos, para discutir questões econômicas e sociais nas Américas. Duas instituições parceiras da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) no Ceará e no Rio de Janeiro foram convidadas para integrar a delegação brasileira: o Instituto de Desenvolvimento de Energias Alternativas (Ider), sediado em Fortaleza, e a ONG carioca Transformarte. A conferência contou também com a participação de membros do alto escalão do governo americano, como a primeira-dama dos Estados Unidos, Laura Bush; a secretária de Estado, Condoleezza Rice; a administradora da Usaid, Henrieta Fore; e dirigentes do Departamento do Tesouro, Comércio, Educação e Saúde dos Estados Unidos.

www.usaid.gov

Campanha pelo uso de sacola de tecido

No dia 12 de setembro, o Porão das Artes do Parque Ibirapuera, em São Paulo (SP), abrigou a exposição de lançamento da campanha institucional Eu não sou de plástico, de iniciativa da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). A intenção da campanha é sensibilizar as pessoas para a necessidade de minimizar o consumo de objetos plásticos, adotando o uso de sacolas permanentes; ao mesmo tempo em que a SVMA busca medidas legais para promover a substituição gradual das sacolas de plástico por material durável. A Associação Paulista de Supermercados (Apas) já aderiu à campanha e está trabalhando para envolver todos os seus associados.



Um dos diversos modelos de sacola produzidos pela Ecogrife para a campanha

Sustentabilidade das instituições de ensino

Com o tema "Fundraising: Captação de Recursos", aconteceu nos dias 21 e 22 de setembro, em São Paulo, o 1º Congresso Internacional para Escolas e Instituições de Ensino Superior, promovido pelas Faculdades Integradas Rio Branco, com o apoio do Consulado Americano, do Ministério da Educação e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Durante o evento, americanos e brasileiros discutiram técnicas de captação de recursos e sustentabilidade de instituições de ensino por meio de apresentação de cases de sucesso ao redor do mundo e técnicas bem-sucedidas. Representantes de Harvard e da maior instituição de profissionais captadores de recursos do mundo, a Association of Fundraising Professionals (AFP), uniram-se aos líderes de escolas brasileiras e ensinaram um pouco dessa prática, ainda pouco conhecida pela maioria da população brasileira.

www.riobrancofac.edu.br

Programa de educação cívica internacional

Mais de 250 jovens de 31 países se reuniram em Washington, nos EUA, entre 15 e 17 de julho, para apresentarem um notável programa de educação cívica internacional chamado Projeto Cidadão (Project Citizen). A apresentação internacional do projeto foi o resultado de meses de trabalho realizado por estudantes para criar propostas de política pública lidando com problemas em suas comunidades. Trata-se de um programa de educação cívica interativa, criado pelo Centro para a Educação Cívica, baseado no estado americano de Los Angeles, que promove a cidadania competente e responsável. Os trabalhos que fizeram parte da apresentação abordaram questões tais como a falta de água potável, a inclusão de estudantes com necessidades especiais em aulas normais, a negligência para com os monumentos históricos e a violência nas escolas.

www.civiced.org



Estudantes e seus professores da Escola Accra, de Gana, que apresentaram o tema trabalho infantil

Conferência discute educação democrática

A Conferência Internacional de Educação Democrática (Idec, na sigla em inglês) é um encontro anual, realizado desde 1993, cujo objetivo é a troca de experiências e articulações entre a rede internacional de educação democrática, a divulgação desta prática entre educadores brasileiros que anseiam por alternativas à educação convencional e o fortalecimento das estratégias para elaboração de políticas públicas que utilizem esta metodologia. Pela primeira vez na América Latina, a 15ª Idec aconteceu em Mogi das Cruzes (SP), entre 8 e 16 de setembro, sob organização do Instituto pela Educação Democrática do Brasil (Ideb), em parceria com o Fórum Mundial de Educação do Alto Tietê. O evento contou com painéis, apresentação de trabalhos, oficinas, debates, exibição de filmes e atividades livres. Os temas da conferência foram decididos de maneira colaborativa pelas escolas e grupos que participam da rede internacional de educação democrática.

<http://idec2007.org>



O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, discursando na abertura oficial do evento

Notícias do Planalto

Brasil ultrapassa meta da ONU para pobreza extrema

Ao reduzir em mais da metade a pobreza extrema e retirar quase cinco milhões de pessoas desta situação de indigência, o Brasil ultrapassou uma das mais importantes metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Prevista para ser alcançada em 2015, a taxa de 4,4% da população vivendo com até um dólar por dia foi superada em 2005, quando o país atingiu o índice de 4,2%, ou seja, mais da metade do percentual de 8,8% registrado em 1990. Em 15 anos, o número de brasileiros com esta renda caiu de 12,2 milhões para 7,5 milhões, o menor registrado no período. Os dados constam da 3ª edição do Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, produzido pelo governo brasileiro e divulgado no dia 29 de agosto, juntamente com o lançamento da 2ª edição do Prêmio ODM Brasil 2007.

www.onu-brasil.org.br



A cerimônia de apresentação do relatório contou com a participação da representante residente do Pnud, Kim Bolduc (à direita)

Campanha contra abuso sexual de crianças

Uma campanha publicitária massiva para combater a exploração sexual e comercial infantil foi feita na região da Tríplice Fronteira – nas cidades de Puerto Iguazú (Argentina), Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil) – pelos governos dos três países. A campanha teve versões em português, espanhol e guarani. O assunto foi debatido em 4 de setembro, em Puerto Iguazú, por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das nações envolvidas, durante a 3ª Jornada pelos Direitos das Crianças e Adolescentes contra o Tráfico e a Exploração Sexual na Tríplice Fronteira – Três Países, Três Poderes. Ao final do evento, foi apresentada a proposta de um protocolo de intervenção comum.

www.mds.gov.br



Os ministros Gilberto Gil (Cultura) e Tarso Genro (Justiça) durante o lançamento do Programa Mais Cultura, apelidado de PAC da Cultura

Contagem dos moradores de rua de 60 cidades

Em uma iniciativa inédita do governo federal, o MDS iniciou em outubro a Contagem Nacional da População em Situação de Rua de 60 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, abrangendo os 27 estados e o Distrito Federal. O MDS investe R\$ 1,5 milhão neste levantamento, que visa apurar as condições de vida deste segmento: saúde, existência de registro civil, nível de escolaridade, origem, entre outras informações, a fim de formular políticas públicas para a inclusão social desta população. A contagem será feita pela Meta Instituto de Pesquisas de Opinião Ltda., empresa contratada por meio de licitação pelo MDS em parceria com a Unesco. Cada grupo de trabalho conta com a presença de ex-moradores de rua e integrantes de movimentos sociais, que ajudarão na tarefa de abordagem.

www.mds.gov.br

Radiografia da assistência social

Começou em setembro a distribuição de um mapeamento completo dos serviços públicos de assistência social existentes nas cidades brasileiras, conduzido pelo MDS, cujo objetivo é melhorar a gestão dos programas desta área. O material está sendo enviado aos 500 maiores municípios e a diversas universidades do país. O perfil dos municípios brasileiros foi elaborado a partir dos resultados de parte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizado em 2005 pelo IBGE a pedido do ministério. O material – composto por livro e CD – também servirá de subsídio para os participantes da 6ª Conferência Nacional da Assistência Social, que acontece em dezembro, em Brasília.

www.ibge.gov.br
www.mds.gov.br

MDS libera recursos para municípios com menos de 100 mil habitantes

O MDS divulgou, no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro, o resultado do edital nº 14/2007, lançado pelo Ministério no dia 30 de julho, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan). O objetivo do edital era selecionar municípios interessados em apoio financeiro para projetos de implantação de hortas comunitárias, cozinhas populares e sistemas integrados de produção e consumo. A listagem completa dos municípios beneficiados com o investimento está disponível na página eletrônica do MDS.

www.mds.gov.br/programas/editais-2007-sesan

MDS e MinC lançam programa Mais Cultura

No dia 4 de outubro, em solenidade na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília (DF), os ministérios da Cultura e do Desenvolvimento Social assinaram acordo para implantação do programa Mais Cultura, que visa à realização de ações integradas de cultura e assistência social. Está prevista a integração das ações culturais nos Centros de Referências da Assistência Social (Cras), nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Creas) e também no âmbito do ProJovem Adolescente. O programa Mais Cultura reconhece a cultura como prioridade para o desenvolvimento socioeconômico e como uma necessidade básica da população brasileira. A prioridade do programa é concentrar as atividades em locais com problemas sociais, em especial nas áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e ampliar a oferta de oportunidades às populações que normalmente não têm acesso a bens e serviços culturais.

www.cultura.gov.br
www.mds.gov.br

Carga tributária garante programas sociais

O ministro do MDS, Patrus Ananias, participou em 4 de setembro, na Câmara dos Deputados, da audiência pública da Comissão Especial sobre a Contribuição Pública sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Ao lado dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Saúde, José Gomes Temporão, e da Previdência Social, Luís Marinho, ele confirmou que, neste ano, 87% da dotação orçamentária do Bolsa Família tem como fonte a CPMF, por meio do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP). Este percentual corresponde a R\$ 7,4 bilhões dos R\$ 8,6 bilhões previstos para o programa de transferência de renda em 2007.

Já em 24 de outubro, durante encontro realizado com os 100 maiores empresários do Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a atual carga tributária para garantir a manutenção dos programas sociais governamentais. Antes da reunião, vários empresários criticaram o volume de impostos que pagam e pediram a redução dos mesmos. Segundo os participantes da reunião, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011, e está no Senado para votação, não foi abordada – ao contrário do que foi divulgado anteriormente por alguns veículos.

www.mds.gov.br

ANTÔNIO CRUZ/ABR



O relator da Comissão Especial da CPMF, deputado Antonio Palocci, e os ministros Luiz Marinho (Previdência Social) e Guido Mantega (Fazenda) durante audiência pública. Em pé, o ministro Patrus Ananias, do MDS

Governo lança novo ProJovem

O governo federal lançou, em 5 de setembro, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que conta com ações dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Emprego, Educação e da Secretaria Geral da Presidência da República. O programa trabalha em quatro eixos: Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador. O ProJovem adolescente, sob responsabilidade do MDS, é uma reformulação do Agente Jovem e inclui a expansão da idade do Bolsa Família. O ProJovem Urbano, da Secretaria Geral da Presidência da República, trabalhará com jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O ProJovem Campo funciona nos mesmos moldes, com 24 meses de duração, mas terá calendário escolar diferenciado para acompanhar o ciclo agrícola e será coordenado pelo MEC. E o ProJovem Trabalhador, do Ministério do Trabalho, dará uma bolsa de R\$ 100 por seis meses para jovens de 18 a 29 anos, desempregados e com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, que receberão capacitação profissional. Os recursos para os programas em 2008 – R\$ 1,4 bilhão – já estão previstos no orçamento e o objetivo é investir R\$ 5,4 bilhões até 2010.

www.mds.gov.br
www.mec.gov.br
www.mte.gov.br
www.presidencia.gov.br



O presidente Lula fala durante o lançamento do ProJovem

Ampliada faixa etária do Bolsa Família

Jovens com idades entre 16 e 17 anos serão atendidos pelo Bolsa Família a partir de 2008. A inclusão tem por objetivo contribuir para a continuidade dos estudos pelos jovens das famílias de baixa renda e, ainda, reforçar as estratégias de combate à pobreza e à desigualdade. Poderão ser concedidos até dois novos benefícios por família, podendo acumular com os valores pagos atualmente. A expectativa do MDS é incluir, já em 2008, aproximadamente 1,7 milhão de adolescentes entre 16 e 17 anos de famílias que já estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais. Para ter direito ao benefício, os novos beneficiários terão de cumprir a contrapartida educacional, a exemplo do que acontece hoje com crianças e adolescentes dos 6 aos 15 anos, e terão uma agenda específica na área da saúde. O acompanhamento das condições também será diferenciado: se o jovem não freqüentar a escola, apenas o benefício dele de R\$ 30 será bloqueado.

www.mds.gov.br

Brasil preside Rede Social de Pobreza e Proteção do BID

Pela primeira vez, o país assume a presidência da Rede Social de Pobreza e Proteção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e quem ocupa o cargo é Márcia Lopes, secretária-executiva do MDS. A eleição aconteceu durante a Reunião da Rede, em Washington (EUA), em setembro, com a presença de autoridades de 20 países americanos. A Rede do BID é formada por vice-ministros das áreas sociais dos países americanos e o tema em foco, neste ano, é a geração de oportunidades, principalmente empregos.

www.iadb.org
www.mds.gov.br



A secretária executiva do MDS, Márcia Lopes

Dorina Nowill

Um exemplo tanto para pessoas com deficiência como videntes, a presidente emérita da Fundação Dorina Nowill relembra fatos de sua vida que, mesmo de maneira inconsciente, acabaram por influenciar positivamente para a integração dos cegos à sociedade brasileira

Por Elaine Iorio

A idéia partiu da assessoria de imprensa da organização. Um e-mail tímido, colocando à disposição para entrevistas a professora Dorina Gouvêa Nowill, fundadora e atual presidente emérita vitalícia da Fundação Dorina Nowill para Cegos. A assessora, porém, não imaginava a alegria da reportagem com a oportunidade oferecida. Admiração e respeito são apenas alguns dos sentimentos normalmente cultivados por esta famosa senhora, que tanto fez pela integração do deficiente visual na sociedade brasileira – sendo hoje exemplo dentro e fora do país.

Paulistana, mãe de cinco filhos e avó por 12 vezes, Dorina ficou cega aos 17 anos, em decorrência de uma patologia ocular. Apesar das adversidades, continuou os estudos, teve aulas particulares de línguas, se relacionou com ilustres da arte, da literatura, do jornalismo e da política e se tornou expoente na temática inclusão. Principalmente por ter contribuído para a chegada ao Brasil do livro em braile, garantindo o acesso das pessoas cegas ou com baixa visão à cultura e ao conhecimento.

Apesar de ser esse o nome da seção, entrevista não é a palavra ideal quando se está com dona Dorina. Aos 88 anos, mas com uma memória de dar inveja a qualquer marmanjo, a personagem deixa de lado o seu posto e assume o papel lúdico de contadora de história. E, assim como antigamente as crianças se reuniam em volta dos pais e avós para ouvir os causos familiares, a reportagem fica hipnotizada por suas histórias, narradas em detalhes, que dariam para preencher todas as páginas desta revista.

Com um sorriso resistente, Dorina Nowill desenrolou, nesta “apresentação” exclusiva à **Revista Filantropia**, os fios de uma biografia fascinante, marcada por momentos de coragem, dedicação e vontade de vencer, que resultou na consolidação de um dos principais empreendimentos sociais do Brasil.



Revista Filantropia: *A história da sua vida e da criação da fundação são praticamente uma só. Como tudo começou?*

Dorina Nowill: A minha madrinha, dona Carolina, me conheceu menina e, quando soube que eu havia ficado cega, ficou impressionadíssima. Ela tinha amizade com o pessoal do Instituto Benjamin Constant, do Rio de Janeiro, porque a família de uma parente dela gostava de ler para os cegos da entidade. Então, um dia, ela me convidou para ir à casa dela, justamente quando essa parente estava em São Paulo.

Depois disso, a dona Carolina começou a me contar mais coisas sobre o Benjamin Constant, e eu fui me envolvendo no assunto. Até que, um dia, essa parente dela sugeriu que minha madrinha me levasse para conhecer um instituto para cegos e aprender braille. Ela disse: “Você vai se arrepender se não levar a Dorina. Tenho certeza que será uma pessoa que vai mudar muita coisa aqui no Brasil”. Engraçado que duas pessoas fizeram isso comigo, mas eu só soube muito tempo depois.

Então, com a autorização da minha mãe, ela me levou ao Instituto Padre Chico, aqui em São Paulo. A madre superiora me mostrou como funcionava o sistema braille, só que eu ainda não tinha equipamento necessário; precisava de reglete, de papel etc. Aos poucos, nós fomos providenciando todo o material.

Em seguida, eu conheci uma amiga da minha madrinha, Regina Pirajar da Silva, que, por acaso, era inspetora da Escola Caetano de Campos, a principal instituição de formação de professores primários. E foi aí que a Regina, quando me conheceu, sugeriu à dona Carolina que eu iniciasse os estudos na Caetano de Campos. Ninguém sabia o que era inclusão ou integração naquela época. Mas, como minha madrinha tinha sido uma grande educadora, ela pensou que, colocando uma aluna cega entre as demais, alguma coisa positiva aconteceria.

Eu não tinha carro particular e precisava atravessar a cidade para chegar à escola. Então, as inspetoras descobriram quatro ou cinco alunas que moravam na redondeza da minha casa. Uma delas, que se chamava Neide, se interessou pelo caso e me ofereceu carona. Foi assim que eu comecei o curso de professora na Caetano de Campos.

Após o teste que demonstrou que eu tinha instrução suficiente para frequentar a escola, me colocaram na classe do pessoal com maior classificação no vestibular. Porém, dona Carolina não avisou ninguém, nem os professores. Quando eles chegavam na sala, eu me levantava e contava

o meu caso. Assim foi se desenvolvendo um relacionamento ótimo, porque foi recíproco. Não teve intervenção de ninguém.

Durante a Segunda Grande Guerra, nós não tínhamos como mandar vir reglete de outros países. Então, a Regina inventou um sistema, com papel braille especial, mata-borrão e um aparelhinho, para que os videntes pudessem aprender a produzir livros em braille. Com o entusiasmo das pessoas e a minha entrada na escola, nós começamos a transcrever livros na Caetano de Campos. E, como eu já tinha um envolvimento antigo com a Cruz Vermelha Brasileira – porque minha mãe era colaboradora –, a presidente nos cedeu uma sala para que nós, alunas da Caetano, ensinássemos o braille. Não tinha seleção; quem quisesse trabalhar no movimento podia ir lá e aprender a transcrever em braille.

Filantropia: *A partir daí, como se desenvolveu a fundação?*

Dorina: Na cadeira de Metodologia, da professora Zuleika de Barros Martins Ferreira, eu comecei a participar de estágios. No primeiro deles, nós conhecemos todas as principais escolas públicas de São Paulo. Então, eu pedi para a dona Zuleika nos deixar fazer estágio no Instituto Padre Chico, com as crianças cegas. Assim, nós passamos a aplicar lá tudo o que fazíamos nos estágios com crianças videntes. E o movimento foi tomando conta.

A fundação começou com muito pouco. Com a ajuda da American Foundation, porém, eu montei uma imprensa braille de US\$ 10 mil

Quando eu fui falar com dona Carolina que não achava justo todas nós (éramos em oito) fazer estágio duplo, dar aula para os cegos e não receber nem um certificado, ela me incentivou a fazer a solicitação ao Departamento de Educação. E lá fomos nós, com a cara e a coragem, pedir a aprovação do curso. Por conta do interesse do departamento, o nosso trabalho chamou a atenção da imprensa e eu fui convidada a dar uma entrevista no Diário da Noite, para o grande jornalista Fúlvio Abramo.

Com isso, o nosso trabalho se popularizou, e nós fomos tornando a coisa cada vez mais profissional. Após a nossa formatura, o então governador José Carlos de Macedo Soares criou o primeiro curso de especialização de professores no ensino de crianças cegas, com base em nossa experiência. Na época, o dr. Moacir Álvaro, oftalmologista, tinha mandado duas assistentes sociais para os Estados Unidos, que foram aprender como trabalhar com a cegueira. Ao visitarem a American Foundation for the Blind (Fundação Americana para Cegos), elas contaram dos projetos brasileiros. Eles se interessaram pelo nosso trabalho, e nós conseguimos bolsas para estudar nos EUA.

Um dia, minha madrinha me apresentou uma moça muito interessante, que gostava de escrever e queria aprender o braille. Adelaide Reis de Magalhães era uma moça muito rica, filha de donos de uma grande companhia. Ela se envolveu em nosso projeto e começou a en-



Dorina completou 88 anos no dia 28 de maio, e uma festa foi preparada para ela no dia seguinte



Dorinha, primeira personagem deficiente visual do desenhista Maurício de Sousa

sinar braile na Cruz Vermelha, enquanto que nós cuidávamos da formação de professores. Até que um dia, nós discutimos a necessidade de criarmos uma organização, já que a Cruz Vermelha cedia um espaço e a Padre Chico e a Caetano colaboravam.

Então, Adelaide foi para o Rio de Janeiro e consultou um grande advogado, que disse que o melhor era criarmos uma fundação – coisa avançadíssima naquela época. Foi assim que, no dia 11 de março de 1946, nós instituímos a Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Como a Adelaide deu o primeiro patrimônio, ela assumiu a presidência; até porque a Neide, a Regina e eu embarcamos para os EUA no dia 3 de maio daquele mesmo ano.

Filantropia: *Quais eram as motivações do grupo envolvido com a fundação naquela época?*

Dorina: A fundação nasceu para suprir uma necessidade. Nós queríamos imprimir mais livros e precisávamos de uma imprensa braile.

O governador Macedo Soares ainda mandou produzir, na Cia. Paulista de Estrada de Ferro, algumas regletes no modelo francês, com o que nós começamos o curso. Já que, para ensinar, só o método da Regina era pouco.

Daí, quando nós voltamos ao Brasil, a Adelaide passou a presidência para mim. Ela nos ajudou muito, porque deu o primeiro patrimônio. Aliás, a fundação começou com muito pouco. Com a ajuda da American Foundation, porém, montei uma imprensa braile de US\$ 10 mil. Mas havia muita descrença. Uma das professoras americanas, que foi à reunião para aprovar a liberação da verba, votou contra. Assim mesmo nós conseguimos, o que foi um grande sucesso para a fundação.

Depois, os diretores da entidade visitaram o projeto e ficaram radiantes; deram ainda mais bolsas de estudo. Assim, nós conquistamos muita credibilidade nos EUA. Olha, nós não sabíamos que éramos voluntárias; nada disso passou pela nossa cabeça, nós só estávamos fazendo. Nós trabalhávamos como professoras nas escolas e de graça na fundação.

Filantropia: *A fundação também tem forte atuação pela inclusão do deficiente visual no mercado de trabalho. Como aconteceu essa expansão para além da área educacional?*

Dorina: Nós começamos a integrar os cegos no mercado de trabalho, porque eu já tinha visto os cegos trabalhando em fábricas e empresas. Certa vez, eu cheguei a São Paulo e minha mãe me contou que o vizinho era o Cícero Pompeu de Toledo, na época presidente do São Paulo Futebol Clube. Como no Padre Chico tinha um aluno muito inteligente, formado em massagem, eu fui até a casa dele

pedir um emprego para o rapaz no clube. Esse foi o primeiro emprego que eu consegui para um cego em uma empresa comum. Não era fazer vassoura, nem espanador. Eu tinha horror dessas coisas, porque era só isso que se fazia nas oficinas para cegos.

Em outra ocasião, nós fizemos um convite para a Helen Keller vir ao Brasil, e a American Foundation nos encarregou a organizar as visitas. Então, nós sugerimos uma palestra dela na Federação de Indústrias de São Paulo (Fiesp). Com isso, nós começamos a trabalhar com os Senais, primeiramente aqui em São Paulo. Nós cedemos um colaborador, Geraldo Sandoval, para a Fiesp, e ele fez um levantamento de todas as posições que os cegos poderiam ocupar com eficácia. Não por favor, sempre por competência. Foi assim que começou a colocação de cegos no mercado de trabalho por meio do Senai.

Filantropia: *A fundação conta com o apoio de um grande número de voluntários. Qual o perfil dos colaboradores?*

Dorina: Nós criamos o primeiro Centro de Reabilitação de Cegos da fundação, que depois foi evoluindo cada vez mais, porém, sempre contando com profissionais. Nós temos muitos voluntários, sim, mas eles estão aqui para facilitar o trabalho dos profissionais. Quem disser o contrário está mentindo.

Porque saiu numa revista que eram as voluntárias da fundação que ensinavam as crianças cegas a andarem sozinhas. Loucura! Nós nunca faríamos isso. Não que as voluntárias tivessem culpa, mas elas não estão aqui pra isso. Elas têm um trabalho maravilhoso na captação de recursos, nas demonstrações, nas feiras, na televisão, no escritório. Contudo, elas não têm nenhuma atividade profissional.

Aliás, todos os diretores da fundação, inclusive eu, somos voluntários. Isso também vale para o nosso diretor presidente. Em 1990, eu disse para os conselheiros que não queria mais ser presidente. Trabalhei mais meio ano, muitos diretores também pediram demissão e os cargos começaram a ser ocupados por profissionais, empresários ligados ao Terceiro Setor. Hoje, o diretor presidente voluntário é Alfredo Weiszflog, presidente do conselho de administração da editora Melhoramentos.

Eu tenho um amor imenso pela fundação, tenho confiança no que eu contribuí. Mas, eu não queria que, com a minha presença na presidência, a fundação deixasse de crescer como empresa. Hoje ela está cada vez mais com o perfil de uma empresa. Eu sou agora “dona Emerita”, como eles caçoam de mim



Padre Rosalvino, da Obra Social Dom Bosco; Milú Villela, presidente do CVSP; Dorina Nowill e Valdir Cimino, presidente da Associação Viva e Deixe Viver, em evento do Centro de Voluntariado de São Paulo

(risos). [Em alusão à função de presidente emerita vitalícia, que ocupa hoje]

Eu sabia que poderia ainda dar muito de mim, mas que era mais importante para a fundação, e para os cegos, principalmente, que o empresariado contribuísse. É preciso tarimba numa organização técnica, numa empresa, para que seja possível o desenvolvimento da mesma, acompanhando o desenvolvimento do país e do mundo. Apesar de ser “dona Emerita”, eu continuo aqui, mas a cada três anos tem a eleição de um novo presidente, sempre escolhido entre uma pessoa do empresariado ligado ao Terceiro Setor. E o que esses dois presidentes que nós tivemos neste sistema, cada um deles com dois períodos, desenvolveu pela imprensa braille não está escrito. O que a fundação evoluiu como empresa é uma coisa maravilhosa.

Filantropia: *A senhora acredita que a falta de profissionalismo seja um entrave para o crescimento do setor social brasileiro?*

Dorina: Com certeza é a causa do atraso das entidades. Não só do atraso, mas do desaparecimento. Eu já vi aqui e em outros países organizações que desapareceram porque não se modernizaram, não aceitaram a contribuição de outros – que poderiam modificar a sua estrutura, como nós fizemos. Não é fácil você trabalhar com empresários. Mas, eu acho que o mais importante é a aceitação, a contribuição e o trabalho de equipe. É preciso que cada um reconheça o que o outro faz. É isso que garante o sucesso, o respeito mútuo, o respeito pelo saber do outro. Ninguém sabe tudo, e ninguém faz nada sozinho. Inclusive você precisa de pai e mãe para nascer. (risos)

Filantropia: *Quais as dificuldades encontradas pelo deficiente visual na educação e no mercado de trabalho?*

Dorina: Tudo aquilo que exige a visão, não é? Até o momento, eu não posso pilotar um avião. Mas será que eu não vou poder pilotar no futuro? Porque hoje se pilota com botões, e assim eu também posso aprender. Eu sofro muito com o computador, mas o cego precisa dominar a tecnologia. O destino é a facilidade.

A fundação está trabalhando nisso. Estamos analisando como trazer para a vida do cego cada um desses pequenos objetos que existem no dia-a-dia. Por exemplo, tem um equipamento que indica se a luz está acesa quando você o aponta para um abajur ou castiçal. Esse tipo de coisa já existe. Nos EUA é comum e custa muito pouco, mas nós não temos acesso no Brasil. Ainda é muito caro para a empresa comercial produzir esse tipo de equipamento,



Lançamento do livro digital acessível (Lida), em abril, durante a Reatech

porque nós não somos um número tão grande se comparado ao todo. Você não fabrica milhões de equipamentos especiais como você fabrica milhões de colheres, por exemplo.

Outro trabalho da fundação neste sentido é o Centro de Memórias, que agora começou a trabalhar com os museus. Antes, você levava uma criança cega ao museu e ela só ouvia a explicação. Hoje, muitos museus nos EUA e na Europa já têm elementos para que a criança cega possa tocar sem preocupação. Isso é uma coisa que nossa legislação poderia fazer.

Assim como a nossa fundação está fazendo, em parceria com a USP. Uma de nossas técnicas, que é museóloga, está estudando, em todos os museus de São Paulo, quais as possibilidades de os cegos interagirem com as obras. Aí vale a pena você levar um grupo de cegos para conhecer o museu, porque nem tudo, mas muita coisa, você pode sentir.

Filantropia: *Como a senhora classifica a legislação que trata do direito das pessoas com deficiência?*

Dorina: Quer saber de uma coisa? Eu acho que a legislação não devia ser tão necessária. Porque é típico de brasileiro não cumprir a lei, não é? Eu não digo que no Brasil é assim, porque eu acho muito desaforo a gente classificar o nosso país. A gente deve tentar melhorar, mas é difícil. Agora, eu acho que o nosso governo e o nosso Legislativo precisam ter mais senso de responsabilidade.

As Nações Unidas têm um lema: “Um país só é realmente nação quando todos os seus cidadãos se sentem responsáveis pela felicidade e o bem-estar dos seus co-cidadãos”. Todos nós somos responsáveis por aqueles que nos cercam, em qualquer área da vida. Você vê as catástrofes naturais que vêm acontecendo.

A gente sabe que não é impossível que um dia São Paulo vire praia e as outras cidades fiquem submersas.

Filantropia: *De zero a dez, que nota a senhora daria para o Terceiro Setor brasileiro?*

Dorina: Sem a participação do Terceiro Setor na sociedade, eu penso que o mundo não teria o mesmo sentido. E não é somente no Brasil. Eu não dou dez porque ainda não é perfeito. Mas tenho vontade de dar; já progrediu muito. Quando eu procurava uma pessoa para a diretoria da fundação, você acha que foi fácil? Hoje, se você não fechar a porta enche de gente. (risos) Quer dizer, evoluiu muito. Não é mais aquela coisa proibitiva, mas acho que para o dez ainda precisa pensar mais um pouco.

É assim que eu vejo o Terceiro Setor, pela experiência da fundação. Com toda nossa estrutura, como eu vou dizer que o Terceiro Setor não funciona? Aqui ele funciona. O nosso presidente, por exemplo, do mesmo jeito que ele se dedica à sua empresa, ele faz aqui na fundação. É o senso de responsabilidade social. Isso que o Terceiro Setor deve ter.

Dar dinheiro, destinar recursos são importante, mas, pra mim, mais importante ainda são aqueles que podem doar o seu tempo, conhecimento, *know-how*, capacidade. O mundo hoje é administração e gestão, não é? Aí se concentram as grandes forças. E é isso que as obras do Terceiro Setor precisam: gestão e administração, para poder progredir e absorver o que o mundo de hoje nos fornece de ciência e de conhecimento. ☺

Fundação Dorina Nowill

www.fundacaodorina.org.br

Saiba tudo sobre Terceiro Setor e Responsabilidade Social



Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes

Mobilização de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.

Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre legislação aplicada ao Terceiro Setor. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades, imunidade fiscal e tributária, incentivos fiscais e um canal direto com o MPAS e CNAS.

Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificações públicas e recursos humanos.

Projetos sociais

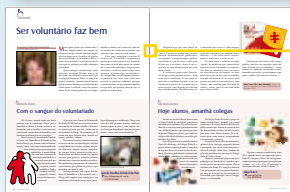
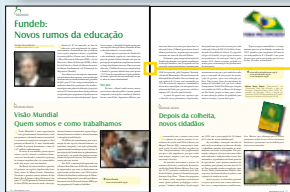
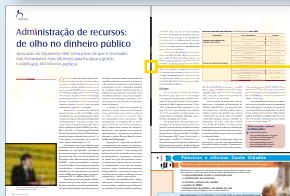
Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com históricos, números e conselhos úteis de seus dirigentes.

Responsabilidade social

O papel exercido pelas empresas na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.

Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.



Assinaturas:

(11) 6824-3005

assinaturas@revistafilantropia.com.br

Redação/Publicidade:

(11) 6978-6686

filantropia@revistafilantropia.com.br



Leia e assine!

Assinatura anual (6 edições): R\$ 49,00
Exemplares avulsos e anteriores: R\$ 8,90

Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito. Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.

Evento discute o investimento social privado na América Latina

Especialistas nacionais e internacionais se reuniram em São Paulo para trocar suas experiências

Por Renata Centelhas

Durante o Fórum de Lideranças – O Futuro do Investimento Social na América Latina, que aconteceu entre os dias 23 e 25 de setembro em São Paulo (SP), mais de 60 líderes de vários países analisaram e trocaram conhecimentos sobre o investimento social privado na região.

O evento foi uma realização do Idis em parceria com a Charities Aid Foundation (CAF) e a colaboração do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), do Centro Mexicano para Filantropia (Cemefi) e do Grupo de Fundações e Empresas (GDPE), da Argentina. Contou ainda com a presença de líderes de organizações relacionadas com o investimento social privado da América Latina, Europa e América do Norte. O objetivo era discutir as perspectivas para o investimento social no continente e promover a troca de experiências entre iniciativas de diversos países.

Segundo o presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), Marcos Kisil, o Brasil está em uma fase de transição “de uma filantropia caracterizada como atividade caritativa de caráter assistencialista para uma filantropia estratégica, que podemos chamar de investimento social em nossa região. Algumas organizações e pessoas já despertaram para o fato de que não basta apenas doar, precisa ter foco e estratégia para que atinja as causas e não apenas os efeitos socioambientais”.

O encontro mostrou que a situação na América Latina como um todo não é muito diferente da que se encontra no Brasil. “Há um progressivo despertar para a importância do investimento social, porém, em alguns países o processo ainda é incipiente. Mas um fórum como este indica que as pessoas e empresas estão cada vez mais preocupadas em investir socialmente

e, assim, promover a transformação que suas sociedades necessitam”, conta Kisil.

Entre os países do continente, o Brasil ainda é o que concentra mais ações de investimento social. Isso devido não só à sua capacidade econômica, explica o presidente do Idis, mas também à ação pioneira que exerce desde que passou a construir uma infra-estrutura para o desenvolvimento e participação do setor privado na vida nacional, constituída por Gife, Ethos e Centro de Voluntariado, entre outras entidades.

Um caso importante e preocupante é o que acontece atualmente na Venezuela. “Ficamos sabendo, durante o fórum, que das 120 fundações existente nos anos de 1990, somente três sobrevivem hoje. Para governos populistas, o aparecimento de uma sociedade civil forte, representativa, preocupada com uma democracia participativa parece representar uma ameaça aos governantes que vêem o setor privado como uma ameaça aos seus projetos de poder”, conta Kisil. Ele explica que na Venezuela, assim como em muitos outros países, as entidades não enfrentam apenas dificuldade de incentivos; há também a preocupação de afastá-las das decisões que envolvem o desenvolvimento socioambiental.

Exemplos

Uma fundação a se destacar é a Charities Aid Foundation (CAF), do Reino Unido, que trabalha desde 1924 com companhias, famílias e indivíduos doadores para criar instrumentos que facilitem as doações. Segundo Kisil, entre 2005 e 2006, os doadores que se utilizam da CAF distribuíram mais de 300 milhões de libras para organizações beneficentes no Reino Unido e no exterior. “No Brasil, no ano passado, clientes do Idis investiram mais

de R\$ 480 milhões de recursos privados em causas sociais, isto em um universo de 61 empresas e famílias para os quais prestamos consultoria. Nesse período, o instituto disseminou diretamente sua *expertise* para mais de 8.000 pessoas e, desde 2005, representamos a CAF na América Latina”.

Já a Fundación Empresas Polar, da Venezuela, há 30 anos sobrevive mesmo com toda instabilidade política existente no país, contribuindo para o desenvolvimento comunitário por meio de programas de educação e saúde.

Para Michael Liffman, diretor fundador do Centro para Filantropia e Investimento Social para Ásia Pacífico da Swinburne University, em Melbourne, na Austrália, os investimentos sociais no país têm o governo como parceiro. “Mas, como está acontecendo no mundo todo, há uma expectativa de crescimento na ajuda do mercado e da sociedade civil”.

Segundo o presidente do Idis, passa a ser extremamente estratégico conhecer como os doadores estão se comportando como agentes transformadores da nossa realidade, num processo crescente de globalização “em que questões como exclusão social de grande contingente da população, combate à pobreza, busca do crescimento da cidadania, modelos para o desenvolvimento sustentável, papel das empresas frente às suas responsabilidades socioambientais se tornaram temas que progressivamente conformam a agenda de governos, organizações da sociedade civil e doadores”.

Links

i www.cafonline.org.uk
www.cemefi.org
www.gdf.org.ar
www.gife.org.br
www.idis.org.br



Advocacy: o lobby do bem

Engajar-se em uma causa que beneficia alguém ou um grupo é uma das maneiras mais nobres de colaborar com a sociedade

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



Há *lobbies* que vêm para o bem. É comum ouvirmos essa frase escrita de modo diferente, mas o sentido é o mesmo. Assim são as ações de pessoas ou grupos, empresas ou organizações sociais que se engajam por uma causa. O objetivo é lutar para a resolução de um problema ou pela defesa dos direitos de uma entidade ou de um grupo.

O termo *advocacy*, expressão inglesa que ainda não ganhou tradução literal para o português, se generalizou ao longo do tempo em função do acelerado crescimento do Terceiro Setor em todo o mundo. O *lobby* – ou o *advocacy* – é a utilização do poder e do status para se comunicar melhor e conquistar os objetivos pretendidos. Apesar de a palavra *lobby* ter sido usurpada por nossos malfadados governantes, o significado real dela é tão nobre quanto o objetivo do Terceiro Setor.

Advocacy é, basicamente, um *lobby* realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. É na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro *advocacy*, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural.

Na prática

Um exemplo bastante fácil de entender: imagine uma comunidade cortada por uma rodovia, onde os moradores são obrigados a atravessar de um lado para outro de forma precária, por falta de uma passarela. A mesma comunidade tem como vizinhos uma fábrica ou qualquer outra empresa privada.

Nessa comunidade existe uma ONG que representa os moradores do bairro e que sempre está pronta para tentar resolver qualquer tipo de questão. Por ser mais influente do que a comunidade avulsa, a entidade pressiona o poder público para a construção de uma passarela. Paralelamente, a ONG – por ser mais maleável e influente do que os órgãos governamentais – pode procurar o dono da

empresa vizinha e pedir o financiamento da obra. E, sendo a representante-líder da comunidade, também pode realizar uma campanha para que as pessoas utilizem a passarela. Tudo isso é *lobby*, tudo isso é *advocacy*.

Outro exemplo que costumo usar para explicar o funcionamento do *advocacy* é a existência de um projeto ambiental que reflita diretamente em uma comunidade de pescadores. A ONG que representa (ou que deseja representar) esses pescadores pode formar uma comissão permanente de contato com os órgãos públicos para que haja entendimento entre as partes.

Aí é que entra a relação do *advocacy* com o setor de comunicação da ONG: o objetivo dessa ação será o de facilitar o diálogo e promover campanhas de conscientização para ambos os lados, mostrando que o projeto ambiental é bom para os pescadores, e, ao mesmo tempo, obter alterações de algumas questões do projeto, a fim de mostrar que ali vivem famílias que dependem da pesca.

Em menor grau também é possível uma pessoa ou um grupo se engajar na defesa de uma causa, fazendo seu *lobby* particular, escrevendo cartas aos jornais, contatando políticos, organizando reuniões comunitárias, participando de protestos públicos, ou se engajando em qualquer outro meio de ação que promova mudanças sociais e nas políticas públicas.

Primeiros passos

O *advocacy* tem vários graus de desenvolvimento no mundo. Nos países ricos, como os Estados Unidos, é um valor moral e cultural, ensinado nas escolas. O relacionamento entre comunidade e ONGs é bem amarrado e surte resultados bem-sucedidos. Quando tratado com seriedade e sem interesses ilícitos, o tema se desenvolve sem tropeços e todos saem ganhando.

Aqui no Brasil, ainda estamos a anos-luz dessa realidade, apesar da difusão de idéias acerca do Terceiro Setor ter se desenvolvido muito nas últimas décadas. Grande parte das ações provém



de empresas privadas e de algumas públicas, e são desenvolvidas institucionalmente ou em parceria. Entre as ONGs, essa atuação ainda carece de articulações mais bem-feitas, que só podem ser construídas por meio da difusão de informações sobre o *advocacy*.

Para se ter uma idéia do tamanho dessa rede social, o Brasil tem mais de 350 mil organizações sociais (número estimado). Com esse tamanho, é improvável que o *advocacy*, em um país de dimensões continentais como o nosso, se desenvolva da maneira como queremos sem que haja comunicação objetiva e focada nos pontos negativos a serem combatidos.

O processo de comunicação entre comunidade, ONG e poder público – e aí soma-se o Ministério Público – ainda é muito frágil, com a exceção das grandes entidades, cujos orçamento e poder de mobilização são suficien-

tes para completar o ciclo. Melhorar o atual cenário do *advocacy* no Brasil é um trabalho árduo, que demandará a participação de todos. Ainda há um longo caminho a percorrer.

Oportunidades

Por ser um processo flexível, o *advocacy* também pode ser praticado pelas empresas privadas. Sem esperar a mobilização das entidades, muitas delas costumam, por meio de suas próprias fundações ou institutos, participar de ações diretamente com o público, seja por meio de parcerias com o governo ou não. Obviamente, desde que esse *lobby* não reflita em interesses comerciais para a própria empresa.

O Terceiro Setor pode ainda praticar *advocacy* quando seus interesses dependem apenas do Estado. É o caso da atuação na esfera governamental para a promulgação de uma

lei de incentivo à cultura, ao esporte, ou uma lei que beneficie os objetivos sociais que ela representa ou almeja. As ONGs – por serem representações de comunidades – ganham enorme força na realização do *lobby* quando pressionam políticos a votar por seus interesses.

O Brasil está deixando essa oportunidade passar. Se todos se conscientizassem da importância do *advocacy* – ou do *lobby*, como preferir – desde que feito com seriedade, honestidade, sensatez e, principalmente, que objetive o bem comum (e alheio), o mundo todo se beneficiaria de políticas criadas com mais democracia e bom senso. Todos ganhariam, sem exceção. 🕒

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

O Terceiro Setor e o *advocacy*

Lúcia Maria Bludeni Cunha

lbludeni@uol.com.br

A *advocacy* é a palavra da vez no Terceiro Setor. De origem anglo-saxã, o termo já é muito utilizado em países com sistemas de governo democrático consolidados, e significa “apoiar uma causa”.

Entretanto, se pudéssemos traduzir a expressão em um conceito mais bem-acabado, poderíamos dizer que é a livre manifestação popular, supra ou apartidária, de maneira a influenciar na tomada de decisão quando da formulação de políticas públicas. Esse processo se dá por meio da sociedade civil, organizada por associações, fundações ou outro tipo de organização social, que elaboram, planejam e executam suas ações. É a chamada democracia participativa, ainda pouco tímida em nosso país, mas que, após a Constituição de 1988 – chamada, inclusive, de Constituição Cidadã –, vem gradativamente tomando corpo.

Por atuarem em função da convivência cívica, tais organizações vêm cada vez mais ocupando espaços públicos. Um exemplo são

os vários conselhos existentes em diversos níveis de governo, como de Educação e Saúde, Assistência Social, Segurança Pública ou Cidades. Outro âmbito de atuação é o das audiências públicas, mais uma valiosa ferramenta de participação e “pressão” popular para o cumprimento de políticas públicas, para a criação, manutenção e defesa de direitos ameaçados.

Ainda como uma forma participativa mais ativa da sociedade, podemos citar as passeatas e as manifestações públicas, ou mesmo ações individuais, como e-mails, cartas, telefonemas e contatos diretos com parlamentares, no exercício da cidadania e construção da democracia. Isso estabelece uma agenda comum entre Estado e sociedade civil, no qual o papel de protagonistas dos atores é exercido por meio do *advocacy*.

No entanto, não devemos nos esquecer de valorizar, como principal iniciativa de

conscientização popular, a única moeda de troca formal de que dispomos: o voto.

Portanto, o que se vê nos dias atuais é a crescente procura por espaços de conscientização e participação popular, seja ela individual ou organizada. O resultado mais significativo dessas ações é a perenização das políticas adotadas, com seu natural aperfeiçoamento e manutenção. Tal processo beneficia várias gerações, sem que se tenha a interrupção dos programas a cada mandato ou gestão pública.

Quanto maior for a habilidade das entidades do chamado Terceiro Setor de se unir, difundir suas ações e agregar pessoas em torno de suas causas, mais legitimidade elas terão para representar sua força política e negociar políticas públicas em prol de seu público beneficiário. 🕒

Lúcia Maria Bludeni Cunha. Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP.

Captação de recursos para a área ambiental



Pela primeira vez na história da humanidade, equilíbrio ecológico, desenvolvimento econômico e justiça social deixam de ser inconciliáveis

Eduardo Magalhães
magaedu@uol.com.br



Apesar de ser um tema que nos últimos anos passou a fazer parte das agendas mais importantes do mundo, a questão ambiental ainda carece – ao menos no Brasil – de maior divulgação a respeito das possibilidades de captação de recursos e realização de projetos.

Na edição nº 28, a **Revista Filantropia** abordou o tema na matéria de capa “Renovando energias para o futuro”, oferecendo um panorama geral e preciso sobre o estágio atual das mudanças climáticas, alternativas e iniciativas concretas.

No presente artigo, pretendemos mostrar de maneira prática os meios de acesso aos recursos disponíveis no Brasil para a área ambiental, sejam eles de origem pública, privada (nacional e internacional) ou proveniente do desenvolvimento de negócios sustentáveis.

Fundos públicos para projetos socioambientais

- Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA): criado em 1989 pelo Ministério do Meio Ambiente por meio da lei nº 7.797, e regulamentado pelo decreto

nº 3.524/2000¹, sua missão é “contribuir como agente financiador, por meio da participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)”. Os projetos enviados devem estar enquadrados em algum dos seguintes núcleos temáticos: Água e floresta; Conservação e manejo da biodiversidade; Gestão pesqueira compartilhada; Planejamento e gestão territorial; Qualidade ambiental; e Sociedades sustentáveis. Além disso, há também editais que são lançados que propõem o envio de propostas específicas. Em seus 18 anos de existência, o FNMA já financiou mais de 1.400 projetos, aportando quantia acima de R\$ 210 milhões.

- Programa Piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil – PPG7: financiado pelo G7 (grupo que reúne EUA, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália e Japão), sua missão é contribuir para a formulação e implantação de políticas que resultem na conservação dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira e na Mata Atlântica. Suas linhas temáticas são: Gestão pública e comunitária de áreas protegidas; Uso sustentável dos recursos naturais; Monitoramento, prevenção e controle de desmatamentos e queimadas; Desenvolvimento local e regional; e Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.
- Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA): apesar de ONGs estarem impedidas de apresentar diretamente propostas a este outro programa do Ministério do Meio Ambiente, elas podem participar em parceria com municípios na execução de projetos que viabilizem melhoria na gestão ambiental descentralizada, com

a participação efetiva das unidades da Federação, dos municípios, da sociedade civil organizada e do setor produtivo.

- Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente: instituído em 2001 pelo Ministério do Meio Ambiente, seu objetivo é premiar iniciativas exemplares na Amazônia, superando modelos predatórios e danosos ao meio ambiente. Em 2007, o prêmio contemplou seis categorias: Liderança individual; Associação comunitária; ONG; Negócios sustentáveis; Ciência e tecnologia; e Arte e cultura. A premiação para o primeiro lugar de cada uma dessas categorias consiste no recebimento de diploma honorífico e de R\$ 20 mil.
- Global Environment Facility (GEF): ONGs podem apresentar projetos de pequeno a grande porte (acima de US\$ 1 milhão) nas áreas de Diversidade biológica; Mudança climática; Águas internacionais; Prevenção da destruição da camada de ozônio; e Degradação da terra.

Negócios sustentáveis

Atualmente, outra possibilidade para a área ambiental é o desenvolvimento de negócios e empreendimentos voltados para a proteção do planeta, que podem ser assumidos também pelo Terceiro Setor. Refiro-me à venda de cotas de crédito de carbono sequestrado, produção de biodiesel e conversão da dívida externa para fins ambientais.

- Crédito de Carbono: segundo o Protocolo de Quioto, os países industrializados devem reduzir suas respectivas emissões de gases que provocam o efeito estufa – entre eles o dióxido de carbono –, em pelo menos 5,2% no período entre 2008

e 2012, comparando-se com as emissões de 1990. Aqueles que não atingirem suas metas poderão fazê-lo comprando créditos de carbono de outros países. Ou seja, países que não são considerados os principais causadores do efeito estufa, como o Brasil, podem vender cotas de “ar limpo” aos maiores poluidores mundiais que assim, indiretamente, atingem sua meta de redução. Essa atividade ainda é pouquíssimo explorada em território nacional.

- Biodiesel²: outra grande esperança para o Brasil e o mundo são os biocombustíveis. Além do álcool, hoje há uma enorme expectativa concentrada no biodiesel. Legalmente, a partir de 2008 todo o diesel vendido no Brasil terá necessariamente de conter 2% de diesel vegetal, passando para 5% a partir de 2013³. Socialmente a inclusão é muito grande, pois agrega valor às atividades produtivas da agricultura familiar, além da necessidade de mão-de-obra intensiva para o processo produtivo em suas três fases: cultivo, produção do óleo vegetal e produção do biodiesel propriamente. Por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o governo federal instalou no país uma política pública específica para o setor. Com esse programa, um dos maiores avanços foi a criação do Selo Combustível Social, que prevê a inclusão da agricultura familiar e a diminuição de impostos para as usinas produtoras de biodiesel.
- Mercados de biodiesel e crédito de carbono: para se ter uma breve idéia da possibilidade de captação dos mercados de biodiesel e crédito de carbono, imagine uma situação teórica e hipotética em que o

total de 1,5 milhão de hectares necessários para a produção de biodiesel⁴ no Brasil fosse dedicado à mamona, que seqüestra 10 toneladas de carbono por hectare. Somente com a venda de tais créditos de carbono seqüestrado, teríamos uma receita de US\$ 75 milhões⁵ levando-se em conta apenas a colheita anual. Estamos diante da criação de um enorme mercado de *commodities* ambientais, no qual o Brasil poderá ser liderança mundial.

- Plano de Conversão da Dívida Externa para Fins Ambientais: criado pela resolução nº 1.840 e circular nº 1.988, ambas expedidas em 16 de julho de 1991 pelo Banco Central, é possível que fundos e instituições não-governamentais ambientalistas possam receber recursos de entidades estrangeiras públicas e privadas com o fim de preservar o meio ambiente. Por meio de tal mecanismo, parte da dívida externa brasileira⁶ pode ser cancelada a partir da obrigação de se utilizar recursos provenientes dessa transação em projetos ambientais no país. A articulação desse negócio deve ser feita entre credores internacionais da dívida externa brasileira, autoridades brasileiras, como o Banco Central, o Ministério da Fazenda e os ministérios relacionados ao meio-ambiente, questão agrária e desenvolvimento social, e ONGs ambientalistas. Apesar de ser um excelente instrumento de alta sustentabilidade, tem sido muito pouco utilizado no Brasil.

Fundos privados

Há vários financiadores para a área ambiental disponíveis no Brasil, sejam de origem nacional ou internacional – inclusive de governos de outros países. Dentre eles destacamos: Basf, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

(Conic), Cooperacció, Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social, Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania, Fundação Educar DPaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e Meio Ambiente, Fundação José Silveira, Fundação Otacílio Coser, Good Samaritan Inc., HSBC Banco Múltiplo, IBM Corporate Community Relations, Instituto Cultural e Filantrópico Alcoa, Instituto Holcim, Instituto Unibanco, Levi Strauss do Brasil, Monsanto Foundation, Population Communications International (PCI), Shell Brasil, The British Council, Unesco, Unicef e Votorantim.

Enfim, um novo mundo já está colocado diante de nós. Nele é possível conciliar inclusão social, equilíbrio ambiental e viabilidade econômica. Essas agora não são mais metas excludentes. Basta agirmos. ☺

¹ VER TAMBÉM O DECRETO Nº 5.877/2006, QUE DISPÕE SOBRE A NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FNMA, E A PORTARIA Nº 170/2001 – REGIMENTO INTERNO, QUE DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DESTES CONSELHOS.

² MAGALHÃES, EDUARDO E SPIASSI ANA L., *PROTÓCOLOS PARA MANUTENÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA E ASSOCIATIVA PARA O BIODIESEL*. SÃO PAULO: ADS-CUT, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007.

³ B2 e B5, RESPECTIVAMENTE.

⁴ ÁREA CORRESPONDENTE A 1% DOS 150 MILHÕES DE HECTARES PLANTADOS É DISPONÍVEL PARA AGRICULTURA EM NOSSO PAÍS.

⁵ CONSIDERANDO O VALOR MÍNIMO DE US\$ 5 POR TONELADA.

⁶ O LIMITE ANUAL É DE US\$ 100 MILHÕES.

Links

- www.bcb.gov.br
- www.biodiesel.gov.br
- www.gefweb.org
- www.mma.gov.br
- www.mct.gov.br

Eduardo Magalhães. Sociólogo, professor e consultor para o Terceiro Setor, diretor da organização Saúde e Cidadania e do Gats, membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de Projetos da Building and Wood Workers' International (BWWI).

ARA-ATUALIZA

Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

O contabilista e o registro contábil das gratuidades

Se todas as gratuidades praticadas pela entidade não forem registradas, pode haver distorção econômica nos valores efetivo e total das gratuidades concedidas

Sergio Roberto Monello
atendimento@sergiomonello.com.br



A grande dificuldade encontrada pelos contabilistas é a contabilização das gratuidades beneficentes praticadas pela entidade beneficente. É necessário que o contabilista saiba diagnosticar com clareza o que é gratuidade, e que o fato contábil seja efetivamente reconhecido e tipificado como gratuidade beneficente, para que se possa fazer sua contabilização. É igualmente importante que o fato econômico ou financeiro realizado, que deu origem ao fato contábil, seja efetivamente gratuidade em serviços ou ações assistenciais, filantrópicos ou de assistência social.

Entretanto, como qualificar como gratuidade uma ação ou serviço beneficente? Como entender o que seja gratuidade beneficente?

Devem ser entendidos por gratuidade beneficente todos os serviços e ações beneficentes prestados pela entidade social, de maneira total ou parcialmente gratuita, em obediência às normas previstas em seu Estatuto Social. Portanto, gratuidade é a essência daquilo que é gratuito, ou seja, que não haja dispêndio financeiro para aquele que recebe a ação ou o serviço beneficente. Em síntese, gratuidade é a qualidade daquilo que é gratuito.

Para melhor atender seus objetivos, a concessão de gratuidades deve estar devidamente alicerçada e fundamentada em programas e projetos. Todo serviço e ação beneficente, que seja eminentemente filantrópico ou de assistência social da entidade, deve ter como suporte técnico e jurídico programas e projetos devidamente elaborados, objetivando situações de promoção humana e social.

A contabilidade da organização deve: ser específica e voltada exclusivamente para as suas finalidades institucionais; ser a radio-

grafia econômica, financeira e patrimonial da entidade beneficente; atender aos gestores da entidade beneficente, com informações necessárias, úteis e eficazes ao desempenho de suas funções; registrar de modo claro, preciso e transparente toda ação econômica, financeira e patrimonial voltada ao atendimento de ações de beneficência, sejam elas simplesmente de filantropia ou de assistência social.

O contabilista, então, precisa contabilizar com clareza todos os fatos contábeis caracterizados como beneficência para o conhecimento dos associados, dos dirigentes da entidade, da sociedade civil, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), do Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e do governo em suas diferentes esferas.

Assim, toda e qualquer ação e serviço beneficente, seja filantrópico ou de assistência social, carece ser identificado, qualificado e contabilizado, independentemente de ser ou não acolhido pelos órgãos públicos. É fundamental que o contabilista faça o registro de todas as gratuidades de maneira segregada, identificável em plena consonância com a resolução CFC nº 877/2000, que aprovou a NBC-T-10.19 que trata das entidades sem finalidade de lucro.

A falta de registro de todas as gratuidades praticadas pela entidade provoca distorção econômica nos valores efetivo e total das gratuidades concedidas. Por analogia, cito como exemplo as despesas que o Ministério da Fazenda não permite que sejam abatidas do lucro real da pessoa jurídica de fins econômicos. Entretanto, pelo fato de estas despesas não poderem ser abatidas do lucro real, o ministério não autoriza

Toda ação beneficente caracterizada e tipificada como gratuidade precisa ser contabilizada de modo que qualquer pessoa, que conheça ou não a ciência contábil, possa entender os fatos beneficentes ocorridos"

a empresa a deixar de contabilizá-las. Destaca-se que o importante é que as gratuidades praticadas pela entidade beneficente sejam devidamente comprovadas.

A contabilidade das entidades tem fim social e público, portanto, deve ser executada com perfeição técnica, eficiência, transparência e muita precisão. Toda ação beneficente caracterizada e tipificada como gratuidade precisa ser contabilizada de modo que qualquer pessoa, que conheça ou não a ciência contábil, possa entender os fatos benéficos ocorridos.

Para que a contabilidade seja registrada com perfeição técnica, é necessário que o contabilista elabore um plano de contas objetivo e específico, aplicável à entidade beneficente em plena sintonia com seu Estatuto Social e que traduza, por meio da linguagem contábil, todos os atos benéficos, sejam eles decorrentes da filantropia ou da assistência social.

Assim, o Plano de Contas deve traduzir contabilmente, nos efeitos econômicos, financeiros, patrimoniais da beneficência realizada pela entidade beneficente, tudo aquilo que no Estatuto Social se caracteriza como beneficência praticada no cumprimento de suas finalidades institucionais.

Em outras palavras, o contabilista deve conhecer o Estatuto Social da entidade beneficente e constituir e organizar o seu Plano de Contas no atendimento das finalidades essenciais da instituição, trazendo ao conhecimento de seus administradores, associados, governo e membros da sociedade civil, toda a ação beneficente efetivamente desenvolvida por ela. O Plano de Contas deve exteriorizar as condições à contabilização de todas as ações benéficas, sejam elas filantrópicas ou de assistência social, que têm como suporte os aspectos econômico, financeiro e o patrimonial.

A beneficência não está apenas na despesa efetuada ou na gratuidade concedida, mas, sim, nos efetivos serviços e ações assistenciais que a organização presta à coletividade, sem fins lucrativos e econômicos, que a caracterizam como entidade beneficente. As gratuidades devem ser gerenciadas, planejadas e documentadas. Toda ação beneficente deve constar em planilhas e estar fundamentada nos critérios de sua concessão.

As gratuidades devem ser apuradas e contabilizadas na medida em que ocorrem, a fim de atender às exigências administrativas e governamentais, além de ser fundamentadas por meio de documentos idôneos. O contabilista encontra os fundamentos técnicos à identificação

das gratuidades e ao seu controle na observância da NBC-T-2, emanada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que trata da escrituração contábil.

A NBC-T-2 assim dispõe:

2.2.1 – A documentação contábil compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apóiam ou compõem a escrituração contábil;

2.2.1.1 – Documento contábil, estrito-senso, é aquele que comprova os atos e fatos que originam lançamento(s) na escrituração contábil da entidade;

2.2.2 – A documentação contábil é hábil, quando revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”;

2.2.3 – A documentação contábil pode ser de origem interna, quando gerada na própria entidade, ou externa, quando proveniente de terceiros;

2.2.4 – A entidade é obrigada a manter em boa ordem a documentação contábil.

Em resumo, para que o contabilista realize com mais precisão e segregação contábil as ações e serviços benéficos, pode-se afirmar que filantropia ou assistência social, em sentido amplo, se constitui em todo e qualquer serviço ou ação beneficente praticados pelas entidades sociais que ajudem a promover, amparar, proteger e defender a pessoa humana, com a finalidade de sua inclusão social ao exercício de sua cidadania.

Assim, toda e qualquer ação promotora da pessoa humana é uma ação filantrópica. Já a assistência social se define como filantropia qualificada e se constitui na qualificação dos serviços ou das ações assistenciais, promotora da coletividade, devendo estar estes serviços ou ações assistenciais em plena sintonia e conformidade com o contido na Constituição Federal e na lei nº 8.742/93, intitulada Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). ☺

PIRAGIBE, MAGALHÃES e MALTA, CHRISTOVÃO PIRAGIBE TOSTES MALTA – DICIONÁRIO JURÍDICO - EDIÇÕES TRABALHISTAS S/A.
SILVA, DE PLÁCIDO - VOCABULÁRIO JURÍDICO - FORENSE - 4A. EDIÇÃO 1975.
DICIONÁRIO JURÍDICO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS JURÍDICAS - FORENSE UNIVERSITÁRIA - BIBLIOTECA JURÍDICA - 2A. EDIÇÃO - 1991.
MONELLO, SERGIO ROBERTO – ENTIDADES BENEFICENTES – ASSISTÊNCIA SOCIAL, IMUNIDADE E DIREITO ADQUIRIDO – GRÁFICAS PAVAS ATHENA – 2006.
____ FILANTROPIA E GRATUIDADES – 1996.
____ FILANTROPIA E GRATUIDADES – 1998.
OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE, AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE E O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS CONTABILISTAS – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – SÉRIE MILLENNIUM – TRÊS - 2002.

Sergio Roberto Monello. Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, Sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

S
U
B
S
T
R
A



SAÚDE



EDUCAÇÃO



RELIGIOSOS



ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Auditus Consultores e Auditores Independentes é uma empresa com larga experiência no atendimento às Entidades do Terceiro Setor, em especial Filantrópicas (CEAS), de todo o Brasil

Uma empresa do grupo:



AUDISA
AUDITORIA PARA O TERCEIRO SETOR

(11) 3661-9933

WWW.AUDITUS.COM.BR

Fusão e incorporação das entidades filantrópicas

A legitimidade da alteração da estrutura jurídica das organizações sociais, tendo como base a prática empresarial

Marcos Biasioli
marcos@mbiasioli.com.br



A história aponta que a vida surgiu na Terra há cerca de 3 bilhões de anos e que o primeiro ser vivo não passava de um complexo de proteínas envolto por uma membrana – dentro da qual o milagre da vida se manifestou pelo surgimento dos primeiros ácidos nucleicos, precursores do DNA (a principal marca química da vida). O corpo dos primeiros seres era, portanto, composto por apenas uma célula, como até hoje muitos são – os protozoários, as bactérias e certas algas. A união de células fez surgir os vertebrados, entre eles o ser humano, o animal pensante¹.

Eis, então, a possível origem do velho e entoadado brocardo “a união faz a força”, ou seja, se a própria constituição do ser humano carece da união de células para o dom da vida, quem dirá as sociedades. Apegando-nos ao presente prelúdio, nos cabe iniciar a análise sobre o tema proposto, que tem como pano de fundo o detido exame acerca das vantagens e viabilidade jurídica da união das entidades filantrópicas.

Reflexos da união

Temos como primeira análise que a união tão comum entre as empresas que compõe o mundo capitalista possui objetivos claros, que são: a união de inteligências e de recursos econômicos para fortificar a produção de riquezas a que se propuseram. Portanto, esta é a razão testemunhada pela sociedade quanto à explosão do mercado de capitais, mormente aqueles tidos como abertos, ou seja, que buscam a sinergia de outros capitais por meio de ofertas públicas de suas ações com propósito de unir-se na saga do desenvolvimento e conseqüente riqueza.

Já as entidades filantrópicas, que não anseiam riquezas materiais, mas, sim, espirituais – pois também investem no mercado de ações (sociais, não de capitais) –, volta e meia se questionam acerca da viabilidade jurídica de trilharem pelos mesmos caminhos das empresas capitalistas, quanto à mobilização de recursos para os seus fins.

Imaginemos, em termos práticos e objetivos, os efeitos, a título de exemplo, de uma fusão entre as Santas Casas de Misericórdias, haja vista que há identidade de: causas sociais, mão-de-obra técnica, insumos, suprimentos em geral, equipamentos e aparelhos médicos, administração (guardadas eventuais diferenças), nuanças técnicas etc. Outro exemplo prático seria a centralização da compra de medicamentos. O que não poderia baratear o processo? E o aproveitamento médico? E o corte dos serviços terceirizados? E a unificação contábil e jurídica? E o volume de atendimentos SUS?

É de se imaginar o quanto se produziria de economia, sem falar na soma da inteligência

diretiva, cujo valor agregado é incomensurável. Citamos, sem pretensão de se fazer juízo de valor, o caso da Santa Casa de Porto Alegre – que é um dos modelos de administração público-privado – e a acareamos com algumas outras Santas Casas radicadas nas demais capitais, que estão numa penumbra cinzenta.

Dissertamos agora sobre as escolas filantrópicas, que assistem de camarote o campear da concorrência liderada por empresas capitalistas, que diuturnamente estão se associando para unificar forças, e não obstante a tamanha sombra, ainda resistem em se manterem isoladas diante de voraz tempestade. Deparamo-nos que, até mesmo entre elas, que possuem mesma ideologia social e carisma religioso, travam batalhas concorrenciais, de igual sorte hospitais e ONGs da mais diversa natureza, ou seja, a livre concorrência se opera no mesmo orbe que o mercado capitalista.

Há casos até de segredos de indústria quando se têm programas de geração de rendas mais engendrados, marcas registradas com ferrenhas disputas na seara do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), chegando até nas raiais da justiça. Assim, as escolas filantrópicas, em especial, estão sendo massacradas pelo capitalismo, pois a evasão de alunos é uma constante, e a razão em regra é quase a mesma: educação virou negócio, e a filosofia qualitativa está dando espaço à quantitativa. Noutras palavras, existe o jargão “salvem-se quem puder”.

Há flagrante guerra branca entre o capital *versus* tradição. E como dizia Karl Marx, o excedente do trabalho sempre cairá na mão dos capitalistas. E mesmo diante deste cenário,

assistimos que muitas estrebucham, resistem, se socorrem à mantenedora, ora prima rica, mas não tiram, em regra, a venda dos olhos para enxergar que é chegada a hora da aliança. Quer entre as próprias filiais, mas em especial com outras filantrópicas, visando à busca da sinergia operacional, econômica, de *know-how*, de inteligência e até mesmo física, para enriquecer a força motriz da obra do bem.

Reflexos econômicos

Ao trabalho social não falta boa vontade de pessoas de bem, tampouco voluntários; também não carece de pessoas em vulneração de risco social, ante os milhares que vivem na linha abaixo da pobreza; e, ainda, não faltam idéias, inspirações e transpirações. Todavia, em regra, sempre faltam recursos para a manutenção da obra, que fica constantemente à mercê de benfeitores ou programas amadores de geração de renda.

Quando se fala de elaboração de projetos sociais, muitas vezes falta até mesmo *expertise* para criá-lo, associado à falta de recursos, o que leva a instituição a ficar, em muitas ocasiões, dependente das quirelas que caem da mesa do abastado. A fusão e a incorporação, via de regra, não ocupam o espaço da genialidade do grupo diretivo, que apenas se valem de *cases* de sucesso para aplicar na obra, desprezando-se a via concisa da aliança da obra paradigma – o que enfraquece o projeto e retira do tutelado a força motriz do seu desenvolvimento.

Enfim, sob o ponto de vista econômico, não há dúvidas que seria extremante salutar a união de entidades filantrópicas. Porém, nos cabe apreciar a viabilidade jurídica de tal processo. Para tanto, é forçoso o singelo estudo dos institutos societários que possibilitam tal mudança.

Viabilidade jurídica

A lei nº 6.404/76, parcialmente alterada pela lei nº 9.257/99, prevê no seu capítulo

XVIII figuras de mudanças na estrutura jurídica da empresa, que são:

- a) **Transformação:** que é a mudança do tipo de sociedade. Exemplo: a sociedade limitada transforma-se em uma sociedade anônima;
- b) **Incorporação:** caracteriza-se quando uma sociedade é absorvida por outra. E, por conta da operação societária, a incorporadora absorve os direitos e obrigações da incorporada;
- c) **Fusão:** é a união de duas ou mais sociedades, dando azo ao surgimento de uma nova sociedade, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações;
- d) **Cisão:** é a operação pela qual a companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

Entendemos e defendemos que todos os tipos de alteração da estrutura jurídica destinados pela lei às empresas se aplicam de forma analógica às entidades filantrópicas, inclusive a transformação, guardando os efeitos tributários de tal operação. No diapasão tributário, não encontramos sequer um entrave às operações de fusão, incorporação e cisão que possa suprimir a benesse do reconhecimento da imunidade tributária; tampouco retirar o reconhecimento pelo CNAS de entidade beneficente de assistência social.


Neste último caso, há até previsão favorável, ainda que de modo intrínseco, pois se permite a mutação ante a exigência de previsão estatutária de que a eventual dissolução da instituição deverá ser regida de maneira a contemplar seu patrimônio a outra entidade congênere².

Entende-se, então, a presença da plena viabilidade jurídica quanto à mudança da estrutura jurídica da entidade filantrópica.

Conclusão

O tema merece muita reflexão, pois o patrimônio da entidade filantrópica é como o da Igreja, é do povo de Deus. Não é mais da instituição, pois a sua construção derivou do mesmo povo que com ela ajudou construí-lo, não obstante o incessante, árduo e virtuoso trabalho dos seus obreiros. Será que não é hora do desarme, da união, da retirada dos “band-aids” da construção de pontes como ensina o magistério de Ladislau Dowbor³? Afinal, a causa não é a mesma, ou seja, a promoção humana?

Enfim, os institutos societários de alteração da estrutura jurídica da empresa, em especial os da fusão e incorporação, são legítimos e podem ser exercidos pelas entidades filantrópicas. Eis que representam, no nosso modesto modo de entender, a filosofia do bem, um grande passo para se consolidar a união e, por conseqüência, a perenidade do desenvolvimento social.

O que nos leva a invocar o Salmo Bíblico 133:1, que assim preceitua: “Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união”. Pense nisto! 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ¹ SÍNTESE COILHIDA DE ARTIGO PUBLICADO NA REVISTA VIDA SIMPLES, EDIÇÃO FEV/95, DE AUTORIA DO PROFESSOR EUGÊNIO MUSSAK.
- ² VER RESOLUÇÃO Nº 177/00, ARTIGO 3º, V, LETRA “E”.
- ³ ECONOMIA SOCIAL NO BRASIL, P. 17, Ed. SENAC.

Marcos Biasoli. Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de pós-graduação de gestão do Terceiro Setor na Universidade Federal do Espírito Santo, membro do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e do conselho editorial da **Revista Filantropia**.



Responsabilidade social, sustentabilidade e marketing social com Fernando Credidio

As principais demandas do mundo corporativo, desmitificadas em palestras e cursos ministrados por um dos mais conceituados profissionais do setor

- ▶ Responsabilidade social, sustentabilidade & marketing social: conceitos e papéis;
- ▶ Sustentabilidade faz parte do negócio;
- ▶ O papel da responsabilidade social e da sustentabilidade no posicionamento de marca e na estratégia corporativa;
- ▶ Os desafios de comunicar as ações de sustentabilidade e responsabilidade social;
 - ▶ Como estruturar programas de investimento social e voluntariado corporativo;
 - ▶ Marketing relacionado a causas: uma ação de ganha-ganha;
 - ▶ Comunicação & marketing na área socioambiental;
 - ▶ Como transformar sua organização em notícia;
 - ▶ Dinheiro para sua causa.

**PALESTRAS
E CURSOS
IN
COMPANY**

*Outros temas sob consulta

Saiba mais sobre Fernando Credidio, acessando o *blog* [Cidadania.corp \(http://rsempresarial.spaces.live.com\)](http://rsempresarial.spaces.live.com)

cel.: (55 11) 8200-7159 | e-mail: fecredidio@gmail.com

O real Terceiro Setor

Os fins escusos do campo social brasileiro

Tatiana Magosso Evangelista

tatiana@mbiasioli.com.br



O trabalho frente a uma entidade sem fins econômicos é composto por distintos componentes, entre eles a escassez de recursos e as dificuldades enfrentadas junto ao Poder Público e à sociedade. Aqueles que compõem e integram as entidades, todavia, aceitam enfrentar essas dificuldades, que não são poucas, por terem como resultado algo que vai além – uma vez que estão mudando a situação do país, se mobilizam em prol daqueles que ficam à margem e tanto necessitam de auxílio. Todo esse esforço é revertido em uma grande satisfação e realização que beiram ao idealismo.

A realidade, entretanto, deve ser apresentada como verdadeiramente é, uma vez que, apesar de toda a entrega, dedicação, intenção de se mudar a realidade de muitos, há aqueles que encontram no Terceiro Setor uma oportunidade para “se darem bem”, ou seja, de obter vantagens econômicas utilizando o apelo sentimental, a propaganda de algo que se distancia da realidade. Nota-se que as vantagens não se restringem ao benefício econômico.

Cada vez mais são difundidas notícias de que pseudo-entidades se beneficiam com a captação de recursos em prol de seus componentes, não cumprindo as finalidades que são apresentadas. Tantas são as denúncias e constatações que o governo instalou no início deste ano a CPI das ONGs, a fim de apurar as atividades escusas de muitas entidades.

Da publicidade

São diversas as atuais reportagens que destacam a existência de entidades não-idôneas, ditas como sem fins econômicos, mas que ocultam seus reais interesses. A mídia apresenta à sociedade o que existe por trás de muitas organizações, desde o desvio de doações recebidas, de recursos públicos, até a corrupção junto a políticos e órgãos públicos, entre outros meios de se obter recursos – não para quem necessita, mas, sim, para aqueles que utilizam as entidades como fonte de lucro e poder.

Tais denúncias apresentadas pelos meios de comunicação são necessárias para que a sociedade tenha consciência do que realmente ocorre, já que a informação é um dos melhores meios para impedir que tais desvirtuamentos se configurem. A publicidade, em especial, tem sido uma importante ferramenta para se evitar o uso do Terceiro Setor equivocadamente, pois tanto os doadores como os órgãos públicos estão cada vez mais exigentes para o repasse dos recursos.

Entretanto, a denúncia indiscriminada ameaça o trabalho das entidades sérias. Ainda, aqueles que pretendem auxiliar uma entidade, seja pessoa física ou jurídica, possuem o dever de não o fazer aleatoriamente, e, sim, consciente da seriedade da entidade escolhida.

Das pseudo-entidades

Entre tantas denúncias de que os recursos não são aplicados nas finalidades prometidas, a sociedade e o poder público buscam formas para terem certeza de que eles serão revertidos para a finalidade social apresentada. As pseudo-entidades surgem como uma ameaça ao crescimento do Terceiro Setor e geram insegurança na aplicação de recursos.

Desta feita, podem ser destacadas duas conseqüências:


a) A primeira, positiva, decorre da maior transparência daquelas entidades que realmente não possuem finalidade econômica e que realizam um trabalho social

eficiente, real. Aquelas que sobrevivem às denúncias, muitas vezes indiscriminadas, são vistas como sérias, corretas, legais, e vão ser beneficiadas.

b) Diante de grande ilegalidade constatada junto a muitas “entidades”, a segunda conseqüência configura-se num outro lado. O acesso aos recursos e o conseqüente cumprimento das finalidades sociais são envolvidos por uma grande rede de burocracia, com maior fiscalização, imposição de mais documentos e provas, o que tende a gerar certo engessamento na atuação das entidades sérias.

Tanto é que o Ministério do Planejamento, por meio de um decreto, pretende controlar rigorosamente os gastos públicos com as organizações não-governamentais, exigindo o cadastramento das mesmas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV).

O assunto em questão possui diversos desdobramentos; tema para um próximo artigo, tamanha complexidade. Contudo, tanto a sociedade como o poder público deve assumir a fiscalização do Terceiro Setor, para que não sejamos tomados pelas pseudo-entidades. Compete à sociedade, inclusive, a permanente análise e busca pelas organizações que realmente são sem fins econômicos, que atuam em prol dos necessitados.

Por mais que existam pseudo-entidades, temos que defender e divulgar as organizações sérias, que enfrentam dificuldades diárias para atenderem necessitados, qualquer que seja sua finalidade – crianças, adolescentes, famílias, idosos, doentes terminais –, que a cada dia faz a diferença em nossa sociedade. 

Tatiana Magosso Evangelista. Advogada da M. Biasioli Advogados Associados, graduada pela PUC/SP, especialização em Direito do Terceiro Setor pela FGV/SP e pós-graduanda em Direito Processual Tributário na PUC/SP.

IR Ecológico: avanço do Brasil contra a degradação ambiental

Recursos obtidos seriam repassados para entidades sociais com projetos previamente aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente

Renata Soares Leal Ferrarezi
renata.ferrarezi@verbanet.com.br



No momento em que o mundo discute os efeitos do aquecimento global, o projeto de lei nº 5.974/2005, de autoria do Senado Federal, que tramita na Câmara dos Deputados, é um avanço para o Brasil – o quarto país que mais contribui para a degradação ambiental do planeta, com 5,4% do total de poluentes despejados na atmosfera.

Se aprovado, o PL instituirá o denominado “Imposto de Renda Ecológico”, traduzindo os anseios dos ambientalistas na luta pela adoção de instrumentos econômicos de política ambiental, tendo em vista que a instituição de incentivos fiscais a projetos ambientais vem sendo adotada com sucesso em países que estão mais avançados neste campo. Com a finalidade de gerar recursos para fortalecer as ações do Terceiro Setor voltadas à preservação do meio ambiente, a instituição de incentivos fiscais propiciará a sustentabilidade de programas ambientais.

O mencionado projeto possui apenas cinco artigos e pretende estimular doações de pessoas físicas e jurídicas a entidades ambientalistas ou a fundos governamentais constituídos para

esse fim, no intuito de resolver o problema que mais aflige essas entidades: a falta de recursos financeiros.


O PL trata da instituição de incentivo fiscal de dedução do Imposto de Renda a pagar pelas pessoas físicas e jurídicas. Assim, as pessoas físicas poderão deduzir até 80% dos valores doados a entidades ambientalistas sem fins lucrativos, até o limite de 6% do imposto devido anualmente. No caso de pessoas jurídicas, será permitida a dedução de até 40% dos valores doados, até o limite de 4% do imposto devido.

Os recursos obtidos com as doações serão repassados para as entidades não-governamentais cujos projetos tenham sido previamente aprovados perante o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Essa sistemática é muito semelhante à adotada para projetos culturais de que trata a denominada Lei Rouanet. O projeto também estabelece a vedação ao emprego de doações para remunerar, a qualquer título, membros de órgãos dirigentes das entidades executoras dos projetos, bem como normas para coibir a má utilização dos recursos públicos.

Os projetos que se beneficiarão dos mencionados recursos devem ter por objetivo o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente e se enquadrar nas diretrizes, prioridades e normas de que trata a lei nº 7.797/89, que instituiu o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Ao projeto de lei nº 5.974/2005 foi pensado o projeto de lei nº 5.162/2005, que também estabelece incentivos fiscais ao investimento privado em programas ambientais, mas amplia esses incentivos prevendo a possibilidade de doações e patrocínios ao próprio Fundo Nacional do Meio Ambiente, bem como a possibilidade de dedução de até 5% do imposto devido.

As principais distinções entre os projetos são as seguintes:

1. O PL nº 5.974/2005 prevê incentivos a doações, enquanto que o PL nº 5.162/2005 prevê o incentivo tanto para doações quanto para patrocínio de projetos de proteção ao meio ambiente;
2. O PL nº 5.974/2005 estabelece que a não-execução total ou parcial do projeto, nos prazos estipulados pelo cronograma, obrigará a entidade beneficiada à devolução do valor do imposto que deixou de ser arrecadado, proporcionalmente à parcela não-cumprida do projeto, acrescido de multa e encargos, enquanto que o PL nº 5.162/2005 é mais rigoroso, estabelecendo pena de dois a seis meses, bem como multa de 50% sobre o valor dos benefícios fiscais recebidos, pela entidade que não executar os projetos;
3. No PL nº 5.974/2005 os limites para dedução do imposto devido são de 6% para pessoas físicas e 4% para pessoas jurídicas. Enquanto que no PL nº 5.162/2005 esse limite é de 5%.

Observa-se, por fim, que o PL nº 5.974/2005 não conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente na parte em que prevê que os recursos arrecadados sejam repassados diretamente à entidade indicada pelo doador. O MMA sugere que os recursos sejam repassados ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, para que este órgão efetue a seleção dos projetos habilitados. 

Renata Soares Leal Ferrarezi, Advogada e consultora da VerbaNet Legislação Empresarial Informatizada e especialista em Imposto de Renda.

Especialização no exterior: diferencial que não tem preço

Profissionalização do Terceiro Setor brasileiro aumenta a demanda por mão-de-obra qualificada

Por Luciano Guimarães

“Empresa procura profissional para atuar em responsabilidade social. É necessário curso superior, pós-graduação ou especialização, experiência na área de Terceiro Setor e fluência em um segundo idioma. Ter frequentado instituições educacionais no exterior e desenvolvido ações em comunidades carentes são importantes diferenciais para o processo de seleção.”

O texto acima poderia servir para qualquer anúncio de vaga, seja de empresas ou organizações sociais. As exigências não estão fora da realidade, para os mais desavisados; apenas vêm acompanhando uma tendência verificada há alguns anos – a profissionalização do Terceiro Setor no Brasil, que chega até aqui com um considerável atraso em relação a outros países, como os Estados Unidos.

Chama a atenção, principalmente nas grandes corporações e ONGs, a criação de setores especializados em responsabilidade social e voltados a estreitar os laços com a comunidade. É justamente onde a demanda por mão-de-obra especializada e dotada de conhecimentos adquiridos fora do país cresce exponencialmente.

“Hoje, no momento do recrutamento, damos preferência a quem tem envolvimento no Terceiro Setor. As empresas estão valorizando as chamadas competências, pois são elas que agregarão, no futuro, valor a produtos e serviços”, explica Wagner Brunini, diretor de desenvolvimento humano da Serasa. A empresa levou tão a sério o tema que criou a área de Cidadania Empresarial, que possui seis profissionais e interage com mais de 80 ONGs no país, mobilizando um time de cerca de mil voluntários.

Entretanto, para estudar no exterior e obter competências como as mencionadas, trilha-se um caminho estreito. As barreiras entre o desejo de estudar no exterior e a formação em um das centenas de cursos disponíveis são o valor necessário a ser investido na empreitada – que ultrapassa facilmente os R\$ 10 mil –, e a adaptação cultural ao país – há cursos na Índia e em alguns países africanos ou mesmo nas nações escandinavas (veja tabela).

Decerto, estudar fora é muito vantajoso, porque amplia os horizontes do profissional, dando uma visão global da estrutura e do funcionamento do campo onde pretende se inserir. Não é diferente no Terceiro Setor, que já abriga cerca de 300 mil fundações e associações sem fins lucrativos no país, que geram empregos para mais de 1,5 milhão de pessoas, segundo a Associação Brasileira de ONGs (Abong).

A jornalista Janine Saponara, diretora da Lead Comunicação Organizacional, agência especializada em assessoria de comunicação para o Terceiro Setor, é um exemplo bem acabado disso. Mesmo com o apoio de uma bolsa de estudos, teve de investir US\$ 12 mil para cursar o *Emerging Leaders for Innovation Across Sectors (Elias)*, ou Líderes Emergentes para Inovação entre os Setores, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), sediado em Cambridge, Boston (EUA).

O curso, com 15 meses de duração, foi uma oportunidade única de aprender a interagir com pessoas de 16 países, que ficavam juntos por períodos de 15 dias e retornavam aos países de origem por 45 dias. Após esse período, viajavam novamente, cada vez para um país diferente, como China, Indonésia, Japão e países da África e da Europa.

“O curso foi dirigido pelo professor Peter Senge, uma das sumidades do mundo em desen-



Jorge Duarte fez o curso de Desenvolvimento Local na Itália

Entidade	Local / Contatos	Cursos / Área de Treinamento	Investimento (*)
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Turim (Itália) www.ilo.org +39 011 693 6616-6655	Desenvolvimento Local; Diálogo Social; Proteção Social; Administração de Desenvolvimento, entre outros	10 mil reais
Fundación Centro de Investigación de Economía y Sociedad (Universidade de Barcelona)	Barcelona (Espanha) www.ub.es +34 93 433-5490	Master em Responsabilidade Social Corporativa (a distância); Master em Economia Social (a distância)	Não disponível
Uganda Management Institute	Kampala (Uganda) www.umi.ac.ug +256 41 425-9722	Postgraduate Diploma in Resource Mobilisation and Management	Não disponível
SP Jain Institute of Management and Research	Mumbai (Índia) www.spjmr.org ppgw@spjmr.org +465 2623-0396	Certificate Programme in Resource Mobilisation & Management	Não disponível
Universidade de Genebra	Genebra (Suíça) www.unige.ch +41 78 879-9058 fundraising@iomba.ch	The Fundraising Certificate on Executive Education	10 mil francos
Bharatiya Vidya Bhavan's	Delhi (Índia) Nova Deli (Índia) info@bvbspccm.org +91 11 2307-0911	Certificate Course in Resource Mobilisation and Communication	12 mil rúpias
Universiti Tunku Abdul Rahman	Kuala Lumpur (Malásia) www.utar.edu.my +60 3 7957-2818 cee@mail.utar.edu.my	Course in Fundraising and Communication	Não disponível
Strathmore University	Nairobi (Quênia) www.strathmore.edu +254 20 606-155 train@strathmore.edu	Certificate Course In Resource Mobilisation & Communication	Não disponível

(*) Custo médio, incluindo viagem, estadia e curso.

volvimento organizacional, que nos preparou para ter sucesso nos relacionamentos profissionais. Uso tudo o que aprendi nos contatos com os clientes da minha empresa”, explica Janine.

De acordo com ela, desde sua volta ao país, descobriu novas maneiras de relacionar-se com os públicos envolvidos no Terceiro Setor. “Meu próprio comportamento mudou, pois aprendi a julgar menos as ações alheias e as pessoas. As duas principais lições aprendidas foram *suspending voice of judgment* (suspender o julgamento) e ‘observe, observe e observe’, ou seja, ouça mais do que fale”.

Há casos de profissionais que saem do Brasil e não voltam, como a advogada Denise Hirao, que atualmente coordena o Programa da América Latina da International Women's Health Coalition. Ela decidiu ir para o exterior porque julgou não haver, no Brasil, um curso que atendesse as suas expectativas. Fez mestrado em Direito com ênfase em Direito Internacional dos Direitos Humanos, na Universidade de Notre Dame (Indiana, EUA), durante um ano.

Denise teve a sorte de contar com uma bolsa integral cedida pela Fundação Fulbright, que também cobria suas despesas pessoais. Muitos profissionais conseguem ser bolsistas, mas precisam sempre passar por um detalhado

processo seletivo, que varia de instituição para instituição. A advogada conta que não encontrou problemas com a adaptação cultural, uma vez que o intenso convívio com estrangeiros de todos os continentes, facilitou sua vida.

A caminhada em busca do aperfeiçoamento profissional levou à Europa Jorge Carlos Silveira Duarte, psicólogo com especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento Local pela OIT e com MBA em Gestão e Empreendedorismo Social pela FIA/USP. Gestor da área de Desenvolvimento Social do Senac, ele atua no fomento de redes com foco no desenvolvimento local.

Em Turim, na Itália, cursou por duas semanas Desenvolvimento Local. Nesse período, visitou projetos de desenvolvimento social na região de Pinerolo, norte da Itália, e em Sevilla, na Espanha. Ao todo, calcula ter investido R\$ 10 mil entre passagens, estadias e aulas.

“Durante o curso, foi importante aprender que em locais onde há maior organização da sociedade há mais desenvolvimento. Como o meu trabalho é fomentar e articular redes para o desenvolvimento local, a experiência no exterior continua inspirando-me a acreditar em pactos entre sociedade civil, empresas e poder público para os próximos 10 ou 15 anos, e não depender

mais da visão míope-partidária, que tem apenas projetos de poder”, argumenta.

Duarte destaca que uma das diferenças mais marcantes desse convívio no exterior foi ver como é importante o apoio do poder público e da iniciativa privada a projetos sociais. “Na maioria dos países europeus, quando as pessoas, as entidades e os empreendedores se organizam e desenvolvem bons projetos, há patrocínio ou financiamento da União Européia. No Brasil, estamos desconectados dessa realidade”, diz.

Evidente que mesmo com todo o investimento necessário, o retorno profissional e pessoal não tem preço. Além disso, o aprendizado conseguido durante o curso é a melhor maneira de ajudar a construir um mundo cada vez melhor.

Links

- www.bvbdelhi.org
- www.grupcies.com
- www.lead.com.br
- www.oitbrasil.org.br
- www.serasa.com.br
- www.spjmr.org
- www.sp.senac.br/redesocial
- www.strathmore.edu
- www.umi.ac.ug
- www.unige.ch
- www.utar.edu.my

diálogo social

AGENDA DE CURSOS E WORKSHOPS

TERCEIRO SETOR

São Paulo, 30 de Novembro de 2007

Gestão de RH

São Paulo, 7 de Dezembro de 2007

Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

Campinas, 13 de Dezembro de 2007

Comunicação e Marketing para Organização do Terceiro Setor

João Pessoa, 14 de novembro

Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

Informações e inscrições:

www.dialogosocial.com.br

Consulte outros temas abordados:

- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais
- Voluntariado Empresarial

OUTRAS INFORMAÇÕES

dialogo@dialogosocial.com.br

(11) 6281-9643

(11) 7186-9906

Parceira oficial:

filantropia
Responsabilidade Social | Terceiro Setor

Consulte-nos sobre consultoria e cursos *In Company*

Calendário Contábil 2007

Calendário contábil 2007

NOVEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
7	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de outubro/07
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em outubro/07
8	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa, referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/07
	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa, referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/07, para pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF Mensal
9	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro/07, incidente sobre rendimentos sujeitos a apuração mensal do imposto
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social, relativa à competência outubro/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Previdência Social – INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência outubro/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/10/07
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência outubro/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorrerem em outubro/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorrerem em outubro/07
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/11/07
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em setembro/07
		Pagamento da quota única ou da 1ª quota do ITR - código 1070
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em outubro/07. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	13º salário	Pagamento da 1ª parcela referente ao 13º salário de 2007
	Declaração Anual de Isentos	Prazo final para a entrega da Declaração Anual de Isento pelas pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis, no ano de 2006, cuja soma foi inferior ou igual a R\$ 14.992,32, desde que não estejam inseridas nas demais condições que as obriguem à Declaração de Ajuste Anual, como a participação em empresas

DEZEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em novembro/07
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de novembro/07
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente a outubro/07
	Dacon Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente a outubro/07
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social, relativa à competência novembro/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/07
	Previdência Social – INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência novembro/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/11/07
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência novembro/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	13º salário	Pagamento da 2ª parcela referente ao 13º salário de 2007
	Previdência Social – INSS	Recolhimento do INSS referente ao 13º salário de 2007
28	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorrerem em novembro/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorrerem em novembro/07
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/12/07
	Contribuição Sindical	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em novembro/07
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro/07

TABELAS PRÁTICAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até		
-	R\$ 840,55	7,65%	8%
R\$ 840,56	R\$ 1.050	8,65%	9%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	9%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	11%

2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 840,55	7,65%	12%	19,65%
R\$ 840,56	R\$ 1.050	8,65%	12%	20,65%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	12%	21%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	12%	23%

3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo

A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição

4 – Salário-mínimo

Período	Valor
abril/02 a março/03	R\$ 200
abril/03 a abril/04	R\$ 240
maio/04 a abril/05	R\$ 260
maio/05 a março/06	R\$ 300
abril/06 a março/07	R\$ 350
a partir de abril/07	R\$ 380

5 – Salário-família

Remuneração	Valor
até R\$ 435,56	R\$ 22,34
de R\$ 435,56 até R\$ 654,67	R\$ 15,74

IR – Fonte e Carnê Leão (2007)

Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.313,69	-	isento
acima de R\$ 1.313,70 até R\$ 2.625,12	15%	R\$ 197,05
acima de R\$ 2.625,12	27,50%	R\$ 525,19

* Tabelas sujeitas a alterações.

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 132,05 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.313,69 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Rápidas legais e contábeis

Sinase

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) recebeu, no dia 17 de agosto, o projeto de lei nº 1627/2007, proveniente do Poder Executivo, que dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, além de regulamentar a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, e alterar dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069/90). O projeto foi enviado a outras comissões para análise da adequação financeira e de mérito e constitucionalidade, além do Plenário. O intuito é a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), um plano individual de cumprimento das medidas socioeducativas, que poderá ocorrer em programa de meio aberto ou de privação de liberdade, com requisitos específicos para cada espécie; e transferindo ao Executivo os programas socioeducativos, atualmente sob responsabilidade do Judiciário.

www.mbiasoli.com.br

Cuidado com documentos

Atenção a toda e qualquer documentação, mesmo àquela papelada que parece irrelevante. É o que acontece com as despesas efetuadas pela pessoa jurídica. Para que sejam consideradas dedutíveis, é preciso que atendam às seguintes condições: sejam necessárias; sejam comprovadas por documentos hábeis e idôneos; sejam escrituradas no período base a que competirem; e não correspondam a inversão de capital. Para valer contra terceiros, e em quaisquer repartições da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, ou em qualquer outra instância, juízo ou tribunal, é necessário que os documentos que comprovem as despesas realizadas no exterior sejam traduzidos. Tais documentos devem, ainda, ser legalizados no país de origem, ou seja, notorizados, consularizados e registrados em cartório de registro de títulos e documentos.

www.receita.fazenda.gov.br



Veto às gravações

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou o projeto de lei nº 6147/2005, que proíbe o monitoramento dos empregados por meio de equipamento de filmagens. O projeto, de autoria do deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), recebeu parecer favorável do relator, o deputado Marcelo Castro (PMDB-PI). As empresas se justificam que a gravação de imagens dos ambientes de trabalho é em razão de segurança, tanto patrimonial quanto dos próprios funcionários. O monitoramento e fiscalização sempre deverá observar os limites impostos pelos princípios constitucionais de proteção à intimidade, à honra e à imagem dos indivíduos. O texto prevê apenas as filmagens por razões de segurança, "inerentes à natureza do empreendimento e para assegurar o bem-estar ou a integridade física de clientes, consumidores ou dos próprios trabalhadores".

www.camara.gov.br

Salário-base

Decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) afirma que a simples alegação do empregado de que recebe salário-base inferior ao mínimo legal, fazendo, portanto, jus ao pagamento da diferença entre o valor recebido e o salário-mínimo, não é suficiente para o sucesso em ação judicial. O salário-base do empregado deve ser analisado de acordo com sua efetiva remuneração, verificados os acréscimos, como reajuste complementar do piso salarial, gratificações, adicional por tempo de serviço, entre outros.

www.tst.gov.br

Emissão de nota fiscal

As secretarias das Fazendas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro não estão autorizando a emissão de documento fiscal para empresas devedoras de ICMS, o que tem levado as mesmas a recorrerem à Justiça para conseguir imprimir tais notas fiscais. Somente com a Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) as gráficas podem imprimir as notas. As justças estaduais, em sua grande maioria, estão dando razão ao contribuinte, diante da ofensa à Constituição Federal com relação ao livre exercício de atividade econômica independentemente de autorização de órgãos públicos.

www.fazenda.sp.gov.br

Balanco Social Empresarial

As empresas serão reconhecidas por divulgar o Balanço Social Empresarial, um mecanismo de controle e transparência de responsabilidade social dos empreendimentos. Basicamente, é o mesmo tipo de ação que acontece com o Balanço Patrimonial, publicado anualmente em jornais de grande circulação regional ou nacional. De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o PLS nº 224/2007, que tramita no Congresso, autoriza o MDS a emitir o Selo Empresa Responsável, a ser concedido às empresas que publicarem o Balanço Social Empresarial com as informações mínimas exigidas.

www.senado.gov.br

Diferenças salariais

Se comprovado que a verba paga a título de diárias é calculada com base na produtividade do empregado e classificada como incentivo, esse pagamento representa autêntico prêmio, cuja habitualidade determina o seu caráter salarial. A decisão é da 8ª Turma do TRT de Minas, que negou provimento a recurso ordinário de uma empresa, condenada a pagar ao reclamante diferenças salariais geradas pela integração das diárias em seu salário mensal. Com a decisão, a reclamada terá de arcar com o pagamento das diferenças salariais geradas pela integração da parcela paga como "diárias" sobre o aviso prévio, férias proporcionais com 1/3, 13º salário proporcional, saldo de salário e FGTS com multa de 40%.

www.mg.trt.gov.br

Projetos educacionais

A resolução CD/FNDE nº 39/2007 estabelece os critérios para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do ensino infantil e fundamental e da educação especial, decorrentes de emendas parlamentares, para o exercício de 2007. O propósito é promover ações supletivas e redistributivas, para correção progressiva das disparidades no padrão de qualidade do ensino e ainda assegurar a implementação dos projetos e atividades na configuração estabelecida no orçamento de 2007.

www.fnde.gov.br



Fim da matança

O Instituto Sea Shepherd Brasil (ISSB), organização ambiental sem fins lucrativos que visa à proteção da vida marinha, ingressou com uma ação civil pública com pedido de liminar na Justiça Federal do Amapá contra o Ibama. O motivo foi a omissão dos nomes dos responsáveis pelo massacre de golfinhos em Macapá (AP). A atividade ilegal veio à tona no dia 16 de julho, em matéria exibida pelo Jornal Nacional, feita com imagens produzidas por agentes do órgão federal. As imagens mostraram pescadores exterminando 83 golfinhos em um único dia.

www.seashepherd.org.br



Escrituração resumida

A legislação do Imposto de Renda, assim como a legislação comercial e as Normas Brasileiras de Contabilidade, admite a escrituração resumida do Livro Diário por totais que não excedam ao período de um mês, com relação às contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento – desde que utilizados livros auxiliares para registro individualizado e conservados os documentos que permitam sua perfeita verificação. Duas são as hipóteses em que se admite a escrituração resumida de certas contas: contas para registro de operações numerosas; e contas para registro de operações realizadas fora do estabelecimento.

www.receita.fazenda.gov.br

Informação obrigatória

A Receita Federal será obrigada a notificar o contribuinte sobre a ocorrência de pagamento indevido de tributo. Tal ação acontecerá caso o projeto de lei nº 6.307/2005, do deputado Eduardo Sciarra (PFL-PR), seja aprovado no Congresso. O contribuinte deverá ser informado sobre as providências a serem adotadas para obter a restituição ou a sua compensação com outro tributo. Atualmente, o Código Tributário Nacional já assegura ao contribuinte a restituição do tributo pago indevidamente. A medida poderá melhorar o relacionamento entre o fisco e o contribuinte.

www.camara.gov.br

INSS: prazo mantido

As duas turmas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiram contrariamente à decadência de dez anos para o INSS cobrar as contribuições previdenciárias, declarando a inconstitucionalidade do art. 45 da lei nº 8.212/91. Tal situação estava indefinida nos tribunais regionais federais, e, na instância administrativa, a posição é favorável ao INSS. O STJ entendeu que a regra só poderia ser criada por lei complementar. Assim, vale o prazo do Código Tributário Nacional (CTN), que é de cinco anos. O impacto da nova decisão do STJ será em relação ao posicionamento do Conselho Superior do INSS e do Conselho de Contribuintes da Fazenda, para onde passarão os processos previdenciários com a criação da Super-Receita.

www.stj.gov.br

Convênios no âmbito do FNDE

A resolução CD/FNDE nº 41, de 15 de agosto de 2007, revogou o art. 11 e alterou os parágrafos 2º e 3º do art. 8º e o art. 10 da Resolução CD/FNDE nº 42/2005, que estabelece os procedimentos para habilitação, cadastro, enquadramento e análise dos planos de trabalho, visando à celebração e ao acompanhamento de convênios no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Dessa maneira, determinou que a Coordenação de Convênios utilize, obrigatoriamente, as minutas aprovadas pela Procuradoria Federal do FNDE, específicas para cada programa. A resolução regula que, concluída a instrução processual, a diretoria de Programas e Projetos Educacionais encaminhará o feito, instruído na forma da IN/STN nº 1/97 e da legislação de regência do Programa, para análise da Procuradoria Federal.

www.educacao.gov.br

Gestão das OSs

O Supremo Tribunal Federal (STF) indeferiu, por oito votos a três, liminar que contestava o sistema de gestão das organizações sociais. A decisão ainda passará por julgamento de mérito, mas é encarada como vitória pelo governo paulista, já que no Estado de São Paulo existe a lei nº 9.637/1998, que autoriza a realização de contratos de gestão entre o poder público e entidades de direito privado. O maior problema para os que são contrários às OSs é a desobrigação na realização de licitação para a escolha das entidades e a contratação de funcionários realizada diretamente pela organização social, sem a necessidade de concursos públicos, o que pode resultar em ilegalidades.

www.stf.gov.br

Conservação da Amazônia

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) lançou edital para seleção de projetos de participação comunitária no entorno de seis unidades de conservação da Amazônia. As organizações da sociedade civil tiveram até 31 de outubro para enviar propostas. O edital tem como objetivo estimular as populações que vivem nas proximidades dos Parques Nacionais Serra do Divisor (AC) e Jaú (AM), dos Parques Estaduais Corumbiara (RO) e Cantão (TO), das Reservas Biológicas Jaru (RO) e Rio Trombetas (PA) a apresentarem projetos comunitários voltados ao desenvolvimento econômico e socioambiental. O valor previsto para cada entorno é de R\$ 400 mil.

www.mma.gov.br



Deduções no IR

O leque de fundos de natureza social que permitem dedução de Imposto de Renda, no caso de doações de pessoas físicas e jurídicas, pode ser ampliado. De acordo com projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será possível incluir os fundos geridos pelos Conselhos de Assistência Social tanto no âmbito federal quanto no estadual e no municipal. O PLS nº 297/06 passará ainda por outras comissões.

www.senado.gov.br

Acidentes de trabalho

O Conselho Nacional de Previdência Social baixou uma resolução determinando que o INSS incremente o ingresso de ações regressivas na Justiça contra os empregadores considerados responsáveis por acidentes de trabalho, nos quais há negligência ou imprudência no cumprimento de normas de segurança e higiene por parte das empresas. O órgão federal quer garantir o ressarcimento dos gastos do INSS com o pagamento de benefícios de auxílio durante períodos de afastamento e nos casos de morte, com a transferência dos benefícios pagos aos familiares.

www.previdencia.gov.br

Produção: Luciano Guimarães (jornalista).

Fonte: Marcos Biasoli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M.Biasoli Advogados Associados.

Muito mais que campanhas de Natal

Por Rigeria Salado

Entidades sociais mostram que com planejamento adequado, criatividade e bastante trabalho é possível transformar famosas campanhas de Natal em alavancas para impulsionar a captação de recursos durante o ano todo

Muito mais do que simplesmente criar uma campanha de Natal para seus beneficiados; podendo ser de arrecadação de alimentos, roupas, brinquedos e 'n' objetos. Hoje em dia, é preciso mais. Muito mais mesmo para que as entidades do Terceiro Setor se destaquem no mercado social que já abrange cerca de 300 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil, estimativa com base nos dados de 2002 do IBGE.

Por que a sua entidade faz uma campanha como esta? Antes de qualquer coisa, é imprescindível refletir sobre esta pergunta.

Há entidades que a fazem com o intuito de divulgar suas ações e se tornar mais conhecidas; outras pensam apenas em presentear as famílias atendidas por meio de doações, como as conhecidas "sacolinhas", cestas básicas etc. Algumas querem aumentar o número de voluntários; e há ainda aquelas que querem arrecadar verbas e firmar parcerias.

Analisando todas essas possibilidades, não há necessariamente objetivos certos ou errados. O que temos são diferentes visões que levam à prática de estratégias distintas. Mas para que as estratégias atinjam o

esperado, depende muito de como serão planejadas e executadas e se contarão com idéias mais ou menos ousadas.

Dentre os diversos pontos levantados por profissionais da área social para o sucesso das campanhas de Natal, um é motivo de destaque: a criatividade. Usando dessa prática, até mesmo as campanhas mais comuns podem se tornar grandes projetos, ser referência para o segmento e tornar conhecidas quaisquer entidades, independente do público-alvo e porte.



25 25 25 25 25 25 25 25 25 25
25 25 25 25 25 25 25 25 25 25
25 25 25 25 25 25 25 25 25 25

NOVEMBRO 2007

DEZEMBRO 2007

2008

É necessário saber o que a organização já fez e que experiência já tem; analisar os pontos fracos e fortes, verificar se a missão e a visão estão claras e conhecer os próximos desafios; e escolher a melhor estratégia para que consiga chegar aonde quer

Planejamento certo

A grande maioria dos gestores de organizações sociais compreende o significado de planejamento, como consta no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: “determinação de um conjunto de procedimentos, de ações que visam à realização de determinado projeto”. A questão é que, muitas vezes, esta definição tão importante para a realização de qualquer projeto não ultrapassa a barreira entre a teoria e a prática, ficando apenas no plano das idéias, o que acaba prejudicando o próprio Terceiro Setor.

“Os gestores não têm consciência de que precisam de um planejamento detalhado para seus projetos. Eles acham que já sabem tudo, porém, têm dificuldades para realizar o mesmo”, afirma Michel Freller, diretor da Consultoria Criando Atividades Alternativas, que presta serviços nas áreas de contabilidade, gestão e planejamento estratégico para entidades sociais.

Para que uma ação dê certo, é necessário inseri-la dentro do contexto macro de cada organização, iniciar o planejamento com antecedência e fazê-lo anualmente. Tudo isso faz parte do planejamento estratégico, responsável por definir ações, atividades, eventos, campanhas e meios para a captação de recursos, que garantirá a sobrevivência dos projetos sociais.

A venda de cartões de Natal e brindes personalizados para o fim de ano começa a ser preparada muitos meses antes pela Ação Comunitária, entidade fundada em São Paulo, em 1967, que possui ações nas áreas de educação, cultura e cidadania. “Iniciamos os trabalhos no mês de janeiro de cada ano, começando pela escolha e produção das novas imagens para cartões e brindes, e, ao longo do primeiro semestre, desenvolvemos toda criação e produção da campanha a ser lançada no mês de agosto”, explica Itália Roxo, coordenadora de produtos da entidade.

Seguindo este pensamento, Freller apresenta uma sugestão: “Indicamos que seja criado um departamento chamado ‘Desenvolvimento Institucional’ nas entidades. Assim, os profissionais envolvidos com as

áreas de elaboração de projetos, captação de recursos, eventos, marketing e comunicação podem desenvolver estratégias em longo prazo para a sustentabilidade da entidade, por exemplo”, conta. O consultor ainda complementa que três etapas são muito importantes na elaboração do planejamento de cada entidade. “É necessário saber o que a organização já fez e que experiência já tem; analisar os pontos fracos e fortes, verificar se a missão e a visão estão claras e conhecer os próximos desafios; e escolher a melhor estratégia para que consiga chegar aonde quer”, diz.

Como divulgar?

Campanha planejada e inserida dentro do cronograma de atividades da organização social. O próximo passo é divulgá-la, a fim de tornar conhecido o nome da entidade, conseguir recursos, firmar parcerias e captar voluntários para a sua realização. Independentemente do tamanho ou público atendido, é fundamental criatividade em qualquer ação de divulgação. Além dos almejados grandes veículos de comunicação como rádio e tevê, quase sempre descartados pelo alto investimento financeiro, há outras opções mais acessíveis como os jornais e as revistas, ou ainda mídias gratuitas.

Para Marcio Zeppelini, editor-chefe da **Revista Filantropia** e consultor em comunicação para o Terceiro Setor, um bom chamariz ajuda a entidade a divulgar suas campanhas, mesmo com poucos recursos. “A internet é um bom exemplo. É possível criar um e-mail marketing atrativo e chegar a muitas pessoas. Divulgar a ação no próprio site ou em outros, por meio de parceria, também é possível. Pode-se buscar ainda o apoio de assessorias de imprensa e conseguir divulgação gratuita ou fazer parcerias com outros tipos de mídia”, afirma.

E quanto mais diversificada a tática de difusão, mais alcance a campanha tem e melhores são os resultados. A Associação de Assistência à Criança Cardíaca (ACTC), situada na capital paulista, procura utilizar diversos meios para divulgar a sua festa de



Cartões de Natal da AACD para a campanha de 2007

Natal destinada às crianças atendidas, suas mães e acompanhantes, voluntários e funcionários. “As campanhas da entidade são divulgadas em nosso informativo trimestral, em nosso site e, dependendo do público ao qual são direcionadas, em ações de divulgações específicas”, descreve Débora Pinto Carneiro, assistente de Desenvolvimento Institucional.

Por outro lado, por falta de informação e/ou oportunidade, algumas entidades menores enfrentam muita dificuldade para promover suas campanhas de Natal, como é o caso do Nosso Lar, um abrigo que atende há 10 anos mais de 20 crianças e adolescentes com o apoio da Associação das Senhoras Evangélicas de São Paulo. “Montamos sacolinhas para as crianças com tênis, roupas e brinquedos ou doces, às vezes, mas é muito difícil conseguir apoio. Não conheço o caminho das pedras, com quem devo falar e a quem devo pedir. Não tenho grandes parceiros. Tento, mas não consigo”, conta a presidente emérita da instituição Miriam Monteiro.

O Nosso Lar sobrevive graças ao apoio da comunidade local. “Essas pessoas têm bom coração e sabem da credibilidade da nossa casa”, explica Miriam, que completa: “Nossa entidade é pequena, não dá ‘Ibope’. Sem uma indicação, fica difícil chegar até a tevê e à mídia. A gente se esforça muito para conseguir parceiros, e como não vê retorno, a gente acaba aceitando a dificuldade”, desabafa.

As campanhas direcionadas podem ser uma possível solução para este problema. Folders, banners, anúncios em jornais de bairro, convites, e-mail marketing, assessoria de imprensa... O ideal é criar estratégias de divulgação especiais para cada tipo de campanha. Empresários, estabelecimentos comerciais, comunidade local... E saber como abordar quem pode contribuir para a sua realização. Segundo Zepellini, “as campanhas precisam ser feitas principalmente de acordo com o perfil do público alvo”.

Apoio necessário

Parceiros e voluntários. Eles são fundamentais em qualquer campanha. Aliás, durante esta atividade é um bom momento para firmar novas parcerias e conquistar novos colaboradores solidários. Além de contribuir com mão-de-obra, doações e verbas, eles também auxiliam na divulgação da ação, ao fazer propaganda boca a boca e tornar a entidade mais conhecida entre as suas redes de relacionamento, como é o caso

da ONG Amigos do Bem, de São Paulo. “No início, um grupo de amigos resolveu agir diretamente no sertão nordestino para amenizar a fome e a miséria, levando alimentos no final do ano. Com o passar do tempo, novos amigos se uniram à presidente, Alcione Albanesi, e, hoje, mais de 5.000 voluntários colaboram com os nossos projetos”, explica o secretário geral da entidade Alceu Caldeira de Oliveira Filho.

Entretanto, para garantir o apoio destas pessoas, é importante mantê-las informadas sobre as novidades, notícias e resultados conseguidos pelos projetos. É uma maneira de aumentar a credibilidade da associação por meio da transparência nas ações e ainda oferecer o mínimo em troca da ajuda solicitada, que são informações atualizadas sobre o andamento das atividades. “A ACTC mantém contato constante com toda sua rede de parceiros, tendo como prioridade a transparência na prestação de contas dos serviços prestados e da verba arrecada. Isso é o que contribui em grande parte para firmarmos parcerias de sucesso e mantê-las”, destaca Débora Carneiro.

“Se as organizações souberem chegar até as empresas – desde o pequeno comércio até as pequenas, médias e grandes empresas –, por meio do jornal do bairro ou de outras formas de mídia que falem de suas campanhas de Natal, muitas pessoas passarão de doadores a voluntários quando conhecerem o trabalho delas. Essas campanhas são excelentes auxiliares no recrutamento de voluntários, pois dão visibilidade às organizações”, diz Anísia Cravo Villas Boas Sukadolnik,



Festa de Natal do ano passado na ACTC

diretora do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP).

Diferentes campanhas

Bingos beneficentes, bazares, arrecadação de cestas básicas, festas, mutirões de doação, feiras, vendas de brindes e cartões de Natal, coleta de “sacolinhas”. Com idéias inovadoras e ajuda na medida certa, as campanhas podem se tornar grandes eventos e servir como uma marca registrada para as entidades sociais.

Há 13 anos, a ONG Colméia, situada na cidade de São Paulo, promove uma feira de Natal no mês de dezembro. Este ano, cerca de 200 expositores procuraram a entidade para participar do evento e 70 foram os escolhidos. Com a verba arrecada nos cinco dias da feira realizada no ano passado, mais de 50% de todo o projeto de capacitação de jovens pôde ser mantido em 2007. Mas, para convidar 20 mil pessoas e receber em torno de 700 pessoas por dia no evento, é necessário muito planejamento.

Uma campanha dos sonhos

“Para que famílias carentes tivessem uma refeição digna para comer no dia de Natal.” Este foi o objetivo inicial que impulsionou a criação da Campanha Natal Sem Fome, em 1993, em todo o Brasil pela ONG Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Seguindo os ideais do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, os cem primeiros comitês se multiplicaram e, hoje, já passam de 700, dos quais mais de 90% atuam diretamente com a população das classes D e E em regiões de pobreza espalhadas por todo o país.

Desde o ano passado, a campanha ganhou uma nova motivação com ações ligadas também à educação e à cultura. E, dessa maneira, neste ano foi rebatizada de “Campanha Natal Sem Fome dos Sonhos”, que, além de

arrecadar alimentos, passará a arrecadar livros infanto-juvenis e brinquedos para as crianças de baixa renda. “Essa decisão foi tomada no Fórum Nacional da Ação da Cidadania, realizado em 2006. Entretanto, ficou a critério de cada comitê sobre o que arrecadar. No Estado de São Paulo, por exemplo, a coordenação decidiu continuar arrecadar alimentos e livros”, explica Maria Aparecida Carvalho Vieira, coordenadora do comitê paulista.

Com os livros doados, serão criados espaços de leitura – espécie de bibliotecas móveis – em comunidades desprovidas de recursos. Esta nova campanha foi lançada nacionalmente no dia 30 de outubro e conta com o apoio do escritor Ziraldo e da Academia Brasileira de Letras (ABL). E, enquanto aos alimentos, a meta é chegar à arrecadação de mil toneladas.



Objetos comercializados na feira de Natal 2006 da Colméia

“Começamos a procurar os parceiros em julho e eles não dão a resposta na hora. O processo leva tempo. É necessário telefonar, fazer contato pessoal, apresentar o projeto, enviar e-mail, carta, releases. Em outubro, precisamos de tudo definido para imprimir os convites com os nomes dos apoiadores e começar a divulgar o evento para o nosso público-alvo”, relata Heloísa Araújo Scarcelli, diretora da feira. Este ano, a feira acontecerá no Museu Brasileira da Escultura Marilisa Rathsam (Mube), de 5 a 9 de dezembro, e terá jóias, artigos de cama, mesa e banho, produtos importados, de beleza, decoração, entre outros.

O Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) reúne atualmente 31 projetos sociais espalhados por todo o território da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, ou seja, pelos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em São Paulo, a entidade conta com nove obras sociais que atendem crianças, adolescentes, idosos e moradores de rua com programas na área de educação, saúde, trabalho e família.

Com o apoio de voluntários, doadores e parceiros, todas as obras terão suas festas de confraternização, em que cerca de 500 crianças receberão presentes. “Para a captação e campanha de Natal, a Província da Imaculada tem uma central de doações ou telemarketing, que vai distribuir 20 mil boletins com pedidos de doações”, conta Frei Mário Luiz Tagliari, secretário de Economia e Administração de bens da organização.

Outro exemplo interessante vem da já citada Amigos do Bem, que surgiu exatamente em razão das atividades realizadas no período de Natal. Desde 1993, famílias carentes dos sertões de Pernambuco, Ceará e Alagoas vêm sendo beneficiadas com doações de alimentos, roupas, brinquedos, colchões e cadeiras de rodas por meio do trabalho de milhares de voluntários que fazem um mutirão de trabalho e seguem em caravana até estes locais para entregar este auxílio no mês natalino.

Por meio desta campanha, a entidade desenvolveu outras e ações e projetos que acontecem no decorrer do ano, como explica o secretário geral da entidade Alceu Caldeira de Oliveira Filho: “Os Amigos do Bem identificam povoados extremamente carentes e cadastram as famílias que vivem em total miséria. Apesar da dificuldade de acesso, voluntários vão de casa em casa para levantar informações como condições de moradia, trabalho, saúde e documentos, e estes dados são acompanhados mensalmente por nós. As famílias recebem o Cartão do Bem, que possui marcações que identificam o grau de miséria e o que a família deverá receber regularmente para não passar fome”.

Boom de brindes

Junto com o crescimento do Terceiro Setor brasileiro, aumenta também o número de associações filantrópicas que investem em ações promocionais pontuais, como é o mercado de brindes; já que se pode encontrar à venda cada vez mais produtos com suas logomarcas.

Na feira Brazil Promotion, a maior feira de marketing promocional do país, que este ano ocorreu no mês de agosto no Transamérica Expo Center, na capital paulista, quase 20% dos expositores representaram o setor social e puderam expor seus brindes e produtos a mais de 10.000 pessoas, o que não deixa de ser uma tática para impulsionar suas campanhas de Natal e a sustentabilidade de seus projetos.

Segundo dados da Associação de Marketing Promocional (Ampro), em 2006, o mercado promocional movimentou R\$ 20 bilhões no Brasil, e as negociações com brindes chegaram a quase 25% deste montante. Para Jarbas de Souza Lima, diretor da feira, a venda de brindes é uma boa alternativa para a captação de recursos pelas entidades sociais e não precisa se restringir somente ao final do ano. “As entidades do Terceiro Setor não devem se limitar ao Natal. O mercado de brindes é maior do que isto. Em todas as

Essas campanhas são excelentes auxiliares no recrutamento de voluntários, pois dão visibilidade às organizações



Participação do Terceiro Setor na feira de brindes Brazil Promotion 2007

datas nas quais se possam resgatar valores, como o Dia das Mães, dos Pais e outros, estas campanhas são muito oportunas. Para vender produtos é necessário aproveitar as oportunidades”, conta.

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) foi uma das 15 entidades beneficentes que participaram do evento com seus produtos e cartões de Natal, tradicionalmente vendidos desde a década de 1970. O número de cartões vendidos anualmente varia muito de acordo com a procura pelas empresas.

“Em geral, as corporações mais preocupadas com a parte social fazem seus investimentos, ajudando instituições como a AACD, mas isso está diretamente ligado às suas verbas de comunicação e às ações que foram realizadas ao longo do ano”, diz Alecssander Moreira, representante comercial da associação. Cerca de 8% da receita da instituição é obtida pela venda de brindes e cartões.

Um catálogo com mais de cem produtos e de 50 cartões de Natal. Este é o leque de opções oferecido pela Ação Comunitária para o público em geral. “O projeto surgiu como uma fonte alternativa para a sustentabilidade de nossos projetos, em um tempo em que a captação de recursos junto a empresas era muito mais difícil, e uma fonte própria de recursos era necessária”, afirma Itália Roxo, que explica o sucesso da venda dos cartões por 35 anos: “Isto se reflete na qualidade de nossos produtos, no atendimento e no cumprimento de prazos. Esse atendimento diferenciado, aliado à apresentação de nossos projetos sociais, nos trouxe uma carteira fiel de clientes que ano a ano recebem uma prestação de contas do valor arrecadado e aplicado em nossos projetos”. Em 2006, com as vendas, a entidade conseguiu arrecadar 26,3% do que necessita para custear seus projetos ao longo do ano.

Por outro lado, engana-se quem pensa que os brindes e cartões feitos pelas entidades sociais são facilmente vendidos, como afirma Marcio Zeppelini: “É necessário preço bom, qualidade boa e criatividade para vender. Hoje, ninguém compra só porque o produto é de uma ONG”. “Agora, se for algo inovador, com artistas plásticos, por exemplo, no caso dos cartões de Natal, aí sim. Há ONGs que até buscam artistas plásticos internacionais”, completa Michel Freller.

Números

A transparência é a alma do negócio social. Para conquistar parceiros, apoiadores e admiradores, é necessário manter as contas em



Alunos do projeto EnCantando a Vida, da Sefras, apresentam-se na festa de final de ano de 2006

dia e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e de Captação de Recursos. Sem isso, fica ainda mais difícil sustentar a credibilidade, adquirir recursos e realizar qualquer projeto, inclusive as campanhas natalinas.

E há um meio correto de prestar contas com relação a estas ações. “As campanhas de Natal podem ser registradas de maneira segregada na contabilidade da entidade, criando contas contábeis (e até bancária) para registrar os ingressos e saídas no período”, explica Ricardo Monello, membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor – OAB/SP. “Este preceito vale tanto para os recursos recebidos de pessoas físicas quanto jurídicas e segue a resolução nº 877/2000, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC-T 10.19. Assim, as receitas e despesas são registradas em contas específicas de acordo com cada projeto desenvolvido”, completa ele.

Algumas etapas são muito importantes neste processo, como:

- Planejamento e formatação do projeto pretendido (campanha de Natal e/ou outros);
- Inclusão de contas específicas para as receitas e despesas no Plano de Contas e sistema contábil da entidade;
- Desenvolvimento de um sistema de controle interno com recibos, códigos contábeis e procedimentos;
- Execução fiel do orçamento financeiro (incluindo todos os elementos de custos diretos e indiretos, tais como auditoria específica, custos administrativos, insumos, marketing e comunicação, entre outros);
- Controle do fluxo financeiro da entidade;
- Documentos contábeis hábeis e idôneos e situação tributária adequada; e
- Emissão de recibo aos doadores (a Receita Federal, por meio de instrução normativa específica, dispõe de modelo próprio para isto).

Segundo Monello, um ponto importante e que contribui para a transparência na prestação de contas e para firmar parcerias é: “não esquecer de desenvolver ferramentas que permitam que os doadores/parceiros saibam quando, quanto e de que maneira foi feita a aplicação dos recursos em cada projeto ou campanha desenvolvida”.

Tomando estes cuidados, além de estimular o lado solidário dos envolvidos, as campanhas de Natal também favorecem o público atendido e estimulam a rede de apoiadores da própria entidade, assegurando a sustentabilidade de seus projetos durante o ano todo.

O que não pode faltar em sua campanha de Natal?

- Planejamento feito com antecedência;
- Ações criativas e idéias inovadoras (brindes e eventos que tenham um elemento surpresa para atrair o público-alvo);
- Benefício aos parceiros, apoiadores e público para que aceitem colaborar com a campanha;
- Transparência e cuidados burocráticos na prestação de contas;
- Divulgação adequada em meios de comunicação específicos para o público em questão;
- Informações a todos os envolvidos sobre o andamento dos projetos da entidade (conquistas e necessidades).

Links

- www.aacd.org.br
- www.acaocomunitaria.org.br
- www.acaodacidania.org.br
- www.acte.org.br
- www.amigosdobem.org
- www.brazilpromotion.com.br
- www.colmeia.org.br/sefras
- www.franciscanos.org.br
- www.larvomiriam.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Ipea contribui de maneira significativa para o setor social brasileiro por meio de grandes parcerias e pesquisas

Por Juliana de Souza

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é pioneiro na disseminação de informações e conhecimentos sobre as áreas econômicas e sociais do país. São 40 anos de contribuição e suporte técnico às ações governamentais para formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento nacionais.

Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea produz pesquisas, projeções e estudos macroeconômicos, sociais, setoriais e temáticos com o intuito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas públicas.

Por sua relevância, passou a ser conhecido como a entidade que tem a missão de “pensar o Brasil”. No ano em que o instituto completa quatro décadas de existência, é importante ressaltar a relevância de suas atividades para o setor social brasileiro.

Com mais de 500 servidores, a maioria formada por mestres e doutores, a entidade desenvolve grandes pesquisas em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), no sentido de mapear as entidades do Terceiro Setor, dedicando-se ao estudo dos problemas sociais no Brasil, suas causas e conseqüências.

Pesquisa Ação Social das Empresas

Um exemplo de como o Ipea atua no setor social brasileiro é a mais recente pesquisa sobre a atuação das empresas em atividades sociais e a expansão do Terceiro Setor no Brasil. De acordo com a diretora de Estudos Sociais do Ipea, Anna Maria Peliano, a entidade tem longa tradição em pesquisas na área social, e esse trabalho é um retrato da participação do setor empresarial em atividades sociais voltadas para as comunidades mais pobres.

A primeira edição da pesquisa, realizada no período de 1999 a 2002, apontou que 59% das empresas do país desenvolvem ações em benefício da comunidade. Na época, eram cerca de 465 mil empresas que davam sua contribuição. O investimento realizado atingiu R\$ 4,7 bilhões em 2000 – valor que corresponde a apenas 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Os resultados finais da pesquisa, realizada pelo Ipea pela segunda vez em todo o Brasil, apontaram um crescimento

significativo, entre 2000 e 2004, na proporção de empresas privadas brasileiras que realizaram ações sociais em benefício das comunidades. Neste período, a participação empresarial na área social aumentou 10 pontos percentuais, passando de 59% para 69%. “São aproximadamente 600 mil empresas que atuam voluntariamente. Isso indica que a mobilização da sociedade é muito grande e voluntária”, avalia Peliano.

Segundo a diretora, a partir da realização desta segunda edição da pesquisa, tornou-se possível iniciar a construção, de maneira inédita, de uma série histórica para o acompanhamento da evolução do comportamento da iniciativa privada na área social desde finais da década de 1990.

Tendências e desafios do setor social brasileiro

A noção de co-responsabilidade tem se destacado nas discussões sobre a resolução das questões sociais do Brasil. A interação de ações e agentes que implementam políticas públicas propicia a troca de conhecimento sobre as distintas experiências e proporciona maior racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas.

Na mais recente pesquisa divulgada pelo IBGE sobre os indicadores sociais de 2006, os números brasileiros parecem melhorar. “Os problemas sociais ainda são muito grandes e incompatíveis com o desenvolvimento brasileiro, mas os indicadores estão melhorando”, avalia Anna Maria Peliano. Prova disso é o aumento do acesso à escola, a diminuição do analfabetismo e a elevação dos domicílios que possuem saneamento básico.



Diretora de Pesquisas Sociais da entidade, Anna Maria Peliano acredita que os indicadores estão melhorando

Indicadores sociais fornecidos pela Pnad/2004

A perspectiva para os próximos anos, segundo Anna Peliano, é que o número de trabalhos no campo da previdência social e da pobreza aumente. “O Ipea tem vários projetos nos campos social e econômico. Há temas permanentes, como a educação e a representatividade das empresas no Terceiro Setor, mas alguns assuntos muito discutidos dizem respeito às questões previdenciárias e de distribuição de renda”, afirma a diretora.

A seguir, uma síntese dos indicadores sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (Pnad/2004):

Saneamento básico

A pesquisa apontou que 60,3% dos domicílios urbanos dispunham do conjunto de serviços públicos de saneamento em 2004. O destaque ficou por conta da região Sudeste, com 82,8% dos domicílios urbanos atendidos, cabendo às demais regiões do país percentuais bem inferiores: Norte (9,1%), Centro-Oeste (34,4%), Nordeste (34,9%) e Sul (57,7%).

Frequência escolar

A taxa de frequência escolar de crianças de 0 a 6 anos atingiu o nível de 40,3% em 2005, uma variação positiva de 13,3 pontos percentuais em relação a 1995. No caso das crianças de 4 a 6 anos, a frequência escolar era maior e cresceu progressivamente nos últimos anos: de 53,5%, em 1995, para 72,7%, em 2005. Nesse período, o índice subiu entre os mais pobres, passando de 41,9% para 64,5%. Para as famílias com rendimento *per capita*

acima de três salários mínimos, a taxa em 2005 era de 95,4%.

Trabalho infantil

Em 2005, havia 5,4 milhões de pessoas de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil. Dessas, 53,9% tinham idade inferior a 16 anos. O trabalho infantil vem sendo reduzido progressivamente na última década. Para o grupo etário de 10 a 17 anos, a taxa de atividade caiu de 31,5%, em 1995, para 23%, em 2005.

Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil caiu quase 32% entre 1995 e 2005, passando de 37,9 mortes por mil nascidos vivos para 25,8 por mil. O aumento relativo do número de domicílios com saneamento básico adequado vem contribuindo para a redução. A esperança de vida ao nascer cresceu 3,4 anos, chegando aos 71,9 anos de idade. As mulheres (de 72,3 para 75,8 anos) ficaram em situação bem mais favorável que os homens (de 64,8 para 68,1 anos).

Analfabetismo

O Brasil, em 2005, contava com cerca de 14,9 milhões de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, correspondendo a 11% da população. Deste contingente, 37,7% eram pessoas de 60 anos ou mais; 18,9% de 50 a 59 anos; 16,8% de 40 a 49 anos; e 13,9% de 30 a 39 anos. No período entre 1995 e 2005, houve queda na taxa de analfabetismo de 5 pontos percentuais nas áreas urbanas (11,4% para 8,4%) e de 7,7 pontos percentuais nas áreas rurais (de 32,7% para 25,0%).

Atividades do Ipea

- Pesquisas destinadas ao conhecimento dos processos socioeconômicos brasileiros;
- Análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais da economia e da sociedade do país;
- Estudos prospectivos de médio e longo prazo;
- Geração de subsídios técnicos para a formulação e reformulação de políticas públicas e para a preparação de planos e programas de governo;
- Análises e avaliações de políticas públicas, programas e ações governamentais;
- Capacitação técnica e institucional para o aperfeiçoamento das atividades de planejamento, avaliação e gestão;
- Disseminação de conhecimentos atinentes à sua área de competência.



Link

www.ipea.gov.br

Transição

No dia 14 de agosto, o professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Márcio Pochmann, assumiu a presidência do Ipea. O economista, que é autor de 27 livros focados na questão da inclusão social, desenvolvimento econômico e políticas de emprego, foi secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão de Marta Suplicy.

Durante a solenidade, que aconteceu em Brasília, Pochmann criticou o Estado brasileiro, classificando-o como “raqiítico” e afirmou existir a necessidade de técnicos e gerentes especializados em diversas áreas. “Houve uma destruição do Estado nos últimos 20 anos. Perdemos 2,5 milhões de funcionários nesse período. Então, precisamos rever o papel do Estado nesse sentido. Não temos hoje um governo preparado para o desafio do desenvolvimento em termos de tecnologia. O que nós temos, em quantidade e qualidade, não nos permite dar o salto de que precisamos”, assegurou o novo presidente do Ipea.



Novo presidente do Ipea, Márcio Pochmann chama máquina do Estado de raqiítica e promete transparência em todas as suas ações

O rato que fez chover

Um rato percorria sorrateiramente os corredores do senado romano. Dia após dia, ele procurava o que roer, pois tinha fome, muita fome

Felipe Mello
felipe@cantocidadao.org.br



Este texto é formado de fragmentos e potencialmente confuso. Como um quebra-cabeça que vai se apresentando aos poucos na mente e sentimentos do autor, criando uma panela de pressão com um singelo respiro. E, como a relação com o leitor pretende ter mão dupla, o texto se torna ainda mais potencialmente confuso, porque outras peças se tornam disponíveis ao quebra-cabeça, e outras mentes e sentimentos são convidados a se pronunciar. Confusão, no melhor sentido da palavra, gerando um fuso que amplie o campo de visão.

Pensamento e palavra

Vygotsky é um estudioso que pesquisou as relações entre pensamento e linguagem. Ele criou uma metáfora ilustrativa. A nuvem sendo o pensamento, e a chuva, o que a linguagem apresenta ao mundo, por palavras, gestos e outras manifestações. A nuvem carregada é puro potencial chuvoso, mas nem sempre o resultado é uma torrente, ficando limitada por vezes a um gotejo tímido.

O pensamento é potente, mesmo em quem não o exercita amiúde. Existe terreno fértil. A colheita, entretanto, só pode ser conquistada com plantação e cuidado. Em mim, em você, em quase todos: muita nuvem e pouca chuva.

Certa vez, o roedor foi flagrado por um nobre senador. Situação constrangedora. Ambos estavam na penumbra. O rato tinha fome, o senador também.

Hamlet vive

Qual é a fala mais famosa do teatro em todos os tempos? Pense. Mais um pouco? Aposto todas as poucas fichas que tenho em “Ser ou não ser, eis a questão”. Será que só eu? Este monólogo escrito por Shakespeare entre 1600 e 1602 termina assim: “O pensamento assim nos acovarda, e assim é que se cobre a tez normal da decisão com o tom pálido e enfermo da melancolia. Empreendimentos de alto escopo e que bem alto planam desviam-se

de rumo e cessam até mesmo de se chamar ação”. Em mim, em você, em quase todos: muita nuvem e pouca chuva.

Ambos se entreolharam com uma intimidade intrigante. Nenhum dos dois tinha provas de nada, e mesmo se tivessem não tinham interesse em deixar a luz entrar.

O que você quer ser quando crescer?

Certa vez o preceptor de Alexandre (o Grande) fez uma reflexão – entre inúmeras outras – mais ou menos assim: “O que faz algo medíocre se tornar especial é a vontade”. Aristóteles compreendeu que a chuva e a posterior colheita dependem da vontade, da maneira como cada um respira esta palavra que em latim é conhecida como “voluntas”, geradora da palavra luso-brasileira “voluntário”. É uma decisão. Voluntariar-se positivamente para a vida, em atitudes microcósmicas que sacodem o universo. E que a decisão de um número cada vez maior penda para o agir nutritivo, em detrimento do tóxico bloqueador de chuva que é a economia de amor.

Senador e rato andavam em círculos. Aqueles instantes posteriores ao encontro não planejado duraram tempo demais, e talvez tenha sido ruidoso, chamando a atenção de outrem.

Motilidade e mobilidade

A velocidade é intensa. Pessoas vão e vêm em um frenesi quase sempre despropositado. Pouca conversa com o espelho, para checar se a vontade que faz ir e vir vem puramente da necessidade de mobilidade ou se também tem relação com a motilidade. Duas palavras parecidas, mas que fornecem sentidos complementares. A primeira é o movimento externo, a ocupação dos espaços pelas nossas extremidades. Trabalho, tarefas domésticas, burocracias do dia-a-dia, estudo,



Entusiasmo é ter Deus dentro de si, qualquer que seja o “Ele” em que você acredita, essencialmente pelo desejo de evoluir que ele promove

viagens, trabalho voluntário e muitos outros itens que nos põe em movimento.

E a respiração? Inspiração? O ar que vem destas atividades está preenchendo o pulmão da alma, alimentando o movimento interno, a motilidade? Promove a vontade de evoluir no que se faz ou a maior motivação é apenas se livrar das obrigações, enquanto o suplício não recomeça? País forte é consequência de indivíduos fortes. E é forte quem respira bem.

Gritaria do lado de fora. Um contou para o outro que contou para mais outros. Roma toda falava sobre o senador que havia encontrado um rato. E pior, conversado com ele.

Unidade e uniformidade

Desconfie de qualquer receita que prometa resultados ótimos para quaisquer tipos de pessoas no que diz respeito ao desenvolvimento pessoal para o equilíbrio social. Toda ventania destes fragmentos de textos querem levar chuva para estes aspectos, pilares de uma estrutura essencial. Perguntas certas são muito mais eficientes para transformar nuvem em chuva do que respostas prontas. A unidade é desejada, e que a uniformidade seja condenada. Em um fértil oásis de culturas complementares como o Brasil, buscar um único meio de fazer certo é desperdício. A unidade é alinhamento de missão e direção.

Viva os diversos meios de fazer o bem. Eles conversam quando são sinceros. Portanto, desconfie de programas sociais que apenas dão dinheiro, pois é bem provável que o maior interesse seja uniformizar o voto nas próximas eleições. Revolução social só se faz de verdade com cultura. E não parece que está chovendo tanto nas escolas brasileiras, visto que no estado mais rico do país apenas 15% delas têm bibliotecas. Ô louco, meu! Imagine só nos compatriotas nordestinos e nortistas, por onde a chuva secularmente vem visitando apenas feudos.

A notícia se espalhou. Se um senador havia conversado com um rato, será que outros nobres representantes também não poderiam nutrir esta espécie de relacionamento escuro?

Protagonista entusiasmado

Voltemos aos gregos antigos. Alguém já disse que eles pensaram em tudo, e todo o restante é uma releitura. Enfim, deles vem uma palavra que se encaixa nesta reta final de fragmentos: protagonista. Sua origem semântica encontra-se no grego “proto” (o primeiro, o principal) e “agon” (lutador), em que o *protagnistés* era o ator principal do teatro, ou aquele que ocupava o lugar principal em um acontecimento. Estes sentidos da palavra mantêm-se na linguagem corrente e, assim, encontramos num dicionário da língua portuguesa o seguinte significação: “pessoa imprescindível em alguma atividade”.

Onde estão os protagonistas? Você é indispensável? Talvez ninguém seja no sentido pequeno da palavra, mas todos são quando o assunto é curar o mundo. Protagonistas entusiasmados: retornem das trevas! Acendam a luz! Entusiasmo é ter Deus dentro de si, qualquer que seja o “Ele” em que você acredita, essencialmente pelo desejo de evoluir que ele promove.

O assunto chegou ao imperador, pois estava gerando muitos comentários. Faria o máximo representante do povo parte da patota? Por via das dúvidas, ele tomou uma decisão: ou o rato ou o senador deveriam deixar o senado. E para desviar a atenção do povo: pão e circo.

Figuras sem linguagem

Pesquisando as figuras de linguagem, encontrei uma chamada oxímoro. O objetivo é harmonizar dois conceitos opostos numa só expressão, formando assim um terceiro

conceito que dependerá da interpretação do leitor. Exemplos: “inocente culpa”, “silêncio eloqüente”, “ilustre desconhecido”, entre outros. Nos últimos meses, um local que deveria inspirar vontade de melhorar o país vem jogando contra. Se em 2006 a Câmara dos Deputados foi palco do obscuro e quase perdoado “mensalão”, em 2007 o prédio vizinho vem apresentando um ótimo oxímoro: “Comissão de Ética do Senado”.

Os dois suspeitos foram comunicados que um tinha de sair. O rato, envergonhado por ter sido taxado como parte do grupo, tomou uma decisão peremptória.

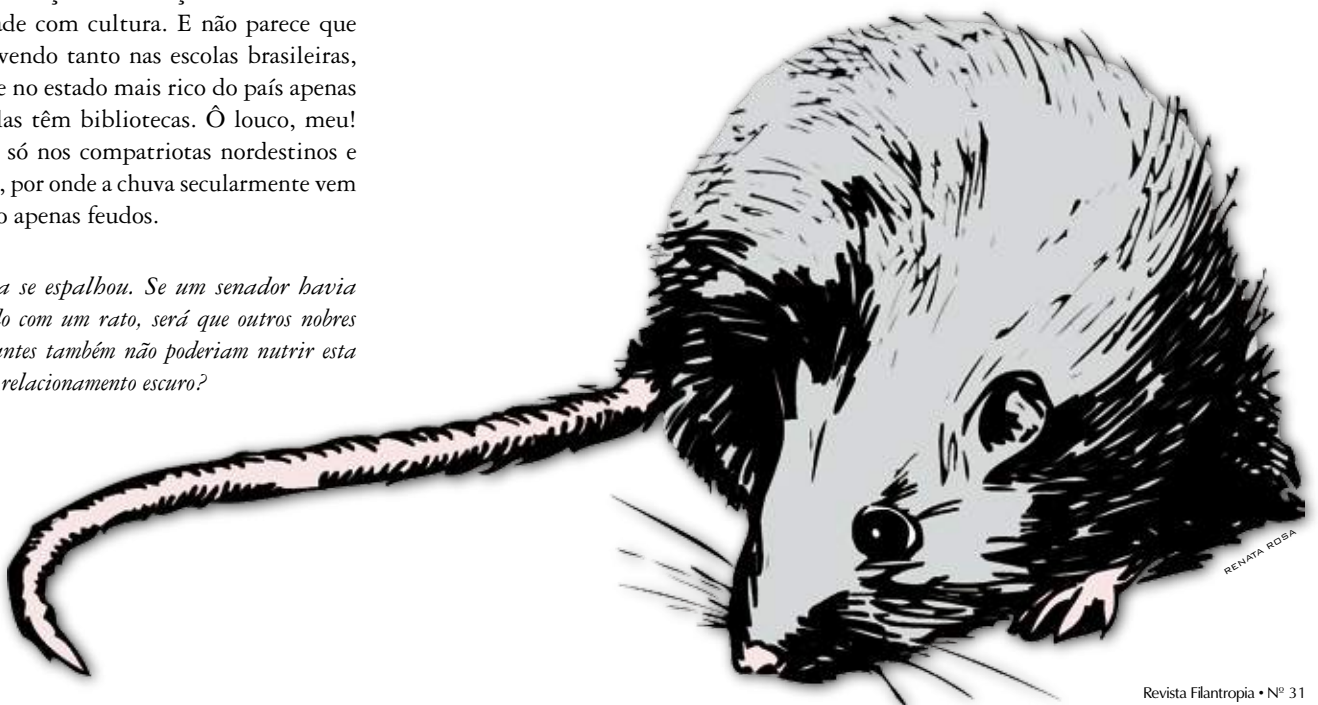
Riso de Neruda

Pablo Neruda é grande: “Tira-me o pão, se quiseres, tira-me o ar, mas não me tires o teu riso... e na primavera, amor, quero teu riso como a flor que esperava, a flor azul, a rosa da minha pátria sonora”.

Ainda que na escuridão, devemos plantar sorrisos em nós e nos outros. Eles iluminam. Formam a verdadeira dança da chuva, mãe que um dia poderá acariciar os filhos deste solo, pátria amada Brasil.

Decidiu não conviver em um ambiente tão escuro. Ia buscar pão na rua, já que o imperador estava oferecendo. Juntou seus trapos e, quando cruzava a porta pela última vez, suspirou. ☺

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



Banco de Projetos

Estímulo a empregados proporem ações voluntárias

Lançado em 2005, o Força Voluntária é um programa de voluntariado empresarial dos colaboradores da empresa Itaipu Binacional. Desenvolvido em Curitiba e Foz do Iguaçu (PR), o programa incentiva a prática da ação voluntária e organiza a oferta e demanda de empregados voluntários para instituições sociais, projetos, programas e eventos, de modo a promover o autodesenvolvimento e a humanização do ambiente de trabalho.

O principal objetivo do programa é ampliar o número de voluntários comprometidos

com a busca de melhorias na atuação social. Para que isso aconteça, a empresa estimula a participação, permite que os colaboradores reúnam-se em horário de expediente para programar ações e oferece todo o apoio logístico necessário. Dessa maneira, a Itaipu beneficia a comunidade ao mesmo tempo em que estreita o relacionamento e valoriza seu capital humano.

A Itaipu também é parceira do Força Voluntária no Banco de Projetos, ação lançada para incentivar e mobilizar os

voluntários a organizarem suas ações em projetos estruturados, com objetivos, metas e resultados. O Banco conta com um regulamento que garante transparência e ética, avaliando a prática comprometida e responsável do voluntariado.

Os voluntários reúnem-se em grupos, visitam instituições sociais, onde já são voluntários ou não, fazem um diagnóstico de necessidades e elaboram um projeto que vai ser analisado pelos Núcleos do Força Voluntária em Curitiba e Foz do Iguaçu. Após análise,

Voluntariado em Osasco

“O tempo passa muito depressa e, quando perdido, não o recuperamos. Considero o trabalho voluntário como um investimento de vida, já que o tempo é um bem muito precioso. Aquilo que fizemos de bom é a única coisa que levaremos para o outro lado da vida.” Estas são palavras do pastor Anésio Rodrigues de Souza, fundador da Comunidade Carisma, uma organização religiosa criada em 1994, em Osasco (SP), e que visa à promoção do bem-estar social no município.

Com mais de 2.000 membros e cerca de 800 voluntários, a entidade se sustenta por meio de dízimos de seus fiéis, doações de empresas e de pessoas físicas. Mantém cursinho pré-vestibular, escolas de idiomas, esportes, ministérios, uma faculdade de teologia e um centro social. Os trabalhos sociais são implementados no Centro Social Comunidade Carisma, criado em 2005, e uma das 750 organizações sociais cadastradas no Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP). “A necessidade de se ter um núcleo de atendimento socioeducativo no bairro Quitaúna, que abrange as favelas Padroeira e Jardim São Pedro, foi a mola propulsora para


o início dos trabalhos. Essa demanda foi constatada em pesquisa realizada por voluntários na região”, explica Elizete Saramello, gestora do Centro Social.

Em dois anos de funcionamento, o número de crianças assistidas – entre 7 e 13 anos – cresceu dos 35 iniciais para 80, em 2007. O projeto Educando Jovens para a Vida, em parceria com o Senac, assiste a outros 17 adolescentes entre 14 e 17 anos. “Desta parceria, surgiu o Programa de Educação para o Trabalho, que envolve 30 moradores da região”, acrescenta Elizete.


A Comunidade Carisma desenvolve também o Natal Solidário, que atende a mais de 1.500 famílias carentes por ano, por meio dos projetos Faça Uma Criança Sorrir no Natal e Família Acolhedora. No projeto Feito à Mão, voluntários doam seus talentos e ministram cursos de artesanato. Os objetos produzidos são expostos em espaços viabilizados pela parceira com o CVSP nos shoppings Market Place e Iguatemi.

No programa Sorria Carisma, as crianças do projeto social recebem atendimento em saúde bucal oferecido por estudantes do curso

de odontologia da USP que prestam trabalho voluntário. Com a Campanha de Reciclagem, um grupo de voluntários conscientiza a população local sobre meio ambiente, arrecada materiais recicláveis e gera receita com a venda destes materiais.

A Comunidade Carisma participa da Rede Social Osasco, composta por diversas organizações sociais da região oeste da Grande São Paulo, pelo poder público e por empresas do setor privado. Dentre os projetos empreendidos pela Rede está o Centro de Voluntariado de Osasco, que tem como objetivo mobilizar pessoas e recursos na busca de soluções para os problemas sociais e comunitários, por meio do fortalecimento da cultura e da prática do voluntariado. Nos dias 1º e 2 de agosto deste ano, o CVSP capacitou 32 organizações envolvidas na Rede. É o voluntariado expandindo a própria solidariedade. 

Comunidade Carisma


 www.comunidadecarisma.net
(11) 3695-0054




Grupo de voluntários recebem o "checão" em cerimônia que premiou os projetos apresentados no Banco de Projetos

os projetos aprovados recebem recurso financeiro, doado pela empresa, que vai ajudar no desenvolvimento das ações.

Em 2006, no lançamento do Banco de Projetos, seis projetos foram incentivados. Este ano, o Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV), consultor do programa, organizou uma oficina de elaboração de projetos para apoiar ainda mais os empregados na apresentação de suas ações voluntárias, o que resultou na apresentação de 13 projetos, sendo oito aprovados: quatro de Curitiba e quatro de Foz do Iguaçu.

Após o repasse do recurso, os núcleos do Força Voluntária visitam os projetos e fazem o acompanhamento. No final do ano, os projetos e seus resultados são apresentados em uma Mostra de Projetos. 

Ação Voluntária

 www.acaovoluntaria.org.br
empresarial@acaovoluntaria.org.br
(41) 3322-8076



Ação Voluntária

CURITIBA - PR

Centro de Ação Voluntária de Curitiba

Por diferentes métodos de implantação, o Centro de Ação Voluntária (CAV) trabalha junto com a empresa desde o desenho do plano de ação até sua implementação, monitoramento e avaliação. Tudo isso com o objetivo de oferecer uma construção participativa do Programa Empresarial de Voluntariado (PEV) e possibilitar a interatividade entre a empresa e seus empregados.

A consultoria em PEV inclui pesquisa de levantamento das expectativas dos funcionários, palestras de sensibilização, formatação do PEV, formação e acompanhamento do núcleo gestor, implantação do banco de projetos e oficinas de voluntariado.



Fonte de transformação

Um rio é fonte de vida. Em torno dele, formam-se ecossistemas, fundam-se cidades e civilizações. Por isso, um estudo iniciado em 2004 sobre os impactos do homem nas águas do rio Bubu chegou muito mais longe do que previam os alunos do Centro Educacional Agostiniano, em Vitória (ES) – uma das escolas certificadas com o Selo Escola Solidária, realizado pelo Instituto Faça Parte.

Importante rio da região, o Bubu nasce em Cariacica (ES), passa por vários bairros e deságua na baía de Vitória. Com o projeto, a escola pretendia identificar as condições do rio, o tipo e a origem dos poluentes e, a partir dessa análise, propor soluções para os problemas encontrados. Dos primeiros levantamentos ao envolvimento das principais autoridades do município, muita água rolou. Nas primeiras etapas, professores e alunos da 5ª à 8ª séries do ensino fundamental entrevistaram famílias ribeirinhas, coletaram água para análise, fotografaram e filmaram a paisagem.

Desenhou-se, assim, um retrato do abandono da região atravessada pelo rio, poluído


por lixo e esgoto. O material foi organizado em um CD-ROM educativo, distribuído para outras escolas da cidade e para as prefeituras de Cariacica e de Vitória. Em atividades *in loco*, realizadas fora do período de aula, professores e alunos descobriram que os poluentes predominantes no rio são de origem orgânica, produzidos a partir do lixo e do esgoto lançados pela população ribeirinha, nos bairros Bubu e Flexal II.

Os índices de coliformes fecais também ultrapassavam os limites aceitáveis. Grande parte da população ribeirinha não possui acesso à rede de esgoto e a outros benefícios do saneamento básico. A partir desses dados, foi elaborado um plano de ação com a Prefeitura de Cariacica e com as Secretarias de Meio Ambiente e Educação. Sensibilizada pelo trabalho desenvolvido, a prefeitura e o Centro Educacional Agostiniano promoveram, em 22 de março deste ano, o Dia Mundial da Água, em uma cerimônia que marcou a ampliação do projeto.


Entre as atividades desenvolvidas em conjunto estão: campanhas educativas sistêmicas nas comunidades ribeirinhas e

nas escolas dos bairros cortados pelo Bubu; palestras e distribuição de cartilhas sobre desenvolvimento sustentável, coleta seletiva e esgoto doméstico; mutirões de limpeza do rio e reflorestamento das margens, com a participação da comunidade e de escolas vizinhas; cursos de informática e artesanato, em parceria com empresas públicas e privadas; e distribuição de mudas.

Em todas essas ações, não se aprende apenas a trabalhar pela conscientização ambiental. As atividades estão ligadas diretamente ao desenvolvimento do programa de geografia, ciências, informática, português e artes.

O rio ainda não está limpo. Mas o principal objetivo foi alcançado: os alunos já se sentem parte do problema e sabem que são agentes modificadores da realidade. 

Centro Educacional Agostiano

 www.agostiniano.com.br
(27) 3222-1111



Lazer para todos

Deficientes intelectuais encontram opções restritas de atividades de entretenimento, cultura e esporte

Por Aline Alves

O lazer é parte importante na vida de qualquer pessoa. É momento de relaxar e se dedicar a uma atividade prazerosa. Para os deficientes intelectuais, o lazer também é instrumento fundamental no desenvolvimento educacional e motor, além de desempenhar papel importante na socialização. Contudo, ainda não é tarefa simples proporcionar momentos de lazer a este público em especial, pois são poucas as opções de inclusão a atividades de entretenimento, cultura e esporte disponíveis – mesmo nas grandes cidades.

As organizações voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência são os principais lugares onde a oferta de atividades de lazer é maior. A Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (Apae) é um exemplo. “Oferecemos uma grade de atividades em que a pessoa escolhe o que quer fazer nas áreas de arte, cultura e esporte. É um programa aberto para pessoas com deficiência e seus familiares”, diz Joseane Masson, coordenadora do departamento de Arte, Cultura e Esporte da Apae-SP.

Atualmente, cerca de 300 pessoas realizam atividades como teatro, música, dança do ventre, capoeira e artes plásticas. “O lazer cria um espaço de sociabilização e convivência, propicia o desenvolvimento das pessoas, mas é livre de qualquer obrigação. O desenvolvimento é consequência da interação com a atividade e as pessoas”, explica Joseane.

A Associação para o Desenvolvimento, Educação e Recuperação do Excepcional (Adere) também estimula o lazer de seus assistidos. Os deficientes intelectuais atendidos pela entidade – cerca de 90 pessoas com mais de 16 anos –, participam de teatro, canto, coral e artes, além de praticar *lian gong* (uma ginástica chinesa). “Além dessas atividades, que fazem parte do dia-a-dia dos aprendizes, promovemos saídas como meio de integração social. Vamos ao

teatro, programamos passeios, feijoadas fora da entidade, e outras atividades de lazer. No entanto, dependemos de colaboração, para a realização desses extras, como doação de convites e transportes, por exemplo”, afirma Soeni Domingos Sandreschi, coordenadora institucional da Adere.

Para ela, a falta de recursos econômicos e a impossibilidade de as famílias dos deficientes intelectuais suprirem esta necessidade sozinhas são empecilhos para o acesso ao lazer. “A participação do excepcional numa entidade como a Adere faz uma grande diferença na sua qualidade de vida. Acreditamos que o lazer seja de vital importância para o desenvolvimento global de qualquer pessoa. No caso do deficiente mental, o lazer tem um peso ainda maior, já que são atividades fora da instituição que promovem a inclusão social dos mesmos”, diz.

Parques de diversões

Ainda que em ações isoladas, principalmente no Estado de São Paulo, muitos parques de diversões programam anualmente eventos voltados especialmente às pessoas com deficiência. Todo mês de dezembro, o Playcenter, em São Paulo (SP), recebe cerca de 46 instituições, como Apae, Casas André Luiz, AACD, além das crianças de salas especiais das escolas municipais e estaduais de São Paulo. No Dia Especial, os equipamentos do parque são classificados em cinco grupos com restrições individuais para cada tipo de necessidade dos visitantes. Eles recebem uma pulseira com a identificação de sua deficiência, para que o atendimento seja específico para cada um. Os participantes também são acompanhados por monitores treinados especialmente para o evento.

No município de Vinhedo (SP), o Hopi Hari oferece evento semelhante. No Dia Especial deste parque, realizado sempre no mês de novembro, as portas são abertas exclusivamente para as instituições dedicadas às pessoas com

ANISBA THOMPSON

necessidades especiais. Em 2006, foram 72, totalizando 8.000 visitantes. Para participar, é necessário fazer um cadastro junto ao parque no mês de fevereiro, e as instituições passam por triagem e seleção. Além da entrada gratuita, o Hopi Hari fornece alimentação a todos os participantes. O parque também oferece o Programa Código Azul, que disponibiliza um mapa com as atrações indicadas para a condição física de cada tipo de deficiência.

Já o Parque da Mônica, também na capital paulista, cadastra entidades para visitas gratuitas em datas específicas. As famílias com crianças com necessidades especiais (físicas ou intelectuais) que não possam desfrutar de todas as atrações têm 50% de desconto na entrada. Desde 2005, o parque apresenta um show com o objetivo de trabalhar as discrepâncias sociais, raciais e culturais dentro do universo das crianças. No espetáculo intitulado “Mundo Azul”, a Turma da Mônica faz uma analogia às diferenças que estão presente no cotidiano.

Iniciativas

Há dois anos, a Associação das Indústrias do Pólo Petroquímico do Grande ABC (Apolo) e a Prefeitura de Santo André realizam uma oficina de pipas para pessoas com necessidades especiais. Deficientes intelectuais também participaram do evento, que teve sua última edição no mês de agosto, no Parque Central, em Santo André (SP). Além de construir e soltar as pipas, os participantes assistem a um show que alerta sobre os cuidados com os fios de alta tensão.

A oficina faz parte do Programa de Educação Física Adaptada, que também conta com o apoio da Associação pela Cidadania do Deficiente (Acide) e das Faculdades Integradas de Santo André (Fefisa). A principal atividade do programa é um curso de natação, formatado especialmente para crianças e adultos com deficiência – que, desde 2002,

já recebeu mais de 400 alunos. Ao longo do ano outras atividades são desenvolvidas, com acesso aos deficientes intelectuais, como o piquenique no parque e o Circuito Aventura, de esportes radicais.

Um novo espaço inaugurado em São Paulo, cujas instalações especiais poderão ser usufruídas por deficientes intelectuais, é o Parque do Trote. Localizado no bairro da Vila Guilherme, o parque é uma revitalização da área que pertenceu à Sociedade Paulista de Trote (SPT). É o primeiro endereço da capital adaptado ao lazer de quem tem alguma deficiência ou mobilidade reduzida. Há corrimões e rampas de acesso por todo o parque, pisos especiais – como intertravado (ideal para a circulação de cadeiras de rodas) e tátil (de alerta para deficientes visuais).

No novo playground foram disponibilizados brinquedos adaptados com tecnologia assistiva, ou seja, feitos sob medida para melhorar as habilidades de pessoas com deficiência. Foi criada, ainda, a original trilha dos sentidos, que é um jardim com plantas aromáticas e flores de diversas texturas. Nos próximos meses o parque deverá ganhar também um espaço para equoterapia. 🐾

Links

- 📍 www.apaesp.org.br
(11) 5080-7000
- www.adere.org.br
(11) 5562-4523
- www.poloabc.com.br
- www.hopihari.com.br
0300-789-5566
- www.parquedamonica.com.br
(11) 3093-7766
- Parque do Trote
(11) 6905-0165
- www.playcenter.com.br
(11) 3350-0199



Dia Especial Playcenter já virou tradição



A Apolo promove oficina de pipas em Santo André



Oficina de teatro na Apae-SP

CANTO
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Brasil: 3º lugar no Mundial de Cegos

De 28 de julho a 8 de agosto, as cidades de São Paulo e São Caetano do Sul (SP) receberam atletas com deficiência visual de 67 países para o 3º Mundial de Cegos, a maior competição do mundo com a participação de competidores cegos e de baixa visão. O evento foi criado e é organizado pela International Blind Sports Federation (IBSA). Foram sete modalidades: atletismo, futebol B1 (jogadores cegos) e B2/B3 (jogadores de baixa visão), natação, judô, goalball e powerlifting. A Rússia conquistou 28 medalhas de ouro, além de 15 pratas e 11 bronzes, e foi a grande campeã do torneio. Em segundo lugar ficou a Bielorrússia, com 18 ouros e 38 medalhas no total. O Brasil teve sua melhor participação na história, ficando em terceiro lugar, com 17 medalhas de ouro, 22 de prata e 19 de bronze.

i www.ibsabrasil2007.org.br



Atletas deficientes visuais e seus guias em prova de atletismo

Qualificação profissional de deficientes

Promovido em 9 de outubro, o Fórum Permanente de Empresas para a Inclusão Econômica das Pessoas com Deficiência abordou o tema Qualificação Profissional de Pessoas com Deficiência. Na ocasião, foi anunciado o programa Consórcio de Empresas para a Qualificação Profissional, fruto da parceria estratégica da Secretaria Municipal do Trabalho, Instituto Paradigma e empresas que já cumpriram ou ainda precisam cumprir a Lei de Cotas. Outro destaque do Fórum foi o lançamento da Cartilha *Qualificação Profissional de Pessoas com Deficiência*, desenvolvida pelo Instituto Paradigma, com apoio da PriceWaterhouse Coopers.

i www.institutoparadigma.org.br



Durante a plenária foi lançada a cartilha *Qualificação Profissional de Pessoas com Deficiência*



Pirata, campeão e único surfista brasileiro da competição

1º campeonato de surf adaptado

O surfista da Associação dos Deficientes Desportistas (ADD), Alcino José Silva Neto, o Pirata, venceu o primeiro campeonato de surf adaptado do mundo. Ele foi o único brasileiro a participar da competição, que aconteceu entre os dias 18 e 21 de julho, em Orlando, nos Estados Unidos, durante o Extremity Games. "Foi uma honra participar deste marco do surf adaptado após anos de trabalho desenvolvido para divulgá-lo mundialmente", contou o surfista. Durante o jantar de abertura dos jogos, foi exibido o vídeo "Surfing for All", produzido por Pirata para divulgar a modalidade.

i www.add.org.br
www.extremitygames.com



Presidente Lula assiste a apresentação de grupo de dança integrado por pessoas com deficiência, durante cerimônia de lançamento do Plano Social Inclusão da Pessoa com Deficiência

Decreto beneficia pessoas com deficiência

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 26 de setembro, novo decreto que regulamenta o Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e operacionalizado pela Previdência Social. O BPC é uma garantia constitucional por meio da qual o governo federal repassa um salário-mínimo por mês a pessoas idosas com mais de 65 anos e/ou com deficiência que não tenham como assegurar seu próprio sustento, nem mesmo com o apoio da família. A assinatura ocorreu durante a solenidade de lançamento do Plano Social: Inclusão das Pessoas com Deficiência, em Brasília.

i www.mds.gov.br

Estatuto da Pessoa com Deficiência

O Instituto Social Democrata (ISD) promoveu no dia 23 de agosto, em São Paulo (SP) o Fórum: O Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de levar à sociedade a discussão sobre o texto atual do Estatuto, que tramita na Câmara dos Deputados sob a forma do projeto de lei nº 7699/06. A iniciativa pretendeu fomentar o tema para uma análise que possa vir a contribuir no desenvolvimento e adequação das leis de inclusão social e econômica, antes de ser votada no Congresso. As sugestões ao PL que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência continuam abertas no site do ISD.

i www.isd.org.br



José Serra, governador de São Paulo; Guilherme Bara, idealizador do fórum; e Paulo Renato Souza, deputado federal

Teste da Orelhinha

Segundo a ONU, 1,5% da população dos países subdesenvolvidos sofrem de surdez. No Brasil, enquanto 2 em cada 10.000 crianças nascem com problemas diagnosticados pelo Teste de Pezinho, a surdez afeta 30 em cada 10.000. Levando em consideração esses dados, foi criada uma lei que obriga todas as maternidades públicas e privadas a oferecerem o chamado Teste da Orelhinha, exame indolor e que dura menos de dez minutos. De acordo com Fernanda Moreira, fonoaudióloga integrante do Programa de Triagem Auditiva Neonatal do Hospital San Paolo, "uma pequena sonda é colocada no conduto auditivo, emitindo sons suaves que estimulam as células. E a sua reação cria a auto-acústica evocada, ou seja, o retorno do som".

i www.gatanu.org



Teste realizado na triagem auditiva



Sustentabilidade: consciência ou obrigação?

Reversão de comportamento passa por nações, governos, empresas e cidadãos



Lívio Giosa
liviogiosa@advbfm.org.br



Parece que a discussão sobre as transformações da sociedade, atingindo o ambiente corporativo, chega ao seu ápice. Empresários conscientes, ligados ao novo olhar do cliente/consumidor que espera da sua relação com as empresas a fidelização pelas boas práticas, percebem nitidamente que a busca do lucro só não basta.

Há algo de superior nesta história. Pela estratégia, pela sensibilidade, pela própria pressão do mercado. As ondas da consciência já são reconhecidas através de ciclos baseados em três fatores-chaves incorporados agora na “alma das empresas”: responsabilidade social, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.

Cada um, a seu tempo, foi incluído ao dia-a-dia das organizações, inspirando iniciativas que amenizam o desequilíbrio social e valorizam a própria consciência ambiental. No entanto, a mais nova concepção sobre sustentabilidade atrai a inteligência das empresas para algo muito mais sério e superior: “Como garantir o futuro sustentável da sociedade por meio de atitudes diferenciadas que visam ao futuro das gerações?”.

O fato é que depois da apresentação do Terceiro Relatório do Painel Intergovernamental para a Mudança Climática (IPCC),

divulgado pela ONU, o mundo não é mais o mesmo. A nossa nave-mãe, a Terra, começa a dar sinais claros de desestabilização.

Nações, governos, empresas e cidadãos estão sendo chamados a rever seus comportamentos e agir em prol de um novo entendimento coletivo. Para evitarmos o negro destino anunciado do planeta, a nossa obrigação é agir já.

Uma pesquisa, uma pequena amostra feita entre as 30 principais empresas brasileiras coordenada pela Fundação Dom Cabral, no entanto, nos coloca a outra face corporativa: as empresas têm consciência da questão da sustentabilidade, mas não a praticam.

O que será que está faltando? O que é preciso para que empresários do Brasil e, principalmente, governadores e legisladores acordem para o desenvolvimento sustentável; e que este seja bem aproveitado pelas gerações futuras? Responda você e cobre deles. Com sua atitude e pela nossa sobrevivência.



Para evitarmos o negro destino anunciado do planeta, a nossa obrigação é agir já

Lívio Giosa. Vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) e coordenador-geral do Instituto ADVB de Responsabilidade Social (Ires).



O mundo pede socorro

A importância de atitudes individuais para se evitar as consequências brutais do aquecimento global

Fernando Credidio
fecredidio@gmail.com



O aquecimento global é um fenômeno climático de larga extensão; um aumento da temperatura média superficial global que vem acontecendo nos últimos 150 anos. A Europa tem sido castigada por ondas de calor de até 40°C, ciclones atingem o Brasil – principalmente a costa sul e sudoeste –, o número de desertos aumenta a cada dia, fortes furacões causam mortes e destruição em várias regiões do planeta e as calotas polares estão derretendo – fator capaz de ocasionar o avanço dos oceanos sobre cidades litorâneas.


O que pode estar provocando tudo isso? Os cientistas são unânimes em afirmar que o aquecimento global está relacionado a todos estes acontecimentos. Pesquisadores do clima mundial afirmam, também, que o aquecimento global está ocorrendo em função do aumento dos poluentes, principalmente de gases derivados da queima de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel, na atmosfera. Ozônio, gás carbônico e monóxido de carbono, principalmente, são gases que formam uma camada de poluentes de difícil dispersão, causando o famoso efeito estufa.

O desmatamento e a queimada de florestas e matas também colaboram para o processo. Os raios do sol atingem o solo e irradiam calor na atmosfera. Como esta camada de poluentes dificulta a dispersão do calor, o resultado é o aumento da temperatura global. Embora este fenômeno ocorra de maneira mais evidente nas grandes cidades, já se verificam suas consequências em nível global.

O Protocolo de Quioto é um acordo internacional que visa à redução da emis-

são dos poluentes que aumentam o efeito estufa no planeta. Entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005. Infelizmente, os EUA, a nação que mais emite poluentes no mundo, não aceitou o acordo, afirmando que ele prejudicaria o desenvolvimento industrial do país.

Consequências do aquecimento global

- Aumento do nível dos oceanos: com o aumento da temperatura no mundo, está em curso o derretimento das calotas polares. Ao aumentar o nível das águas dos oceanos, pode ocorrer, futuramente, a submersão de muitas cidades litorâneas.
- Crescimento e surgimento de desertos: o aumento da temperatura provoca a morte de espécies animais e vegetais, desequilibrando vários ecossistemas. Somado ao desmatamento que vem ocorrendo, principalmente em florestas de países tropicais, a tendência é aumentar cada vez mais as regiões desérticas em nosso planeta.
- Aumento de furacões, tufões e ciclones: o aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação das águas dos oceanos, potencializando estes tipos de catástrofes climáticas.
- Ondas de calor: regiões de temperaturas amenas têm sofrido com as ondas de calor. No verão europeu, ondas de calor vêm provocando mortes de idosos e crianças. 



O que você pode fazer?

Energia: economize energia utilizando lâmpadas fluorescentes e não as deixando acesas, tampouco aparelhos ligados inutilmente. Sempre que possível, opte por escadas em vez de elevador. Se utilizar chuveiro elétrico, diminua o tempo do banho.

Árvores: plante árvores. Elas absorvem o CO₂ do ar, reduzindo o efeito estufa. Uma única árvore absorve, em média, uma tonelada de dióxido de carbono durante sua vida.

Fontes de energia alternativas: pressione governos e empresas a substituírem a energia negativa: nuclear, advinda de petróleo e de grandes hidrelétricas, por energia positiva: solar, eólica, de pequenas hidrelétricas e biogás.

Dirija menos: caminhe ou ande de bicicleta quando puder. Dirigir o carro gera mais gases do que praticamente qualquer outra coisa. Você deixará de emitir 1 kg de dióxido de carbono por cada 3,5 km que deixar de dirigir.

Confira os pneus: manter os pneus calibrados, corretamente, pode diminuir em mais de 3% o consumo de gasolina ou álcool. Cada litro de combustível economizado reduz cerca de 2,5 kg de emissão de CO₂ na atmosfera.

Use menos água: evite o desperdício. Em áreas sujeitas a secas, armazene água da chuva. Aquecer a água demanda muita energia. Instale um chuveiro de baixa pressão e você deixará de emitir 180 kg de dióxido de carbono por ano.

Recicle: o lixo que não é reciclado acaba em um aterro, gerando metano. Além disso, produtos reciclados requerem menos energia para serem produzidos do que produtos feitos do zero.

Consumo responsável: só compre móveis feitos com madeira certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC) e pressione a prefeitura do seu município a aderir ao programa "Cidade Amiga da Amazônia".

Construções sustentáveis: procure se informar sobre as habitações ambientalmente corretas, que aproveitam água da chuva, usam a energia do sol para iluminação e aquecimento e têm climatização natural.



Fernando Credidio. Articulista, palestrante e consultor organizacional em comunicação para o Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental corporativa.

Você quer conhecer ainda mais sobre as entidades beneficentes de assistência social?

Então leia o novo livro do Prof. Sergio Roberto Monello

O presente livro tem por objetivo levar advogados, contadores, administradores e pessoas dedicadas ao trabalho nas entidades beneficentes de assistência social a refletirem sobre a assistência social, gratuidades e imunidade de contribuições sociais para a seguridade social e ainda, quanto ao "Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS/CEBAS)" concedido pelo "Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)" em decorrência do reconhecimento do "Direito Adquirido" a essa imunidade e à manutenção desse Certificado, levando-se em consideração às decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Pedidos:



com Srta. Adriana
Avenida General Olímpio da Silveira, 655 – Perdizes
CEP: 01150-001 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3872-1195
www.sergiomonello.com.br

SERGIO ROBERTO MONELLO

ENTIDADES BENEFICENTES

ASSISTÊNCIA SOCIAL,
IMUNIDADE E
DIREITO ADQUIRIDO

Empresas que fazem

Curso comemora 40% de alunos empregados

Iniciado em fevereiro de 2006, o curso Qualidade de Atendimento ao Cliente, promovido pelo Instituto Paradigma em parceria com a empresa de telefonia Claro, e com o apoio da Prefeitura do Município de São Paulo, chegou ao final em julho com saldo muito positivo. Pesquisa realizada com ex-alunos mostrou que 40% deles estão trabalhando, a maioria em funções administrativas. Ao todo, foram dez turmas e 266 pessoas com deficiência formadas.

i www.claro.com.br
www.institutoparadigma.org.br



Aula do curso oferecido pelo Instituto Paradigma em parceria com a Claro

Siderúrgica recebe selo verde

A Usiminas acaba de se tornar a primeira siderúrgica da América Latina e a segunda empresa do Brasil a obter a certificação de conformidade de toda a sua linha de produtos com a diretiva europeia RoHS, relativa à restrição do uso de substâncias nocivas. A certificação foi concedida pelo Bureau Veritas Certification (BVC), da França. A diretiva RoHS visa proteger o solo, a água e o ar contra a poluição, por meio da restrição do uso de determinadas substâncias, como chumbo, mercúrio, cádmio e cromo hexavalente, usadas no processo siderúrgico.

i www.usiminas.com.br



Bobinas de aço produzidas pela Usiminas

Crianças nos Jogos de Pequim

Como parte do compromisso do McDonald's com as crianças, a empresa lançou em 9 de agosto, em Pequim, na China, seu novo programa dos Jogos Olímpicos, o McDonald's Champion Kids (Crianças Campeãs do McDonald's). O programa permitirá que cerca de 300 crianças de todo o mundo viajem para as Olimpíadas de 2008 e compartilhem histórias e experiências com comunidades locais e jornais de suas cidades. Elas ainda poderão assistir aos jogos, encontrar os atletas, visitar locais culturais e interagir com outras crianças de diversas nações. O hexacampeão olímpico, Michael Phelps, é embaixador global do McDonald's para o programa.

i www.mcdonalds.com

IBM Brasil implanta projeto social no interior de São Paulo

A IBM Brasil e a Associação Pestalozzi de Sumaré (SP) inauguraram, em 25 de setembro, um projeto de acessibilidade na instituição. Para a sua implantação, a IBM doou uma impressora braile e o software de acessibilidade Web Adaptation Technology (WAT), que foram instalados na Sala do Braille da associação. O software WAT permite que as crianças com baixa visão, deficiência motora e cognitiva atendidas pela instituição possam navegar pela internet e, assim, terem acesso ao mundo digital. O projeto de acessibilidade faz parte das comemorações de 20 anos da Pestalozzi de Sumaré, que atende a aproximadamente 250 crianças.

i www.ibm.com/br

Responsabilidade social da panificação

Realizar a doação de R\$ 1 milhão à Unesco e ao programa Criança Esperança, reduzir o consumo de sacolas plásticas descartáveis e recolher garrafas PET para reciclagem foram as três principais ações de responsabilidade social definidas durante o 2º Seminário Brasileiro de Responsabilidade Social da Panificação, promovido pela Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip), no Espírito Santo. Atualmente, o principal projeto em execução pela Abip é o Pão da Esperança, que pretende tirar das ruas 2.500 crianças em situação de risco. O projeto oferecerá acompanhamento durante um ano.

i www.abip.org.br

Criança e Cão em Ação

A Cobasi, rede de shopping para animais, está promovendo em parceria com o Projeto Criança e Cão em Ação, de Campinas (SP), os projetos Atividade Assistida por Animais e Terapia Assistida por Animais em instituições que cuidam de crianças, adolescentes e adultos. Após ter seu cão previamente avaliado por veterinários da Cobasi, os donos voluntários podem ir a escolas especiais, abrigos infantis, creches e hospitais, com o objetivo de desenvolver a interação de crianças e adolescentes autistas, com Síndrome de Down, paralisia cerebral ou outras deficiências. Atualmente o projeto beneficia mais de 380 crianças e adolescentes.

i www.cobasi.com.br
www.criancacaoemacao.com.br



Cão voluntário leva alegria a crianças

Planos de capitalização beneficiam AACD

A partir de 1º de outubro, a Unibanco Capitalização passou a doar parte dos valores pagos nos planos de capitalização para a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). A parceria será de grande valia para que a instituição consiga atender ainda mais pacientes. "Hoje, a AACD possui mais de 32 mil crianças e adultos aguardando uma oportunidade de tratamento na fila de espera", explica Eduardo Carneiro, presidente da AACD.

i www.aacd.org.br
www.unibanco.com.br



Verba arrecadada deve possibilitar a ampliação dos serviços oferecidos pela AACD



Formandos da primeira turma do projeto

Capacitação de moradores da Rocinha

Após três meses aprendendo um ofício, 13 jovens moradores da Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ), levaram para casa seus certificados de conclusão de curso no projeto de capacitação InterAgindo com a Comunidade, do Hotel InterContinental Rio. Em uma iniciativa do departamento de Recursos Humanos do hotel, em conjunto com funcionários que se ofereceram como voluntários, os alunos aprenderam as profissões de padeiro, confeitador, florista, carpinteiro e estofador.

www.rio-de-janeiro.brazil.intercontinental.com

Comunicação sem obstáculos

Há três anos, às sextas-feiras, um grupo de pessoas com deficiência auditiva se encontra no Shopping Metrô Tatuapé em São Paulo (SP). Com a crescente divulgação das reuniões e o aumento no número de freqüentadores surdos, Sylvia Navarro, gerente de marketing do shopping, decidiu promover um curso de Libras para sua equipe e para os segurancas – departamentos que têm mais contato com o público. Após essas equipes, outros departamentos aprenderão a linguagem dos sinais; uma iniciativa conjunta para que até 2010 todos os lojistas e funcionários do shopping saibam se comunicar em Libras.

www.shoppingtatuape.com.br



Aluno do Projeto Escolinha, desenvolvido em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

Dalkia investe na escolaridade de funcionários

Com o objetivo de melhorar a escolaridade do seu quadro de funcionários, a francesa Dalkia, divisão de energia da Veolia Environnement, em parceria com a Electricité de France (EDF), mantém no Brasil o Projeto Escolinha. A iniciativa, que começou em São Paulo em 2001, já está presente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e, em 2008, será implementada também no Paraná. Entre os motivos que justificam o projeto, que atinge principalmente funções mais operacionais, estão as condições de educação no país. As aulas são em formato de telecurso e voltadas para o ensino fundamental e médio.

www.dalkia.com.br

Combate à mortalidade infantil

A DHL Express, líder mundial em serviços expressos pertencente ao Deutsch Post World Net (DPWN), iniciou em setembro uma parceria global com a Unicef que objetiva contribuir para a redução da mortalidade infantil. A ação, que envolve mais de 500 mil empregados do DPWN pelo mundo, conta com três iniciativas: doações individuais, participação em eventos para angariar fundos e voluntariado em campo. No dia 16 de setembro, 12 voluntários embarcaram para Kwale, no Quênia, para fornecer serviços de saúde básicos à população local e auxiliar na coleta de dados para monitoramento de pacientes.

www.dhl.com.br



Julio Monteiro, representante brasileiro do grupo, em visita a Kwale

Maceió no combate à desnutrição infantil

Em 9 de agosto, no bairro Tabuleiro dos Martins, em Maceió (AL), foi inaugurado o Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren). Idealizado pela unidade de São Paulo, em parceria com a ONG Nutrir, com financiamento do BNDES e apoio da Kraft Foods Brasil e da Universidade Federal de Alagoas, o Cren Maceió contará com 25 profissionais que inicialmente assistirão 30 crianças, e atenderá mensalmente 500 crianças, sendo 100 em regime de semi-internato e 400 no ambulatório mediante a marcação de consulta. Todas as crianças terão atendimentos médico, nutricional e psicológico.

www.kraftla.com



Prédio-sede do Cren Maceió

Atendimento de 4.000 em Contagem

Há dois anos, a Vilma Alimentos criou o Programa Social Ser Parte, que atende crianças, adolescentes e adultos em seus dez projetos. A nova sede do programa foi inaugurada em 4 de setembro, em Contagem (MG), visando atender cerca de 4.000 pessoas anualmente – entre crianças, adultos e adolescentes – de comunidades de seu entorno, além de funcionários e seus familiares. Para tanto, a empresa investiu R\$ 600 mil na reforma e ampliação do prédio que abriga o programa, além da instalação de todos os projetos. O Ser Parte conta com uma equipe multidisciplinar, totalizando um grupo de 15 profissionais.

www.vilma.com.br



Adolescentes beneficiários dos projetos da Vilma Alimentos

Livros

Influir em Políticas Públicas e Provocar Mudanças Sociais

Resultado de um seminário organizado pela Ashoka e a Fundação Avina em 2005, o livro *Influir em Políticas Públicas e Provocar Mudanças Sociais – Experiências a partir da sociedade civil brasileira* (232 págs., R\$ 25) traz 15 artigos sobre como exercer influência nas políticas públicas em diversos campos de atuação. Os autores são empreendedores sociais da Ashoka e líderes da Avina que têm trabalho destacado na temática. O livro foi organizado pelo empreendedor social da Ashoka Elie Ghanem, que também é um dos articulistas.

i <http://livraria.imprensaoficial.com.br>
lojavirtual@imprensaoficial.com.br



A batalha do bem contra o mal

A Associação de Apoio à Criança com Câncer (AACC) lançou o livro infantil *A Batalha do Bem Contra o Mal – Luta de quatro crianças contra o câncer* (66 págs., distribuído gratuitamente para centros de oncologia infantil), que conta a trajetória de quatro crianças que lutam contra o câncer em um hospital, na ala da Oncologia Pediátrica. A redação da obra é da publicitária Marina G. Massarente, com orientação psicológica de Maria Letícia C. e Larissa S. Guaitoli. Ilustrações dos Estúdios Mauricio de Sousa.

i www.aacc.org.br
(11) 5084-5434



e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo

Organizado por Peter Titcomb Knight, Ciro Campos Christo Fernandes e Maria Alexandra Cunha, o livro *e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: Subsídios e Programa e-Brasil* (1.008 págs., R\$ 98) oferece subsídios para a concretização de uma sociedade de informação voltada para a educação e a qualificação de todos os cidadãos. Mostra como democratizar e universalizar o acesso à tecnologia, e como promover a convergência digital passando pela informática, pelas telecomunicações e pela televisão digital.

i www.yendis.com.br
(11) 4224-9400



Novo Direito Associativo

O livro *Novo Direito Associativo* (176 págs., R\$ 38), de autoria do advogado Gilberto Garcia, é indicado a estudantes e estudiosos em direito e foca a regulamentação operacional das organizações associativas, quaisquer que sejam seus formatos jurídicos, à luz das inovações do Código Civil de 2002. Entre os capítulos apresentados, destacam-se: A origem e a personalidade da associação; Nova ordem jurídica e o estatuto associativo; e Responsabilização dos administradores e associados.

i www.editorametodo.com.br
marketing@editorametodo.com.br
(11) 3215-8350



Instituto Ayrton Senna lança revista temática

Com o objetivo de abordar os grandes temas que estão provocando a ineficiência do sistema educacional do país e as saídas para reverter essa situação, o Instituto Ayrton Senna lançou em agosto a revista *Educação em Cena*. O grande diferencial da publicação é que as discussões perpassam o debate teórico e apontam soluções de ponta no combate ao que a organização considera a grande exterminadora do futuro das novas gerações: a má qualidade do ensino. A publicação tem distribuição gratuita e é voltada a educadores, secretários de educação, jornalistas, diretores de escolas, prefeitos e governadores.

i <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>



Cursos na área de aviação

A Organização de Cultura, Cidadania e Arte (OCCA) elaborou o projeto Vão para o Futuro, com a finalidade de promover, anualmente, cursos técnicos de educação profissional, nível básico em: mecânica e eletricidade automotiva para veículos leves; comissários de vôo; atendentes em *check-in*; e assistente administrativo. O objetivo do projeto é oferecer formação técnica para jovens, para que, a partir do curso, eles possam entrar no mercado de trabalho com qualificação mais apropriada e gerar renda para sua família. Os cursos são ministrados em São Paulo (SP) e duram em média seis meses. A carga horária varia entre 240 e 400 horas, de acordo com o conteúdo programático de cada modalidade.

i www.occa.org.br
presidencia@occa.org.br
(11) 5844-1491 / 5841-3851

Prêmio Jovem Cientista

Estão abertas até 30 de novembro as inscrições para a 23ª edição do Prêmio Jovem Cientista, maior premiação científica da América Latina. Este ano, os estudantes do ensino médio, superior e graduados de todo o país são desafiados a desenvolver pesquisas sobre um tema historicamente preocupante para o Brasil: a educação. São R\$ 150 mil em prêmios, bolsas de estudo e os vencedores ainda terão seus trabalhos publicados no livro *Educação Para Reduzir as Desigualdades Sociais*.

i www.jovemcientista.cnpq.br
premios@cnpq.br

Doação de vídeo digital para ONGs

A Pinnacle, fabricante norte-americana de soluções de captura e edição de vídeo, anuncia a disponibilização de um novo serviço totalmente gratuito para as organizações não-governamentais. Por meio de seus centros culturais espalhados pelo Brasil, conhecidos como Pinnacle Homes, a multinacional produzirá vídeos institucionais gratuitos para as entidades. A empresa disponibiliza profissionais especializados e equipamentos de última geração para a captura das imagens e a edição final do vídeo institucional, que deverá ter até 15 minutos. Além disso, também serão oferecidos cursos sobre edição de vídeo, para que as próprias ONGs possam produzir seus materiais.

i www.pinnacleal.com
(11) 6605-0563

Expedição Solidária

A Organização Solidária de Apoio Comunitário (Osac) programou para janeiro de 2008 uma viagem especial. A Expedição Solidária sairá de Salvador (BA) e atravessará todo o sertão nordestino, até chegar aos Lençóis Maranhenses (MA). No percurso, serão desenvolvidas ações de educação ambiental e saúde nos 20 municípios com os menores IDH do nordeste e que estão do roteiro da viagem. Para realizar o projeto, a Osac conta com o apoio de empresas e profissionais que desejam participar da expedição, que deve percorrer todo o caminho em 30 ou 40 dias. Data prevista para a saída: 3 de janeiro de 2008.

i www.osac.org.br

Guia do cooperativismo

A Ocesp lançou em julho o Guia SP Cooperativo 2007, que traz informações sobre produtos e serviços das cooperativas paulistas. Com o objetivo de promover a intercooperação e alavancar os negócios cooperativistas, a publicação será distribuída para as cooperativas paulistas que compõem o guia e também para setores do mercado. No anuário, as cooperativas regulares na Ocesp estão divididas em dez ramos de atividades: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Habitacional, Infra-estrutura, Produção, Saúde, Trabalho e Transporte. A publicação também traz a história do Sistema Ocesp/Sescoop-SP, as perspectivas de crescimento do setor e as exportações do cooperativismo paulista, entre outros aspectos.

i www.portaldocooperativismo.org.br
(11) 6281-8134 / 6959-5181

Loja social em shopping de Curitiba

Foi inaugurada em agosto, no Shopping Cidade, de Curitiba (PR), a Help Store, loja que comercializa produtos de diversas entidades sem fins lucrativos. A primeira participante da iniciativa foi a Rede Feminina de Combate ao Câncer, que levou uma série de mercadorias, cuja renda será revertida para a realização de benfeitorias no Hospital Erasto Gaertner, referência nacional no tratamento da doença. O atendimento no período foi todo realizado por voluntárias da Rede Feminina. O Shopping Cidade está em contato com outras instituições para trazer novos produtos à loja.

i Shopping Cidade
Av. Marechal Floriano Peixoto, 4.984
Hauer – Curitiba/PR
www.shoppingcidade.net
(41) 3017-3000



Promotoras apresentam produtos sociais do Hospital Erasto Gaertner



Direitos da criança ganha novo espaço

Criado pelo médico pediatra Lauro Monteiro Filho, o recém-lançado Observatório da Infância tem a finalidade de ser um espaço de comunicação, sensibilização e mobilização da sociedade e de governos em defesa dos direitos da criança e do adolescente. A idéia é que o site seja um elo entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento popular. O desafio é utilizar informações, dados de pesquisas e artigos para ajudar a mídia a pautar suas matérias, na tentativa de promover mudanças de condutas e comportamentos em relação à criança e ao adolescente.

i www.observatoriodainfancia.com.br



Todo Mundo Pode Mudar o Mundo

A Ashoka lançou sua nova campanha, denominada Todo Mundo Pode Mudar o Mundo, que veicula filmes animados que traduzem a missão e a visão da entidade, além de depoimentos de pessoas em diversos setores, na televisão e por meio do website. A idéia é mostrar os caminhos de como é possível entender, acreditar e se envolver na construção de um mundo melhor.

i www.todomundopodemudaramundo.org.br



Aulas sobre câncer e talassemia

Por meio do Programa de Educação à Distância, lançado em agosto, foram disponibilizados nos sites da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) e da Associação Brasileira de Talassemia (Abrasta) vídeos com aulas sobre essas doenças, sintomas e tratamentos, apresentados por alguns dos mais renomados especialistas em cada patologia. As aulas são de livre acesso; basta que o interessado efetue cadastro gratuitamente nos portais.

i www.abrale.org.br
www.abrasta.org.br



Voluntariado internacional

A Associação Iko Poran é uma facilitadora no processo de alocação e alojamento de estrangeiros interessadas em colaborar com projetos no Rio de Janeiro. Suas operações são coligadas com várias ONGs no desenvolvimento dos programas de voluntariado internacional, que proporcionam uma experiência gratificante para os voluntários ao sentirem as alterações sociais e/ou ambientais que suas atuações provocam.

i www.ikoporan.org

O que é assédio moral?

Assédio moral pode ser entendido como o ato que mina a estabilidade mental da vítima, seja desqualificando-a ou fragilizando-a na presença ou não dos demais colegas de trabalho, o que não exclui a possibilidade da agressão ser também contra sua vida pessoal. A vítima fica completamente desmotivada para desenvolver sua função e embaraçada de ir ao local de trabalho, até que não suporte mais o ambiente e, em razão deste fato, peça demissão ou faça com que o empregador a demita. O assédio moral se dá de várias formas, como risadas, observações pejorativas ligadas ao sexo ou opção sexual, solicitação de tarefas inúteis e vexatórias, atribuição de erros não cometidos, isolamento forçado, troca de horário com a finalidade de exposição ao ridículo, entre outras. É preciso cuidado e bom-senso para se distinguir acontecimentos comuns nas relações de trabalho das situações que caracterizam assédio moral. O assédio moral é caracterizado por conduta abusiva, seja do empregador ou entre os empregados. Mas, diante de sua subjetividade, é necessário que o assédio moral seja muito bem comprovado, por documentos, testemunhas, entre outros meios, para que haja a condenação. As entidades sociais, como empregadoras, podem responder por assédio moral no caso de ações trabalhistas movidas por ex-funcionários.

Quem deve apresentar a Declaração Anual de Isento?

Estão obrigadas a apresentar a declaração as pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), residentes no Brasil ou no exterior, dispensadas da apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda. Por outro lado, está dispensada a pessoa física cujo CPF tenha sido informado nos quadros de "Dependente", "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelos Dependentes" ou "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF e do Exterior pelos Dependentes" da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda. Também são isentas as seguintes pessoas jurídicas: os templos de qualquer culto; os partidos políticos, inclusive suas fundações, e as entidades sindicais de trabalhadores, sem fins lucrativos; e as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos. São isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam. A isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido. Já as entidades enquadradas no inciso I do art. 12, do decreto nº 3.048/99 – que não se enquadram na isenção da lei nº 9.532/97 e da lei nº 9.732/98, e que apuram lucro nos termos da legislação comercial –, estão sujeitas à contribuição social sobre o lucro líquido.

Uma entidade social pode receber doação do exterior?

Caso a doação seja feita em dinheiro, os valores doados ingressam em território nacional pelo mercado de câmbio de taxas flutuantes como transferências unilaterais – não trazem a obrigação da contrapartida do fornecimento de bens ou de prestação de serviços por parte do beneficiário da doação. Basta que o doador estrangeiro faça a transferência dos valores para a conta-corrente indicada pela entidade beneficiária no Brasil. Ao representante da entidade caberá assinar o contrato junto à instituição financeira e observar o valor do câmbio no dia da entrada da quantia no território nacional. O aporte de recursos doados e seu recebimento devem ser devidamente documentados e registrados. Caso a intenção seja importar bens adquiridos no exterior por doação, a entidade deve se atentar ao fato de que estará isenta do

imposto de importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – desde que atendidos os requisitos legais, como possuir o registro e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) e comprovar que os bens doados são compatíveis com as suas finalidades sociais. Além de providências antes do embarque, a entidade ainda deverá submeter o recebimento da doação à análise prévia do órgão federal ligado à sua área de atuação, que se manifestará quanto à compatibilidade dos bens às finalidades da instituição. O próximo passo será requerer sua habilitação para a prática de atos no Sistema Integrado do Comércio Exterior (Siscomex), junto à Receita Federal. No caso de bens usados, a importação poderá ser licenciada desde que seja sem caráter comercial, para uso próprio e para atender às finalidades institucionais da entidade.

Uma associação pode possuir uma rádio comunitária?

O Serviço de Radiodifusão Comunitária é a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedece aos preceitos da lei nº 9.612/98, no que couber, aos mandamentos da lei nº 4.117/62 (modificada pelo decreto-lei nº 236/67), e demais disposições legais e ainda o art. 223 da Constituição Federal. É essencial, para que se obtenha a concessão de tal rádio, que a finalidade da entidade seja dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. O Poder Concedente designará um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

As entidades são obrigadas a se inscrever no Conselho Municipal de Assistência Social para manter o Ceas?

O exame e a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) são realizados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme determina o inciso IV do art. 18, da lei nº 8.742/93. Para a obtenção do Ceas, além do registro no CNAS, também é preciso apresentar o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, entre outros documentos. No entanto, a resolução nº 131/2007, proveniente do CNAS, dispõe sobre a inscrição no Conselho Municipal, Estadual ou do Distrito Federal de Assistência Social como condição prévia e essencial para formalização do pedido de registro e renovação do Ceas, junto ao CNAS, para os processos referentes ao período de dezembro 1993 a abril de 1998, em razão da exigência do art. 9º da Loas. Se no período de 1993 a 1998 os Conselhos Municipais estavam em fase de instalação, será aceita apresentação de declaração, conforme resolução CNAS nº 46/94, sendo que, para sua comprovação, as entidades deverão apresentar a data de criação do Conselho Municipal em questão e a data da posse da primeira gestão. É necessário que a entidade também comprove, na data de protocolo do pedido de registro, que possui a referida inscrição ou a declaração acima mencionada.

Agenda 2007

Novembro

Dia 14 - Direito do Trabalho: Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

Local: Auditório do DRT • João Pessoa/PB • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11) 6281-9643

Dia 21 - Curso: Elaboração de Projetos Culturais

Local: Cinelândia • Rio de Janeiro/RJ • www.criativasocial.com • contato@criativasocial.com • (21) 3979-5472

Dezembro

Dia 4 - Curso: Elaboração de Projetos Culturais

Local: Centro • Rio de Janeiro/RJ • www.criativasocial.com • contato@criativasocial.com • (21) 3979-5472

Dia 7 - Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

Local: Auditório da ADVB • São Paulo/SP • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11) 6281-9643

Janeiro

Dia 17 - Práticas Administrativas para o Terceiro Setor

Local: Sede do Instituto Jubileu Sul Brasil • São Paulo/SP • www.senacont.com • tatiane@senacont.com • (11) 3262-3988

Para ver a agenda completa ou cadastrar o seu evento, acesse: www.revistafilantropia.com.br



Cursos in company

- Práticas Contábeis para o Terceiro Setor (Módulos Básico e Avançado)
- Reorganização Patrimonial e Societária das Entidades Sociais e Religiosas
- Planejamento Legal Tributário - Como conquistar e manter Imunidade/isenção Tributária (Módulos Básico e Avançado)
- Técnicas de Recuperação Tributária
- Prestação de Contas das Entidades Sociais aos Órgãos Públicos (INSS, MJ, TCM, CNAS)

Informações:

Tel (11) 5102-4654 | Fax (11) 5102-4656

comercial@economica.com.br | www.economica.com.br

Agora a
ECONÔMICA
vai até você

Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva

Instituição que ampara crianças e adolescentes carentes com câncer ou doenças hematológicas crônicas, juntamente com um responsável durante o tratamento oncológico em Natal (RN).
CNPJ: 01.396.800/0001-36

i Rua Prof. Clementino Câmara, 234 Barro Vermelho – Natal/RN
www.caccdurvalpaiva.org.br
marketing@caccdurvalpaiva.org.br
(84) 4006-1600/1603

Prendedor de cabelo

Em tecido.
Diversas cores.

R\$ 3



R\$ 6 e 5

Estojo escolar

Transparente decorada ou preto em lona.



R\$ 12 a 15

Camiseta

Diversas cores.
Infantil, baby look feminina e camiseta masculina.
Tamanhos P, M, G e GG

Boné

Nas cores azul marinho, preto, vermelho, verde exército, pink, laranja, turquesa, rosa ou cinza.



R\$ 12

Fundação CDL Pró-Criança

Trabalha sob a ótica da atenção integral à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social, na cidade de Belo Horizonte (MG), por meio de ações permanentes que asseguram acesso aos seus direitos fundamentais.
CNPJ: 22.441.463.001-21

i Av. João Pinheiro, 495 – 7º andar Funcionários – Belo Horizonte/MG
CEP 30130-180
www.fundacaocdl-bh.org.br
fundacao@fundacaocdl-bh.org.br
(31) 3249-1791

Cartões de Natal

Os envelopes estão incluídos no preço.
Valor por unidade.



R\$ 1,30

Modelos no formato 10,5 x 15 cm fechado



R\$ 1,60

Modelos no formato 15 x 21 cm fechado

Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP)

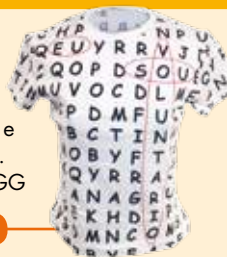
Desde sua criação, o CVSP desenvolve um intenso trabalho que visa incentivar e consolidar a cultura do voluntariado empreendedor, orientando pessoas, organizações e empresas para a prática do voluntariado.
CNPJ: 01.941.823/0001-84

i Av. Paulista, 1.294 – 19º andar Cerqueira César – São Paulo/SP
CEP 01310-915
www.voluntariado.org.br
areatecnica@voluntariado.org.br
(11) 3266-5477

Camiseta

Na cor branca com letras em preto.
Baby look feminina e camiseta masculina.
Tamanhos M, G e GG

R\$ 15



R\$ 4

Pasta

Transparente com zíper vermelho.
26,5 x 36,5 cm

Livro Gerenciamento de Voluntários

Ano 2001

R\$ 15



R\$ 15

Bolsa

Com duas alças e zíper.
Na cor preta.
30 x 39,5 cm

Care Brasil

Integrante da rede mundial Care, que atua em 72 países, a entidade brasileira tem como missão combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. O Ateliê Brasil vende brindes sustentáveis que utilizam o conceito do comércio justo, com produtos artesanais provenientes de diversas comunidades brasileiras de baixa renda.
CNPJ: 04.180.646/0001-59

i Rua 24 de Maio, 104 – 2º andar República – São Paulo/SP
CEP 01041-000
www.care.org.br
carebrasil@care.org.br
(11) 4062-2273

Kit jantar

Prato de cerâmica de Raku, sousplat de palha de milho com tingimento natural, guardanapo de rechile com porta-guardanapo de metal.



Garrafa tribal

Jogo de garrafa de cerâmica tribal com taça de pedra.

Minipainel

Elaborado sobre tela com resina natural, pedra brasileira, pó de ouro e látex.



Ateliê Brasil

www.care.org.br/ateliabrasil
vendas@ateliabrasil.art.br
(11) 5052-7117
• Preços sob consulta

Castiçal

Castiçal em ferro.



O caminho das pedras



Apostar em um futuro melhor é mais que um ideal. Desde 1975 que a Audicoplan acredita nos valores de nossos clientes e parceiros, apostando em soluções eficientes de gestão para o terceiro setor. Estratégias que transformam ideais em idéias e idéias em ações.

Melhorando o desenvolvimento organizacional de nossos clientes, cuidando da aproximação com os outros setores, firmando parcerias, aperfeiçoando processos e reduzindo custos.

Para atingir seus objetivos com segurança é necessário ter um planejamento estratégico sólido e eficaz, que atue em compasso com os novos caminhos do mundo.

Apontar novas direções faz parte do nosso caminhar, é a nossa contribuição para um mundo melhor.

Visite o site
www.audicoplan.com.br
e saiba mais sobre os serviços
que a Audicoplan oferece ao
Terceiro Setor.

Rua Ezequiel Freire, 55, 8º andar
Santana | São Paulo | CEP 02034-000
Tel.: 11 6959-9831



audicoplan

Lançamentos Senac

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Cursos de Aperfeiçoamento

- Avaliação como Estratégia para Programas e Projetos Sociais Sustentáveis
- Balanço Social – Elaboração e Interpretação
- Norma SA 8000 – Gestão das Práticas Sociais do Trabalho

Inscrições abertas nas unidades:

Capital e Grande São Paulo

24 de Maio
Lapa – Scipião
Nove de Julho
Penha
Santo André

Interior de São Paulo

Barretos
Campinas
Catanduva
Guaratinguetá
Itapetininga
Limeira
Marília
Santos
São Carlos
São João da Boa Vista
São José dos Campos

Mais informações:

www.sp.senac.br - 0800 883 2000

viva senac
são paulo

o conhecimento transforma